

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

HELOISA DOS SANTOS BRASIL

**AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS DE PALMAS**

**FORTALEZA
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

HELOISA DOS SANTOS BRASIL

**AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS DE PALMAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues.

Linha de Pesquisa: Desenho das políticas públicas de caráter social.

**FORTALEZA
2011**

Lecturis salutem”

Catálogo na Publicação

Telma Regina Abreu Vieira – Bibliotecária – CRB-3/593

tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

B823a Brasil, Heloisa dos Santos
Avaliação do processo de modernização da biblioteca da Universidade Federal do Tocantins,
Campus de Palmas. / por Heloisa dos Santos Brasil. – 2011.
183f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará,Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação,Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza(CE),
05/05/2011.

Orientação: Profª. Drª. Lea Carvalho Rodrigues.

Inclui bibliografia.

1-BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – POLÍTICA GOVERNAMENTAL – AVALIAÇÃO – PALMAS(TO).
2-UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – BIBLIOTECAS. 3-SISTEMA NACIONAL DE
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR(BRASIL). 4-BIBLIOTECAS E ESTADO – PALMAS(TO).I-
Rodrigues, Lea Carvalho, orientador. II-Universidade Federal do Ceará.Curso de Mestrado Profissional em
Avaliação de Políticas Públicas. III-Título.

CDD(22ª ed.) 027.78117

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

TERMO DE APROVAÇÃO

HELOISA DOS SANTOS BRASIL

**AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS DE PALMAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Orientadora: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues.

Data de Aprovação: 05 / 05 /2011

Banca Examinadora:

Prof. Dr. (a): _____
Lea Carvalho Rodrigues (UFC/MAPP)
(Orientadora)

Prof. Dr. (a): _____
Dr. José Arimatéa Barros Bezerra (UFC/MAPP)

Prof. Dr. (a): _____
Dra. Isabel Cristina Auler Pereira (UFT)

Dedico mais essa conquista a minha querida mãe. O seu amor incondicional, dedicação, gentileza e a sua força de superação são a minha principal motivação. Mãe, você é um exemplo de pessoa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a mamãe, Maria Zenith, pelo apoio e dedicação de sempre. O esforço que você investiu na minha educação é a minha maior motivação.

Ao papai, Walfir, a tia Zeneide, ao tio Zequinha e a mamãezinha (avó Nonata *in memória*) pelo apoio decisivo que dedicaram a minha educação.

Ao Roosevelt pelo amor, companheirismo, paciência, presença, alegria, compreensão e tantas outras demonstrações de dedicação que destinou a mim durante todo esse processo do mestrado.

À Eliane, Eliezer, Irene, Anitha e Silvia, por sempre me apoiarem e colaborarem com os momentos decisivos da minha vida.

À Josanny e Danielle que me incentivam a alçar vãos maiores. Nunca deixarei de citar vocês.

Ao Adriano Castorino pela iniciativa, como presidente do Sindicato dos Servidores Técnicos Administrativos da UFT, de propor e articular o convênio entre a UFT e o MAPP.

À Universidade Federal do Tocantins pelo investimento em nossa qualificação.

Aos colegas de trabalho e de mestrado Elaine, Fátima e Jaqueline. Juntas partilhamos momentos de estudo e desabafos, suas companhias foram muito importantes durante esse mestrado. Agradeço também a Denilda e ao Waldier pelo apoio e atenção nesse percurso.

Aos demais colegas da turma de 2009 do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas e um agradecimento especial a Hosana, Paulo, Rosilene e a Verônica que ajudaram como as caronas e orientações sobre a cidade de Fortaleza.

Agradeço a orientadora dessa pesquisa, Lea Carvalho, pela compreensão com os meus limites e as exigências que me fez superar alguns deles.

À Marta, Vânia e a Ana Paula, secretárias do MAPP, pelos atendimentos atenciosos e pacientes conosco.

Aos técnicos, professores, alunos e aos membros da comunidade externa a UFT que colaboraram com essa pesquisa, por meio de entrevistas e/ou respondendo aos questionários.

Aos colegas servidores e bolsistas da biblioteca do Campus de Palmas que colaboram com essa pesquisa quando discutiam o tema comigo e quando compreenderam os meus limites profissionais durante o meu percurso nesse mestrado.

Aos setores da UFT como Biblioteca, Protocolo, Coordenação Administrativa, PROGRAD, Coordenação do Sistema de Bibliotecas da UFT, Reitoria e etc. que

disponibilizaram documentos e em alguns casos os representantes concederam entrevistas para essa pesquisa.

A todos os membros da Fundação Fé e Alegria do Tocantins por compreenderem e apoiarem a minha ausência durante esse mestrado.

Toca Tocantins

Tuas águas para o mar

Os meios não são os fins ...

(Nilson Chaves)

RESUMO

Nesta pesquisa se estuda o processo de modernização da biblioteca da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Campus de Palmas, com o intuito de avaliar se os resultados preliminares desse processo estão articulados às necessidades de informação da comunidade acadêmica. Procura-se também compreender se há alguma relação entre a Avaliação Institucional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o processo de modernização dessa biblioteca. A abordagem desta pesquisa é a interpretativa, a partir da concepção de avaliação de políticas públicas de Lejano (2006), a modalidade de investigação é o estudo de caso. Para coleta e análise dos dados foram utilizados recursos da triangulação de métodos por meio de pesquisa bibliográfica, documental, observação participante, questionários e entrevistas. Conclui-se que o processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas é considerado por seus usuários como significativo. Contudo, os seus investimentos e ações são realizados de modo fragmentado, por isso a infraestrutura para a informatização, os recursos humanos e o acervo não condizem com as necessidades dos usuários da referida biblioteca. A concepção de modernização empregada nesse processo é tecnicista e gerencial, cujo sentido é a agilidade, o controle e a padronização dos serviços das oito bibliotecas da UFT. Nota-se também que nesse processo de modernização foram priorizadas as tarefas administrativas da biblioteca, isso por que, houve um enfoque na tentativa de atender as exigências da avaliação do SINAES, em detrimento das expectativas dos membros da comunidade acadêmica. A partir desses dados conclui-se que esse processo é coerente com os antecedentes históricos e com os pressupostos do projeto de modernização da educação superior brasileira, o qual está baseado em ideais liberais e enfatiza os aspectos técnicos, o aumento da eficácia da administração pública, a produtividade, a relação custo-benefício e etc. Recomenda-se que a UFT discuta o processo de modernização com os usuários da biblioteca, para assim realizar um planejamento sistemático para a sua continuidade, sugere-se também a nomeação de uma equipe interdisciplinar para acompanhá-lo. Além disso, é importante que seja efetivada e ampliada a participação discente no Comitê Gestor do Sistema de Bibliotecas da UFT. De modo, geral identificou-se que são necessárias políticas públicas que articulem e financiem o desenvolvimento das bibliotecas universitárias federais.

Palavras-chave: Bibliotecas Universitárias. Avaliação Institucional. SINAES. Políticas Públicas. Universidade Federal do Tocantins.

ABSTRACT

This academic research takes the of moderning process at the library of the University of Tocantins (UFT) on the Campus of Palmas, with it to see the preliminary results of this moderning process are articulated information needs of the academic community. Also understand if there is any relationship between the Institutional Evaluation of the National Assessment of Higher Education (SINAES) and the process of moderning of that library. For this analysis we considered the opinions of members of academic community, so this assessment were not adopted indicators or quality standards previously established. The approach of this evaluative research is interpretive, since of the concept of evaluation of public policies Lejanos (2006), and the mode of assessment is the investigation of this case study. The data were get and analyze resources by triangulation of methods, since they were involved in this study qualitative and quantitative data collected through bibliographical research, participant observation, questionnaires and interviews. We conclude that the process of modernization of the campus library Palmas is considered by its users as significant. However, their investments and actions are conducted in a fragmented way, so the infrastructure for information technology, human resources and the body do not match the needs of users of that library. The design employed in this modernization process is technical and managerial, whose meaning is agility, control and standardization of services of eight libraries of UFT. Note also that this process of modernization were prioritized administrative tasks of the library, so that there was an attempt to focus on meeting the requirements of the evaluation of SINAES, in detriment of the expectations of the academic community. From these data we conclude that this process is consistent with the historical background and the assumptions of the modernization project of the Brazilian higher education, which is based on liberal ideals and emphasizes the technical aspects, the increased efficiency of public administration, productivity, cost effectiveness and so on. It is recommended that the UFT discuss the process of modernization with library users, in order to carry out a systematic planning for continuity, it is also suggested the appointment of an interdisciplinary team to accompany him. Moreover, it is important to effective and expanded student participation in the Steering Committee of the Library System of UFT. So, generally identified that need public policies that coordinate and fund the development of federal university libraries.

Key-words: University Library, Institutional Evaluation, SINAES, public policies. University of Tocantins.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Representação da distribuição de alunos e professores entrevistados por área do conhecimento.....	33
Mapa 1 – Estado do Tocantins.....	64
Gráfico 1 – Total de recursos investidos nas IFES no período de 1985 a 2007.....	76
Mapa 2 – Localização dos <i>Campi</i> da UFT no estado do Tocantins.....	77
Gráfico 2 – Quantidade de empréstimos, devoluções e renovações de livros na Biblioteca do Campus de Palmas, durante o primeiro semestre de 2010.....	95
Fotografia 1 – Prédio novo da Biblioteca do Campus de Palmas em construção. Abril de 2010.....	98
Fotografia 2 - Acervo da Biblioteca do Campus de Palmas.....	129
Fotografia 3 – Sala de Estudo Individual no segundo piso da Biblioteca do Campus de Palmas.....	129
Quadro 2 - Distribuição da quantidade de servidores e bolsistas por atividade na Biblioteca do Campus de Palmas no ano de 2010.....	136
Quadro3 – Indicadores da Avaliação Institucional de Cursos do SINAES referentes aos acervos das bibliotecas.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos do processo de modernização da Biblioteca do Campus de Palmas da UFT no período 2006 – 2010.....	96
Tabela 2 - Distribuição de usuários da Biblioteca da UFT do Campus de Palmas por sexo e idade.....	109
Tabela 3 – Distribuição de usuários por frequência de uso da Biblioteca do Campus de Palmas da UFT e se optam pelo uso de outras bibliotecas na capital.	110
Tabela 4 – Distribuição dos usuários referente à avaliação do acervo da biblioteca do Campus Universitário da UFT de Palmas.....	118
Tabela 5 – Distribuição dos usuários segundo a avaliação sobre o acervo da biblioteca do Campus Universitário de Palmas da UFT em relação à bibliografia básica dos cursos de graduação.....	121
Tabela 6 – Distribuição dos usuários segundo avaliação sobre a atualização e variedade dos tipos de fontes de informação do acervo da biblioteca.....	123
Tabela 7 – Distribuição de usuários quanto à existência de orientação para a utilização do Portal de Periódicos da Capes.....	125
Tabela 8 - Distribuição dos usuários quanto a localização dos livros do acervo da biblioteca do Campus Universitário da UFT de Palmas.....	128
Tabela 9 – Distribuição dos usuários quanto ao atendimento e a quantidade de pessoas envolvidas no serviço de referência da biblioteca do Campus Universitário da UFT de Palmas.....	133
Tabela 10 – Distribuição dos usuários quanto aos serviços informatizados de empréstimo, devolução e reserva de livros da Biblioteca do Campus Universitário da UFT de Palmas.....	138
Tabela 11 – Distribuição dos usuários quanto ao acesso da página da biblioteca na internet.....	144
Tabela 12 – Distribuição dos usuários quanto às formas de pesquisa no catálogo <i>on-line</i> do SIE.....	146
Tabela 13 – Distribuição dos usuários quanto à orientação e o sistema de recuperação da informação no catálogo <i>on-line</i> do SIE.....	148

LISTA DE SIGLAS

AACR2 - Anglo-American Cataloguing Rules 2ª edição
APA - Programa de Aquisição Planificada de Periódicos
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BIBLIODATA - Rede de Catalogação Cooperativa
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
C&T - Ciência e Tecnologia
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD - Classificação Decimal de Dewey
CDU - Classificação Decimal Universal
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico
COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSUNI - Conselho Universitário da UFT
CPA - Comissão Própria de Avaliação
DCE - Diretório Central dos Estudantes da UFT
DPEE - Diretoria de Programas Especiais em Educação
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação da UFT
EADCON - Sistema Educacional
ENADE - Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes
ENC - Exame Nacional dos Cursos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
Fael - Faculdade Educacional da Lapa
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBCT - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC - Ministério da Educação
NAT 08 - Núcleo de Assistência Técnica do MEC
PAAP - Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNBU - Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias
PNE - Plano Nacional da Educação
PPA – Planos Plurianuais
PPP - Projeto Político e Pedagógico
PROBIB - Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação da UFT
REBIUN - Rede de Bibliotecas Universitárias da Espanha
REUNI - Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RNP - Rede Nacional de Pesquisa
SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins
SESU - Secretaria de Ensino Superior
SIE - Sistema de Informação para o Ensino
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISBIB - Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins
SNBU - Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TCU - Tribunal de Contas da União
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UFT - Universidade Federal do Tocantins
ULBRA - Centro Universitário Luterano de Palmas-TO
UnB - Universidade de Brasília
UNITINS - Fundação Universidade do Tocantins
Univali - Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS...	18
1.1 CONCEPÇÕES, ABORDAGENS E METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	18
1.2 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	22
1.3 O PERCURSO METODOLOGICO DESTA PESQUISA.....	25
1.3.1 Estratégias de coleta e análise dos dados.....	27
2 HISTÓRICO, INFORMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	37
2.1 AVALIAÇÃO DO SINAES PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.	48
3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DA UFT.....	62
3.1 O TEMPO E O ESPAÇO DA UFT: UMA BREVE DESCRIÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS.....	63
3.2 O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO E ATUAL ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.....	71
3.3 ANTECEDENTES, COORDENAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DA UFT.....	81
3.3.1 Características da modernização da Biblioteca do Campus Universitário de Palmas – UFT.....	92
4 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE PALMAS DA UFT.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE ACADÊMICA.....	171
APÊNDICE B – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS.....	174
APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES DO CORPO DE TÉCNICOS E DA GESTÃO DA UFT.....	175
ANEXO – INDICADORES DAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS DO SINAES PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	177

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem a finalidade de avaliar o processo de modernização da Biblioteca Universitária do Campus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins – UFT, no contexto de modernização crescente das Bibliotecas Universitárias Federais e das políticas públicas de educação superior, mais especificamente a do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A UFT, Instituição de Ensino Superior – IES, está situada no Estado do Tocantins, localizado na Amazônia legal. É composta por sete *Campi* distribuídas nos seguintes municípios: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

A referida IES possui oito bibliotecas universitárias, sendo duas no Campus de Araguaína e uma em cada um dos demais *Campi*. A UFT afirma em seus documentos institucionais, como notícias do sitio e planejamento estratégico, que desde o ano de 2006 desenvolve esforços para modernizar seu Sistema de Bibliotecas Universitárias – SISBIB, envolvendo investimentos em aquisição de livros, maquinários, móveis, melhoria da infraestrutura e informatização dos serviços destas bibliotecas universitárias.

Desse modo, o objetivo desta pesquisa é avaliar os resultados preliminares do processo de modernização da Biblioteca do Campus de Palmas, a partir das considerações da comunidade acadêmica. Além desse, há também os seguintes objetivos específicos: descrever o processo de modernização da biblioteca; avaliar o acesso e o uso da biblioteca pela comunidade acadêmica; analisar as mudanças na biblioteca, geradas por meio dos investimentos em modernização anunciados pela UFT a partir do ano de 2006; compreender a concepção de modernização de serviços públicos educacionais dos envolvidos na gestão e implantação desse processo na UFT, por meio de análise de entrevistas, documentos e notas oficiais; e analisar a Avaliação Institucional do SINAES ao observar se há relação dos seus padrões de qualidade com as características do processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas, por meio da análise das entrevistas, documentos e da literatura especializada.

Os autores Meneghel e Lamar (2001) consideraram que a avaliação da educação superior no Brasil surge baseada na ideia de contribuir com a reforma do Estado, com a justificativa de promover a modernização e o aumento da eficácia da administração pública. Como a biblioteca da UFT do Campus de Palmas é um setor da administração pública federal, avalia-se o seu processo de modernização partindo dos seguintes questionamentos: qual a

influência do processo de modernização da biblioteca na prestação de seus serviços? Isto é, esse processo está articulado às necessidades da comunidade acadêmica do Campus da UFT de Palmas? Há alguma relação entre a Avaliação Institucional do SINAES e o processo de modernização da referida biblioteca?

Entende-se que a biblioteca da UFT/Campus de Palmas como parte do ambiente universitário deve contribuir com a formação dos acadêmicos, dos servidores docentes, dos técnicos administrativos e da comunidade em geral, com as pesquisas científicas e ações de extensão da Instituição Federal de Ensino Superior – IFES, por isso deve atuar diretamente nos três pilares que compõem a ação universitária, que são o ensino, a pesquisa e a extensão. Sendo assim, os serviços de disseminação de informação são estratégicos para a UFT.

Uma vez que a referida biblioteca é parte de uma instituição pública, seus projetos e serviços são considerados como de cunho público e social, por isso esta pesquisa se caracteriza como uma avaliação de políticas públicas que segundo Silva e Silva (2008, p. 172) é um “mecanismo de construção de conhecimento crítico sobre políticas e programas sociais, podendo realimentar decisores públicos e lutas sociais por cidadania, rumo à construção de uma sociedade justa e mais igualitária”.

A abordagem dessa avaliação está pautada nas concepções de avaliação de políticas públicas e programas sociais de Lejano (2006), o qual propõe um modelo experiencial de avaliação. Nesse modelo, o autor considera que a avaliação deve ser repleta de experiência e reflexão, paralelas a uma análise interpretativa, sendo complexa e multidimensional. E a compreensão deve ter como principal instrumento a experiência local, da qual o pesquisador pode se aproximar por meio de entrevistas, artifícios de escrita, técnicas de observação participante, etc.

O tipo de pesquisa adotado nesta avaliação é o estudo de caso, uma vez que a UFT desenvolve o processo de modernização nas suas oito bibliotecas universitárias, mas nesta avaliação se considera apenas a biblioteca do Campus de Palmas. Para a pesquisa de campo utiliza-se a triangulação de métodos, procedimento metodológico recomendado para a avaliação de políticas públicas por Lejano (2006) e por Minayo (2005), porque possibilita a utilização de diferentes instrumentos de coletas de dados em uma avaliação.

Assim, a coleta de dados foi feita tanto com a pesquisa documental quanto com a bibliográfica. Além disso, houve a técnica de observação participante e a aplicação de questionários a usuários da biblioteca do Campus de Palmas. Também se realizou entrevistas com alguns usuários que responderam ao questionário, com membros da gestão da UFT e com técnicos envolvidos na implementação do processo de modernização.

A construção do primeiro capítulo teve a finalidade de apresentar a diversificação de metodologias de avaliação de políticas públicas. Por isso, neste capítulo, se relaciona a metodologia de avaliação à concepção de pesquisa social do avaliador e descreve-se, com isso, a abordagem desta avaliação e o percurso metodológico proposto no trabalho.

Já no segundo capítulo se apresenta a função da biblioteca universitária, a sua formação no mundo ocidental, a influência da Sociedade da Informação no desenvolvimento desse setor, sua relação com as políticas públicas de educação brasileiras durante as décadas de 1980, 1990 e as contemporâneas, além de análise sobre a avaliação do SINAES no âmbito das bibliotecas universitárias.

Lejano (2006) afirma que para a avaliação de políticas públicas é necessário que o pesquisador considere o contexto em que se desenvolve a política, programa ou projeto social, por isso no terceiro capítulo desta dissertação se apresenta o tempo e o espaço da Universidade Federal do Tocantins. Para isso, foi preciso partir de uma exposição sobre o Estado do Tocantins, sobre o contexto de criação da referida IFES e também sobre sua estrutura, assim como se descreve e analisa a trajetória do processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas.

No modelo experiencial de avaliação de políticas públicas formulado por Lejano (2006), a análise deve ser integrada. Segundo esse autor, os dados coletados por meio dos diversos instrumentos devem ser relacionados. Nesse sentido, no quarto capítulo desta dissertação é apresentada essa metodologia. Nela se analisa as considerações dos usuários da biblioteca do Campus de Palmas sobre os aspectos do processo de modernização desta biblioteca. Estas considerações foram interpretadas por meio dos dados coletados nos questionários, entrevistas e da observação participante e foram relacionadas com a análise dos documentos e da revisão de literatura.

Nas considerações finais deste texto, expõem-se as impressões sobre o processo de modernização da biblioteca, sobre as considerações dos membros da comunidade que foram consultados durante a pesquisa de campo e sobre a relação – SINAES e processo de modernização da biblioteca da UFT do Campus de Palmas.

1 METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo se aborda o tema metodologia de avaliação de políticas públicas. Primeiramente se discute sobre a diversidade de abordagens a respeito do tema, em seguida traça-se um breve histórico dessa categoria no Brasil e depois é descrito o percurso metodológico desta pesquisa.

Para tanto parte-se de fontes de informações bibliográficas e digitais, como livros e artigos científicos que versam sobre essa temática. Os autores cujas concepções de avaliação de políticas públicas e de pesquisa são abordadas neste capítulo são: Lejano (2006), Gaskell (2002), Rodrigues (2008), Valles (1999), Minayo (2005), Gonçalves (2008), Ala-harja (2000), Holanda (2006), Silva e Silva (2008), Yin (2005), Geertz (1978) e Cunha (2006).

1.1 CONCEPÇÕES, ABORDAGENS E METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir da análise da literatura é possível entender que não existe um consenso sobre o conceito de avaliação de políticas públicas, o que pode ser considerado como positivo, pois assim é possível o exercício de várias alternativas de avaliação, de modo que os pesquisadores e as instituições não permaneçam “presos” a uma única concepção e forma para avaliar tanto políticas públicas quanto programas sociais.

O estudo de alguns autores mostra que as concepções de avaliação de políticas públicas identificam de forma expressiva as abordagens e as metodologias defendidas por eles, algo que é explicado por Rodrigues (2008, p. 11) ao considerar que “toda proposta de avaliação está informada por pressupostos e concepções sobre ciência e sobre prática científica, [por isso] é importante ter clara a definição de avaliação que acompanha a pesquisa”.

Segundo Rodrigues (2008) esse campo da pesquisa pode ser agrupado em duas abordagens diferentes, aquela que atribui à avaliação o sentido de medida e a que relaciona avaliação à tentativa de compreensão. Nestes termos, para se entender a avaliação como medida, Holanda (2006) informa que,

Avaliar é julgar, estimar, medir, classificar, ponderar, aferir ou analisar criticamente o mérito, o valor, a importância, a relevância, a utilidade ou a prioridade de um projeto de investimento ou de um programa social, geralmente financiado com recursos públicos e voltado para resolver um determinado problema econômico ou social. (HOLANDA, 2006, p. 80).

Na definição desse autor, a avaliação está relacionada à determinação, à identificação, isto é, à tentativa de demonstrar uma graduação para o resultado do empenho da política, por exemplo: satisfatório ou não satisfatório, atendeu aos objetivos? Sim ou não, etc.

Noutras palavras, essas avaliações priorizam os dados quantitativos, a utilização de avaliadores externos e como recursos, as definições de variáveis e indicadores quantitativos para serem comparados com as informações coletadas no campo da pesquisa avaliativa. O que pode limitar ou até condicionar o resultado da pesquisa.

A justificativa de Holanda (2006, p. 218) para o uso de indicadores é que eles representam um aspecto importante da avaliação, porque “é a definição de medidas e a construção de indicadores que permitam tornar mais objetiva a análise dos dados e a apresentação dos resultados da pesquisa”.

Para esse autor, a objetividade do resultado significa rigor científico, isto é, credibilidade científica, por isso ele prefere o avaliador externo e instrumentos que facilitem a mensuração e a comparação, de modo que o resultado possa ser representado em modelos estatísticos. Algo muito presente e próximo da concepção de pesquisa e de abordagem das ciências exatas.

Para proceder avaliações de políticas públicas com emprego de tais características metodológicas, optam pelo questionário como principal e às vezes único instrumento de coletas de dados, mesmo quando afirma que o enfoque da avaliação é qualitativo.

Existem algumas familiaridades nas considerações sobre metodologia de avaliação nos estudos de Holanda (2006) e do autor Ala-Harja (2000), pois para esse último autor,

A avaliação de programa deve ser vista como mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações aos governantes, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas e os programas públicos.[...] informação que pode ser utilizada para melhorar a concepção de um programa e sua implementação. (ALA-HARJA, 2000, p. 5).

Nesta definição, a avaliação foi relacionada diretamente a uma ferramenta de gerenciamento de programas públicos. No artigo de Ala-Harja é evidente a relação entre a avaliação e a alocação de recursos, processos orçamentários, alcance das metas, entre outras.

Nesses casos, as metodologias estão focadas na gestão dos recursos empregados, ou seja, para dimensioná-los ou para justificá-los. Numa tentativa de controle dos investimentos dos programas para identificar se estão atingindo os fins para os quais foram formulados e com mais ou menos gastos financeiros.

O texto de Ala-Harja (2000) e o de Holanda (2006) apresentam vários modelos para avaliação de políticas públicas, além de existirem, em ambos, algumas semelhanças quanto às várias tipologias, classificações e indicações de procedimentos e recursos para o exercício de uma avaliação. Desse modo, entende-se que as considerações desses autores possuem caráter positivista, porque a preocupação é com o controle, com a classificação, com o sentido de generalização ou de “verdade” dos resultados. Na tentativa de alcance de maior abrangência ou maior representação desses resultados.

Contudo, avaliações com base nesses pressupostos são consideradas por Rodrigues (2008) como clássicas, instrumentais e limitadas ou por concentrarem esforços na tentativa de relacionar os resultados aos objetivos da política, ou na relação metas-resultados, ou na relação custos-benefícios, ou na avaliação de impacto que considera os objetivos que foram propostos pela política pública ou projeto social.

Para Rodrigues (2008) nesses casos os pesquisadores se concentram em efeitos esperados e por isso desconsideram as ocorrências não esperadas. Desse modo, segundo a autora, nessas avaliações há pouca condição de crítica à própria política, uma vez que se considera principalmente os elementos de sua formulação e os princípios fundadores.

A avaliação de políticas públicas para Silva e Silva (2008) pode ser uma modalidade de pesquisa social aplicada. Segundo ela:

A avaliação de políticas e programas passa a se caracterizar como um esforço consciente de governos em mudar o comportamento ou desempenho de uma política ou programa cujo objetivo mais destacado é oferecer informações para decisores políticos sobre o impacto de medidas públicas orientadas para mudanças de comportamentos e situações (produção de resultados e impactos). Considerada, todavia, numa perspectiva de cidadania, a avaliação pode vir a se constituir em instrumento eficaz para o controle social das políticas sociais por parte da sociedade. (SILVA E SILVA, 2008, p.110).

Na perspectiva dessa autora, os resultados da avaliação servem tanto para os gestores públicos quanto para os cidadãos. De modo que, em sua visão, os gestores podem utilizar os resultados para tomar a decisão de mudar os programas em desenvolvimento e para a introdução de novos programas sociais, assim como para construir uma sociedade mais justa e igualitária, já pelos cidadãos o resultado pode ser utilizado para o controle social.

Todavia, Silva e Silva (2008) estabelece três funções para esse tipo de pesquisa avaliativa: a função técnica, a função política e a função acadêmica. Para ela, a primeira função, a técnica, subsidia a correção de desvios durante o processo de implementação de um programa ao indicar em que medida os objetivos e as mudanças ocorreram, possibilitando a elaboração ou o redimensionamento de políticas e programas sociais. Enquanto a função política da avaliação de políticas públicas disponibiliza informações para os cidadãos fundamentarem as lutas sociais, assim como para o controle social das políticas públicas. Já a função acadêmica pode demonstrar determinações e contradições que se apresentam no ciclo das políticas, tanto no processo quanto no conteúdo das mesmas ao evidenciar os significados dessas políticas para a construção do conhecimento.

A partir dessas classificações de Silva e Silva (2008) sobre as funções da avaliação de política públicas, pode-se entender que a sua perspectiva de avaliação ora se aproxima das representações clássicas de avaliação e ora se aproxima daquelas que atribuem a esse tipo de avaliação o sentido de compreensão.

Quando Silva e Silva (2008) relaciona os resultados da avaliação à identificação de elementos que demonstrem o “desvio de rota” da política pesquisada, ela se aproxima das abordagens clássicas, porque assim a avaliação pode receber um tom fiscalizatório, de monitoramento e de julgamento, em detrimento do sentido da compreensão da opinião dos atores sociais quanto à política em questão.

Contudo, quando Silva e Silva (2008) explica a função política e a função acadêmica da avaliação de políticas públicas, ela confere uma perspectiva compreensiva, uma vez que nesses casos a avaliação recebe uma dimensão crítica.

Com uma abordagem diferente, Rodrigues (2008, p. 11) baseia-se no autor Lejano para utilizar elementos da antropologia para propor uma “avaliação em profundidade de políticas públicas de caráter social”. Para a autora, esta avaliação deve ser desenvolvida por uma equipe multidisciplinar de pesquisa e analisar mais que a política e o que ela se propõem. Nesse sentido, o foco da análise é o conteúdo do programa, o contexto da formulação da política, a trajetória institucional do programa, o aspecto temporal e o aspecto territorial do programa.

Lejano (2006), defende a avaliação de políticas públicas a partir de uma abordagem interpretativa. Para ele as avaliações clássicas de políticas públicas tentam compreender os fenômenos em termos de valor, por isso podem cometer enganos e generalizações entre as análises/propostas e as suas aplicações no campo. Este autor entende que o resultado desse tipo de análise de política é abstrata, reducionista, simplista e fora do contexto.

De modo que a proposta de avaliação de Lejano (2006) valoriza a visão e a participação no processo avaliativo dos diversos atores envolvidos na política, sejam eles: usuários, técnicos e gestores da política ou projeto social. Sendo assim, para esse autor a pesquisa etnográfica tem influenciado, principalmente quanto à observação do objeto, as avaliações de políticas públicas a modificar a supremacia do especialista e do avaliador externo sobre a opinião dos atores da política avaliada.

Na opinião de Lejano (2006) este tipo de análise interpretativa pretende se aproximar dos pensamentos das pessoas, expandindo-a com os diferentes tipos de conhecimentos e representações, sem a intenção de ser tão completa e competente quanto a do nativo ou da pessoa original do campo pesquisado, por isso admite que a competência está nas diversas experiências dos envolvidos na política, das quais o pesquisador pode se aproximar por meio de entrevistas, questionário, artifícios de escrita, técnicas de observação participante.

Lejano (2006) propõe a integração dessas diversas estratégias de coleta de dados no processo avaliativo, o que para ele possibilita uma análise coerente da política avaliada. O autor afirma que essa diversidade de fontes de informação não diminui o rigor metodológico, mas simplesmente a utilização de outras habilidades como a visão e a linguagem do nativo sobre a situação pesquisada.

1.2 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sobre a experiência brasileira de avaliação de políticas públicas, Holanda (2006, p. 152) acredita que é “ampla e diversificada, embora ainda não consolidada”. Segundo esse autor, essas experiências raramente foram documentadas. Holanda (2006) afirma que o governo brasileiro enfatiza mais esforços na elaboração de políticas públicas e negligencia o acompanhamento e a avaliação destas políticas.

Silva e Silva (2008) considera que, no Brasil, a avaliação de políticas públicas não se constitui em uma tradição sistemática, porque ela é motivada pelo caráter fiscalizatório, formal e burocrático. Afirma, ainda, que as avaliações de programas sociais no Brasil foram registradas a partir da década de 1980, sendo que nesse período foram motivadas pelas demandas dos movimentos sociais por políticas universalizadas ou pelas críticas aos padrões de políticas desenvolvidos na América Latina referentes ao mau uso dos recursos públicos, sobretudo porque as políticas não estavam voltadas para as camadas populares.

Outra motivação marcante para a realização de avaliações de políticas públicas no Brasil durante a década de 1980, segundo Silva e Silva (2008) foram as exigências do Banco Mundial – BM e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para financiamentos no país. Desse modo, esse bancos exigiam reformas nos programas sociais, focalização, descentralização e privatização, com intuito de aferir eficiência na utilização dos recursos financiados por estas instituições.

Nesse sentido, na década de 1990, Silva e Silva (2008) argumenta que a motivação foi a reforma do Estado para adaptar o país ao ordenamento do capitalismo mundial. Como explica a autora, o país assumiu o projeto neoliberal, e por isso o objetivo passa a ser o aumento da eficiência do Estado na prestação de seus serviços. Assim a avaliação de políticas e programas sociais passou a ser utilizada pelo Estado como mecanismo de controle dos recursos para as políticas públicas. Segundo a autora, nesse período (década de 1990) ainda perdurou a exigência dos organismos financiadores internacionais de condicionar o financiamento dos programas à exigência de avaliação centrada na eficiência e na eficácia. Atualmente alguns autores acreditam que o Governo Federal brasileiro tem dado maior importância à avaliação de políticas públicas.

De acordo com Cunha (2006) os interesses das atuais avaliações do governo brasileiro ainda seguem as tendências internacionais. Segundo Cunha (2006), tais tendências possuem foco nos resultados, na alocação orçamentária racional e na reorganização dos programas de modo a alcançar os objetivos de planejamento. Contudo, para essa autora, as avaliações brasileiras visam também atender às pressões sociais para a melhoria da qualidade na provisão dos serviços públicos e às demandas para redução das despesas públicas. Com relação as características da avaliação de políticas públicas do Estado Brasileiro, a autora acredita que o processo avaliativo visa auxiliar e advertir aos planejadores e aos gerentes e seus colaboradores sobre problemas e necessidades de melhoria dos programas sociais.

Já Silva e Silva (2008) acredita que no Brasil a avaliação tem característica interdisciplinar, apesar de ainda prevalecer o teor econômico mais quantitativo, por isso mesmo de controle de gastos, em detrimento à necessidade de realimentar os programas em desenvolvimento. Mas para ela, surgem abordagens interativas que consideram variáveis contextuais e processuais. Para a autora, há também a pressão dos movimentos sociais como parte desse processo, porque demandam transparência na aplicação dos recursos públicos e sua efetividade no sentido de enfrentar a pobreza no país.

Para Holanda (2006), a aplicação de avaliação de programas sociais foi reforçada no Brasil a partir da Constituição Federal de 1998, na qual ficou normatizado um sistema de

elaboração de Planos Plurianuais – PPA. Por isso, se tornou obrigatória a elaboração e encaminhamento ao Congresso Nacional de relatórios sobre a execução desses planos de governo.

Além disso, Holanda (2006) ainda ressalta a contribuição do Tribunal de Contas da União – TCU com relação a avaliação de determinados aspectos de políticas regionais. Segundo o autor, esse Tribunal tem investigado a eficiência dos gastos públicos, a avaliação dos resultados e dos problemas operacionais de programas de governo, mas ainda traz um forte enfoque na eficiência da aplicação dos recursos públicos. O autor afirma também que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA tem dado contribuições à área de avaliação de política pública no Brasil, principalmente com relação a estudos de políticas setoriais nas áreas de agricultura, indústria, energia, saúde, educação, etc. Mas, ele acredita que é na área da educação que o Governo brasileiro concentra mais preocupações com relação à avaliação, para isso ele cita no âmbito da pós-graduação a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, com relação à graduação a avaliação do Ministério da Educação – MEC é o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES e a avaliação do Ensino Médio, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem.

Com relação à política pública brasileira de avaliação da educação superior, feita pelo SINAES, percebe-se que em sua dinâmica de avaliação há uma intensa fiscalização da adoção de novas tecnologias por parte das universidades. Em face disso, é possível acreditar que exista uma estreita relação entre o processo de modernização das bibliotecas universitárias federais e essa política. Nesse sentido, construiu-se no segundo capítulo desta dissertação o tópico 2.1 A avaliação do SINAES para as Bibliotecas Universitárias no Brasil, com a finalidade de demonstrar essa relação.

As características da experiência brasileira de avaliação de políticas públicas, discutidas pelos autores acima, permite o entendimento de que no Brasil o propósito das avaliações realizadas por instituições públicas é a gestão dos recursos empregados na política. Por isso, na maioria das vezes, estas avaliações se enquadram nas abordagens que tentam atribuir “valor” às políticas avaliadas. Mas, essa preferência nos processos de avaliação pode tornar as avaliações como simples ferramentas de regulação das instituições públicas, assim como das políticas, programas e projetos sociais. Nesse contexto, então, essa noção de avaliação pode deixar de evidenciar o sentido da política avaliada para os seus atores, isto é, qual significado/contribuição dessa política para a emancipação dos cidadãos envolvidos?

Nesta pesquisa procura-se entender o significado do processo de modernização de uma biblioteca universitária pública, a biblioteca do Campus Universitário de Palmas da Universidade Federal do Tocantins. Para tanto, utiliza-se diferentes estratégias de coletas de dados e impressões dos envolvidos neste campo de pesquisa. De modo que a essa proposta metodológica será descrita a seguir.

1.3 O PERCURSO METODOLOGICO DESTA PESQUISA

A abordagem metodológica desta avaliação é a interpretativa, de acordo com as concepções de avaliação de políticas ou programas sociais de Lejano (2006). Esse autor contesta o dogmatismo metodológico nas pesquisas avaliativas, além de ser contrário à avaliações focadas somente no custo-benefício, nas quais o envolvimento dos sujeitos beneficiários na análise acontece com pouca frequência. É por isso, e em contrapartida esse dogmatismo, que esse autor propõe um modelo de avaliação experiencial.

Nesse modelo experiencial, Lejano (2006) explica que para compreender a política pública, o pesquisador tem que entender a sua realidade, qual seja, o contexto em que a política é desenvolvida. Para isso deve acessá-la e vivenciá-la. Isso indica uma aproximação entre pesquisador e pesquisados.

Para a presente dissertação, a escolha desta abordagem se deve ao fato de que se pretende realizar uma avaliação que permita o uso de metodologias múltiplas e articuladas, a partir de ferramentas de pesquisa tanto qualitativas quanto quantitativas, uma vez que a concepção de avaliação de políticas públicas proposta por Lejano (2006) requer múltiplas estratégias de investigação para que seja possível aproximar-se o máximo possível da realidade da política, programa ou projeto avaliado.

Ressalta-se que a intenção não é generalizar os resultados, mas é a de entender como o fenômeno está acontecendo no e para o público-alvo desta investigação. Essa intenção também justifica a opção pela modalidade de pesquisa de estudo de caso, pois segundo Yin (2005, p.20), essa estratégia “contribui com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupos [...]”. Por isso, em nível de contexto para esta proposta de estudo, tem-se um processo de mudanças ocorrendo nas oito bibliotecas situadas nos sete *campi* da UFT, caracterizando-se, por isso mesmo, como um fenômeno institucional. Em face disso, o que se pretende é entender os resultados

preliminares da divulgada modernização, no caso da unidade de informação de um dos *Campi* desta Instituição Federal de Ensino Superior – IFES, o Campus Universitário de Palmas.

Outro motivo que permite a opção pelo estudo de caso, como estratégia de pesquisa, é justificado por Yin (2005, p.19) ao considerar que o mesmo pode ser usado “quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Nota-se que tanto o processo de modernização da biblioteca como o SINAES estão em fase de implementação, por isso é importante analisar esta relação já que ambos não foram finalizados e podem ser problematizados a partir de fatos atuais.

Ressalta-se ainda que a concepção de estudo de caso de Yin (2005) dialoga com a de pesquisa avaliativa de Lejano (2006). Para Yin (2005), o estudo de caso pode ser usado para investigar condições contextuais e que a estratégia tem aplicação na avaliação de políticas públicas ao unir na investigação aspectos da implementação com os de efeitos do programa, além de possibilitar a mescla entre dados quantitativos e qualitativos, como propõe Lejano (2006). Ambos os aspectos caracterizam a presente proposta de pesquisa avaliativa. Como já foi afirmado, Lejano (2006) não dissocia na pesquisa avaliativa a análise do contexto e também considera a triangulação de métodos como diferentes tipos de coleta de informação que podem, se analisados de forma integrada, corroborar as conclusões do mesmo processo.

Para este trabalho, os dados quantitativos são provenientes da análise dos questionários, assim como da descrição das possíveis mudanças na biblioteca geradas por meio dos investimentos anunciados pela UFT a partir do ano de 2006. E os dados qualitativos foram coletados por meio das entrevistas e da observação participante com os usuários da biblioteca universitária do Campus de Palmas.

Nesta pesquisa, portanto, a intenção não é simplesmente mensurar os investimentos e julgar os processos inerentes à modernização das bibliotecas. A intenção é sobretudo compreender as ideias explícitas pelos diversos atores da comunidade acadêmica sobre as ações empregadas pela UFT com intuito de modernizar a biblioteca universitária do Campus de Palmas. Assim, também é proposta deste trabalho contribuir com a qualidade dos serviços do referido setor.

Desse modo, será utilizada a triangulação de métodos como modelo de superação da dicotomia entre dados qualitativos e quantitativos, conforme explica Minayo (2005). Em ambos é possível visualizar as características do programa de modernização, porque ao integrar na análise aspectos das estruturas, dos processos e dos resultados, integra também estas variáveis. A esse processo, Minayo (2005) denomina como integração objetiva e

subjetiva do processo de avaliação. A autora considera ainda que a operacionalização da triangulação de métodos deve ser realizada em várias etapas, como a formulação da pergunta referencial que vai orientar o processo da avaliação, a elaboração de indicadores, a escolha da bibliografia, das fontes de informação, o trabalho de campo, a análise das informações coletadas, o relatório final, etc.

Contudo, neste trabalho não foram estabelecidos indicadores quantitativos, uma vez que o objetivo não é “medir” o desempenho do processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas. Em vez disso, foram colocadas como tema de discussão as ações existentes no referido processo de modernização, quais sejam, o acervo, as instalações físicas, o pessoal, a informatização e os serviços.

Sendo assim, esta pesquisa está em consonância com Gonçalves (2008, p.18), quando esta autora afirma que “o desempenho de tais políticas é mediado por fatores de ordem simbólica, porque tais políticas são ressignificadas segundo a visão de mundo das populações-alvo de tais políticas, e esta visão de mundo engendra-se nas relações que se tecem entre indivíduo e sociedade”.

É por isso que para Gonçalves (2008), os indicadores devem ser percebidos a partir do seu significado para o público alvo da política pública. Nota-se que há semelhança entre a ideia desta autora e a de Rothen (2006), haja vista que este afirma que os indicadores devem ser formulados a partir de uma negociação entre os agentes do processo avaliado, sendo que para este autor os agentes são os envolvidos na comunidade acadêmica.

1.3.1 Estratégias de coleta e análise dos dados

Para esta pesquisa foram utilizadas diversas fontes de coletas de dados. Segundo Minayo (2005), as fontes podem ser os diferentes atores sociais e, no caso dessa pesquisa, foram os gestores, técnicos e usuários da biblioteca. Os documentos instituidores e históricos, os instrumentos operacionais, como o Sistema de Informação para o Ensino – SIE, os relatórios das Avaliações Institucionais da UFT, os artigos postados no sitio da UFT (material de publicidade) e outros. Portanto, a seguir serão descritas estas fontes de dados, acima elucidadas.

a) Pesquisa Documental

Os documentos institucionais foram acessados a partir de solicitação direta aos setores da UFT, sendo que vários setores disponibilizaram os documentos solicitados, entre os quais, o Setor de Patrimônio, Coordenação Administrativa e a Coordenação da Biblioteca, todos circunscritos à administração do Campus de Palmas. Além desses, também contribuíram com essa pesquisa alguns setores ligados à Reitoria desta IFES, como a Coordenação do Sistema de Biblioteca, a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD da UFT, a Diretoria de Obras e o Setor de Contratos, além da própria Reitoria.

A pesquisa documental teve início ainda no período de qualificação desse projeto, ora em curso, durante o ano de 2009. Todavia, foi em 2010 que o trabalho foi mais incisivo devido às observações que foram apontadas pelos entrevistados, e por isso mesmo percebidas durante a pesquisa de campo.

Além disso, houve também a análise de documentos institucionais, como o Catálogo de Cursos de Graduação da UFT, no qual estão explícitas as condições de oferta desses cursos. Nesse documento, são descritos os cursos e suas estruturas curriculares, os laboratórios, as bibliotecas, as vagas para ingresso de alunos, etc; o Diagnóstico das Bibliotecas, realizado pela PROGRAD no ano de 2005, que descreve a situação desses setores antes dos investimentos na modernização; outros documentos oficiais, tais como: notas de empenho, notas fiscais, contratos de prestação de serviços, relatórios demonstrativos de aquisição ou investimentos em acervos, em móveis ou em sistema de informação, maquinários e construção do novo prédio para a biblioteca, no Campus Universitário de Palmas; os Relatórios das Avaliações Institucionais da CPA; o folder da Campanha de Preservação do Acervo das bibliotecas da UFT, realizada no ano de 2006, dentre outros.

Esta estratégia permitiu a coleta de dados para a descrição do processo de modernização da biblioteca em estudo, para analisar as possíveis mudanças nesta biblioteca a partir da sua modernização, para compreender a concepção de modernização da UFT, etc.

b) Pesquisa Bibliográfica

De acordo com Minayo (2005), a revisão de literatura deve permitir a discussão de conceitos centrais, sejam teóricos ou metodológicos, de modo que discuta indagações fundamentais sobre o tema da pesquisa avaliativa. Assim, as fontes de dados para compor o referencial teórico desta pesquisa avaliativa foram livros, teses e artigos de periódicos, que

versam sobre o estado da arte do tema de políticas públicas de educação. Dentro dessa temática, privilegia-se as de Avaliação Institucional da Educação Superior como a do SINAES, além dos temas biblioteca universitária (função, avaliação, serviços e modernização), o contexto da sociedade da informação e avaliação de políticas públicas.

Como já foi explicado, todas essas fontes de informação aqui citadas foram coletadas e passaram a ser analisadas desde o período da qualificação do projeto de pesquisa, no ano de 2009, mas as consultas a esse tipo de fonte foram constantes durante todo o ano de 2010 e início de 2011 (janeiro e fevereiro), isto é, do início até os últimos dias desta pesquisa.

c) Fontes de dados em linha ou digitais

Também foram consultados os sítios do Ministério da Educação – MEC, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, da UFT, do Planalto e o Portal de Periódicos da CAPES. Os diplomas legais foram consultados por meio do sítio do Planalto, como a legislação dos SINAES, a Lei 10.861/2004, Decreto 5.773/2006, etc. Já no sítio do INEP procurou-se identificar informações e manuais nos quais constem os padrões para bibliotecas universitárias estabelecidos pelo SINAES. Enquanto o sítio da UFT foi utilizado para o acesso às notícias institucionais e demais documentos hospedados no portal desta instituição.

O banco de dados do Sistema de Informação para o Ensino – SIE, utilizado pela biblioteca, também é uma fonte de informação útil para esta pesquisa. Por meio deste sistema foi possível encontrar informações sobre a média de usuários que utilizam os serviços da biblioteca, assim como foi possível saber o volume de empréstimos realizados pela biblioteca, além do número de devoluções registradas no período da pesquisa de Campo. No SIE também foi possível conhecer as ferramentas de serviços dispostas nesse sistema, como a de pesquisa no catálogo online, de empréstimos de livros, reservas, entre outros.

d) Observação participante

Além dos dados obtidos nos documentos institucionais e demais fontes já citadas, também foram coletados dados a partir da participação da autora desse trabalho no processo de pesquisa, de forma observacional, uma vez que a autora faz parte da equipe de servidores técnico-administrativos da UFT e que, entre outras coisas, implementam as ações para modernização da biblioteca universitária do Campus de Palmas. A coleta de dados no campo

foi iniciada com a observação participante em janeiro de 2010 e prosseguiu até os últimos dias dessa pesquisa, no mês de fevereiro de 2011.

A proposta experiencial de análise de política pública de Lejano (2006) possibilita que o analista utilize esse tipo de estratégia como procedimento de pesquisa. O autor explica que isso não diminui o rigor metodológico, porém representa o uso de outros meios para o pesquisador interpretar a visão e a linguagem do nativo sobre a situação pesquisada.

Puderam ser analisadas a partir desta técnica, as impressões dos atores envolvidos no processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas, especialmente quanto ao seu acesso, ao uso, às mudanças geradas na biblioteca, os procedimentos, as instalações físicas, os mobiliários, os maquinários, os serviços, etc.

Dessa maneira, concorda-se com Geertz (1978, p.19-20), que defende a ideia de que a aproximação entre pesquisador e pesquisado não significa que o primeiro deva ter a intenção de tornar-se nativo, nem tão pouco de copiá-lo. Mas o autor pressupõe o estabelecimento de uma interação, ao dizer que a sua procura compreende mais do que falar, porém conversar com eles.

Sendo assim, nesta pesquisa adotou-se a estratégia de observar o contexto a partir do estabelecimento de uma relação direta e presente na pesquisa de campo. Por isso, o espaço da biblioteca foi utilizado inúmeras vezes para os momentos de estudo com os quais foi possível observar e manter contato com os diversos atores da comunidade acadêmica tanto no ambiente do acervo quanto nas salas de estudo da biblioteca. Algumas vezes esse contato se deu a partir das atividades profissionais, uma vez que a autora desse texto ora em andamento é bibliotecária e atua nesta biblioteca. Por isso, quando era horário de trabalho era também o momento da interação com os usuários da biblioteca e com os demais servidores e bolsistas desse setor. As impressões dessas observações e dos diálogos com esses atores foram registrados em um caderno de anotações, que possibilitou o registro de muitos dados presentes na construção desse texto dissertativo.

e) Aplicação de questionários

A segunda estratégia utilizada na pesquisa de campo foi à aplicação de questionários¹ aos membros da comunidade acadêmica da UFT/Campus de Palmas com o intuito de

¹ O questionário formulado para esta avaliação está no apêndice dessa dissertação.

identificar a influência do processo de modernização no desempenho da biblioteca e quais as considerações deles quanto a esse processo.

Desta forma, o questionário para esta pesquisa avaliativa foi estruturado com questões fechadas e abertas. Para o primeiro tipo de questão, foram elaboradas algumas alternativas de respostas, mas para o segundo tipo de questão não foi apresentada nenhuma alternativa de resposta, mas oferecido um espaço em branco para que o questionado pudesse responder livremente.

O universo de usuários da biblioteca é de 4.442 alunos da graduação, 292 docentes, 105 técnico-administrativos e quanto aos usuários provenientes da comunidade externa não existem dados sistematizados pela biblioteca da UFT, por isso durante os meses de março e abril do ano de 2010, se colocou um livro de visitas na entrada da biblioteca, com o intuito de levantar dados sobre a média de atendimento dessas pessoas. Verificou-se, por meio do livro de visita, que nesses meses a média de atendimentos foi de sete pessoas dessa categoria em cada mês.

Esse número foi considerado pequeno, por isso o plano amostral foi construído com base na quantidade de membros das categorias de discentes, docentes e técnicos, de modo que para o cálculo da amostra o universo de usuários da biblioteca foi de 4.839 pessoas. Mas, o fato de a quantidade de usuários da comunidade externa não ter sido somada para o cálculo da amostra não significa que eles foram excluídos dessa pesquisa, uma vez que eles participaram ao responder aos questionários e também fornecer entrevistas. A seguir apresenta-se o cálculo do tamanho da amostra:

Sendo que N significa o total de usuários 4.839;

n significa o tamanho da amostra;

Sendo P a variável de usuários do Campus que usam os serviços da biblioteca e Q os que não usam;

no é o valor inicial de n, este é calculado primeiro e se ele for menor que cinco por cento do universo de usuários então a amostra será igual a esse valor inicial.

$P = 80\%$; $Q = 20\%$ e o erro amostral “e”=7%.

$no = (1,96^2 \times 80 \times 20) / 7^2 \rightarrow no = 125$.

Se $no < 5\%$ de N, então $n=no$.

Já que 5% de $4839 = 241$ e como $125 < 241 \rightarrow n=no = 125$

De acordo com o tamanho da amostra calculada deveriam ser aplicados 125 questionários aos membros da comunidade acadêmica, mas aplicou-se o total de 127 questionários. De modo que responderam ao questionário 17 professores, um de cada curso de

graduação do Campus de Palmas, 102 discentes, sendo seis alunos matriculados em cada um dos 17 cursos de graduação desse Campus, quatro usuários da biblioteca provenientes da comunidade externa e quatro membros da categoria de técnicos administrativos.

É válido informar que os quatro técnicos que responderam ao questionário executam suas atividades profissionais em outros setores do Campus de Palmas, isto é, eles são usuários e não servidores da biblioteca avaliada.

Os questionários foram aplicados durante o primeiro semestre de 2010, especificamente nos meses de março e abril. A seleção dos questionados foi feita de forma aleatória em dias e turnos alternados, manhã, tarde e noite. É importante ressaltar que alguns questionários foram aplicados nas dependências da biblioteca, mas outros foram aplicados nos diversos espaços do Campus de Palmas, como lanchonetes, blocos de sala de aula e ambientes administrativos.

A diversificação dos espaços de aplicação dos questionários foi motivada pela necessidade de se ter acesso à percepção daqueles que usam a biblioteca com frequência, bem como com os que fazem pouco ou nenhum uso desse setor no Campus. Para o contato com membros da comunidade acadêmica que possuem os dois últimos tipos de frequência de uso da biblioteca, foi necessário sair da biblioteca para convidá-los a responder o questionário. Já os quatro usuários externos que foram convidados a responder o questionário foram contatados enquanto estudavam no ambiente da biblioteca.

f) Entrevistas qualitativas com usuários da biblioteca

Após a aplicação desse questionário, alguns dos respondentes foram convidados para uma entrevista. A escolha dessa estratégia se deve ao fato de que com o questionário foi possível ter contato com as percepções de mais membros da comunidade acadêmica desse Campus e com as entrevistas foi possível aprofundar as questões mais recorrentes ou mais evidenciadas por eles.

As entrevistas foram do tipo aberta, por meio da qual, segundo Lejano (2006), é possível que o respondente fale e demonstre as suas experiências, vivências e considerações sobre campo e o objeto de estudo; por isso não foram previamente formuladas questões, mas foram apenas elaborados roteiros² ou tópicos-guia. Assim como recomenda Valles (1999), os

² Os roteiros de temas utilizado nas entrevistas com os usuários da biblioteca do Campus de Palmas, com os representantes da gestão da UFT e com os técnicos envolvidos no processo de modernização das bibliotecas estão no apêndice desta dissertação.

roteiros que foram elaborados para as entrevistas tinham um tema central relacionado às questões desta pesquisa e assim se procurou entender de forma mais profunda o sentido da modernização da biblioteca do Campus de Palmas na vida universitária.

Compreende-se como relevante o entendimento de Gaskell (2002) sobre esse tipo de entrevista, ele a denomina como entrevista qualitativa e afirmar que:

A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e que a intuição desenvolvida pelo pesquisador a partir da entrevista pode melhorar a interpretação do mesmo sobre o objeto da pesquisa [...] além de “fornecer informação contextual valiosa para ajudar a explicar achados específicos”. (GASKELL, 2002, p. 65).

As entrevistas com os membros da comunidade acadêmica foram realizadas nos meses de maio, junho e início de julho do ano de 2010. Foram entrevistados dez usuários, sendo um representante da categoria de técnicos administrativos do Campus de Palmas, um representante dos usuários da comunidade externa, quatro professores e quatro alunos. Sendo que os alunos e os professores foram agrupados por áreas do conhecimento de acordo com os seus cursos, e assim foi selecionado para a entrevista um aluno e um professor de cada área do conhecimento. Eles foram organizados da seguinte forma:

Áreas do Conhecimento	Cursos	Quantidade de professores entrevistados	Quantidade de alunos entrevistados
Ciências Humanas	Artes (licenciatura) ³	1	1
	Filosofia		
	Pedagogia		
Ciências Sociais Aplicadas	Administração Matutino	1	1
	Arquitetura e Urbanismo		
	Ciências Contábeis		
	Ciências Econômicas		
	Comunicação Social/Jornalismo		
	Direito		
Engenharias	Ciência da Computação ⁴	1	1
	Engenharia Ambiental		
	Engenharia de Alimentos		
	Engenharia Civil		
	Engenharia Elétrica		
Ciências da Saúde	Enfermagem	1	1
	Medicina		
	Nutrição		
Total		4	4

Quadro 1 – Representação da distribuição de alunos e professores entrevistados por área do conhecimento.

³ Este curso pertence a área do conhecimento Linguística, Letras e Artes, mas como há somente um curso dessa área no Campus de Palmas ele foi agrupado com os cursos da área de Ciências Humanas.

⁴ Este curso pertence a área do conhecimento de Ciências Exatas e da Terra, mas como há somente um curso dessa área no Campus de Palmas ele foi agrupado com os cursos da área de Engenharia.

Todos os questionários foram numerados e se selecionou para a entrevista o respondente do primeiro questionário de cada categoria. Entre os alunos e os professores foram selecionados os que responderam o primeiro questionário de cada área do conhecimento, de acordo com a ordem de cursos apresentada no quadro acima. Contudo, alguns dos membros selecionados não disponibilizaram os seus contatos de telefone ou os seus endereços eletrônicos, mas quando isso ocorreu selecionou-se aquele que respondeu ao questionário seguinte. Os locais e horários das entrevistas foram definidos pelos entrevistados, de acordo com as suas disponibilidades.

Por meio dessas entrevistas foi possível coletar dados sobre as impressões, considerações e indicações da comunidade acadêmica quanto ao processo de modernização dessa biblioteca, bem como às questões de acesso, de uso e dos resultados preliminares dos investimentos em modernização da referida biblioteca.

g) Entrevistas qualitativas com membros da gestão e técnicos da UFT

Além das entrevistas com os usuários da biblioteca, foram entrevistados alguns representantes da gestão e de técnicos envolvidos no processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas. Essas entrevistas foram realizadas com a intenção de compreender a concepção de modernização destes, quais as suas impressões quanto às ações desenvolvidas para a modernização da biblioteca e a trajetória desse processo de modernização na UFT e na biblioteca do referido Campus.

Os relatos coletados nas entrevistas foram importantes para a descrição do processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas, já que o referido processo não dispõe de um projeto com a sua descrição e objetivos e, além disso, não existem relatórios sobre a sua execução, assim essas entrevistas contribuíram de forma singular com essa pesquisa.

Essas entrevistas com os membros da gestão e com os membros da equipe de técnicos envolvidos no processo de modernização foram realizadas durante o período de janeiro a março de 2010. Foram entrevistadas nove pessoas, entre elas um professor e duas professoras, todos membros da equipe de gestão da Reitoria da UFT, dois técnicos de informática, membros da equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTE, setor ligado à Reitoria e uma bibliotecária ligada a Coordenação do Sistema de Bibliotecas, setor subordinado à Pró-Reitoria de Graduação da UFT. Foram entrevistados também dois bibliotecários e um assistente em administração da biblioteca do Campus da UFT de Palmas.

De acordo com Minayo (2005), a partir da análise das informações recolhidas na avaliação por triangulação de métodos pode-se considerar o processo, os efeitos e os impactos quantitativos e qualitativos da intervenção como um todo. A autora afirma que as operações de coleta de dados devem ser realizadas separadamente, por isso, nesta pesquisa primeiro foram realizadas as entrevistas com os membros da gestão e da equipe que operacionaliza o processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas, para com isso se ter mais elementos sobre esse processo.

Nesse ínterim se fez a revisão e consolidação do questionário que havia sido juntado ao texto de qualificação, em dezembro de 2009, e em seguida esse instrumento foi aplicado, depois disso foram selecionados e entrevistados os membros da comunidade acadêmica, isto é, os usuários potenciais da biblioteca. A pesquisa documental, a consulta às fontes digitais, o levantamento bibliográfico e a observação participante foram constantes desde o início da pesquisa até os seus minutos finais.

h) Tratamento e análise dos dados

Segundo Minayo (2005), os dados quantitativos devem ser digitados, tabulados, categorizados, produzido estatística simples e cruzamentos, o que permite análises capazes de representar indicadores por meio de números. Os dados qualitativos, para essa autora, devem ser analisados a partir de uma dinâmica de leitura que perpassa entre o campo e as categorias analíticas e assim se estabelece relação com a compreensão da unidade reflexiva que pode ser o objeto ou a pergunta inicial.

No caso desta pesquisa, os dados quantitativos foram tabulados em estatística simples e apresentados em tabelas, porém os dados qualitativos foram analisados por meio da interpretação das entrevistas e das observações e todos foram relacionados no momento da análise e apresentados a partir da sua relação com as questões desta pesquisa avaliativa, principalmente com aquela que pergunta se esse processo está articulado às necessidades da comunidade acadêmica do Campus da UFT de Palmas?

A análise dos dados foi realizada de forma integrada, de acordo com a proposta de Lejano (2006). O modelo experiencial indicado por Lejano (2006), exige um esforço analítico, ao invés de uma simples montagem de várias informações. Mas para isso é necessário um elemento de integração entre elas, como uma operação que envolve diversos conhecimentos, feita com coerência, sem separar as informações em planos diferentes. A

análise tem que unir inteiramente o conhecimento das ações, como se juntasse as peças ao relacioná-las.

Desse modo, se procurou compreender o processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas/UFT e os seus resultados preliminares, por meio da interpretação dos dados coletados a partir dos diferentes instrumentos de pesquisa. Na construção do texto dissertativo foram relacionados e promovidos o diálogo entre o referencial teórico e a interpretação das informações coletadas no campo, com a descrição do processo, com a análise das mudanças geradas na biblioteca, além disso, procurou-se perceber qual a influência da política de Avaliação Institucional do SINAES nesse processo de modernização.

2 HISTÓRICO, INFORMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Neste capítulo faz-se um breve histórico sobre a formação e desenvolvimento das bibliotecas universitárias no Ocidente, além disso, é discutido o impacto das tecnologias de informação sobre a organização dessas bibliotecas, a informatização de bibliotecas universitárias brasileiras e as políticas públicas que as influenciam, como o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

As bibliotecas variam de acordo com o objetivo e o público da sociedade ou instituição que atendem, de modo que seus acervos e serviços são desenvolvidos com base nessas características, por isso existem várias tipologias para denominá-las, como bibliotecas escolares, especializadas, comunitárias, universitárias, etc. Leitão (2005) explica que,

As bibliotecas não existem de forma independente da sociedade e das instituições às quais se vinculam. Elas acompanham as tendências que se verificam na vida social. [...] As bibliotecas foram se especializando à medida que instituições científicas e educacionais foram se diferenciando umas das outras em torno de um objeto, de uma teoria ou de uma prática. (LEITÃO, 2005, p. 24).

De acordo com a afirmação de Leitão, fica explicitado que os interesses da sociedade, assim como os acontecimentos sociais são fatores determinantes para as bibliotecas, uma vez que é possível identificar em cada momento histórico como as bibliotecas foram transformadas, ora utilizadas como guardiãs ora como disseminadoras de informações.

Nesta pesquisa, o foco será o processo de modernização de uma biblioteca do tipo universitária, a qual é assim caracterizada por ser vinculada a uma instituição de Educação Superior. Segundo Cunha (2010, p. 6), a função da biblioteca universitária é “proporcionar acesso ao conhecimento. Esse acesso ao conhecimento é que irá permitir que o estudante, o professor e o pesquisador possam realizar suas aprendizagens ao longo da vida”.

Sendo assim, a função da biblioteca universitária é intermediar o acesso democrático da comunidade acadêmica à informação técnico-científica e literárias, com a intencionalidade de gerar conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento social⁵.

⁵ O termo desenvolvimento social será considerado a partir da discussão de Sen (2000). Este autor defende que desenvolvimento é o processo de expansão das liberdades reais das pessoas. O conceito de Liberdade formulado por Sen (2000) consiste na oportunidade das pessoas poderem ter uma vida digna, de forma que possam se vestir, ter moradia adequada, saciar a fome, ter acesso a água tratada, saneamento básico, serviços de saúde, educação, lazer, ter possibilidade de participação social, emprego e renda etc. Sendo assim, a visão de

A biblioteca universitária também tem a possibilidade de ser depositária e dinamizadora de toda construção técnica, científica e cultural da comunidade acadêmica, por meio do tratamento e da disponibilização das monografias, dissertações, teses, relatórios de pesquisas, anais de eventos e produções literárias dos diversos membros dessa comunidade.

Assim, a atividade-fim da biblioteca universitária é proporcionar para a comunidade acadêmica o acesso à informação. De modo que as demais atribuições dela, isto é, os processos técnicos, devem “girar” em torno disso, porque a principal meta desse setor deve ser a mediação entre o usuário e o acervo. Sobre essa questão Leitão (2005, p.14) argumenta que “o desafio da biblioteca está em gerenciar as relações que ela é capaz de estimular e não nas fórmulas pelas quais arquiva e resgata dados”.

Porém, a análise da literatura permite o entendimento de que muitas instituições dessa natureza valorizam mais as funções técnicas de catalogação, indexação, informatização, etc. do que os serviços de atendimento direto aos usuários. O autor Antonio Miranda (1978) entende que a biblioteca é antes de tudo um fenômeno social, que enfrenta conflitos entre a abordagem técnica e a visão política. Para esse autor,

A práxis revela que o binômio – contexto social só é equacionado positivamente quando o arbitro – no caso o bibliotecário – transita nas duas esferas e quando sabe como administrador, dialogar com o poder decisório superior. Erra, portanto, aquele que oferece somente soluções técnicas. (MIRANDA, 1978, p. 2).

Para tanto, a biblioteca, em um espaço acadêmico público federal, deve ter como objetivo a educação pública e comprometida com a formação dos acadêmicos. É por isso que tanto o planejamento estratégico quanto os projetos de ensino devem estar articulados com a missão da instituição de ensino superior, além disso deve estar atenta para mediar fatos e temas relevantes para o alcance da cidadania, seja por meio de informativos, da composição do acervo e/ou mesmos pela oferta de palestras, oficinas, etc.

Desse modo, a biblioteca universitária dará suporte à universidade por meio da disseminação da informação que pode servir de apoio à docência, às pesquisas, aos projetos de extensão e também contribuirá com o dia-a-dia da administração. Como instituição social, as bibliotecas universitárias tem sua história construída juntamente com o percurso das universidades. Segundo Carvalho (2004, p.78), as instituições universitárias desde seu início sempre dispuseram de bibliotecas e ambas foram originadas a partir dos mosteiros, por isso,

durante algum tempo, as bibliotecas universitárias se caracterizavam como “locais reservados, de acesso restrito, com a função de colecionar e preservar” os registros de informação.

Sobre a composição dos acervos, Carvalho (2004, p.78) afirma que eram compostos “por doações feitas por reis, aristocratas, autoridades religiosas, professores e alunos das próprias universidades”, que doavam suas anotações de aulas, além das “cópias realizadas pelos *scriptoria* monásticos”.

Como exemplo da origem das bibliotecas universitárias no Brasil, Carvalho (2004) cita as bibliotecas dos Jesuítas que eram utilizadas como apoio às suas responsabilidades com os seminários e os colégios.

De um modo geral, as bibliotecas passaram por transformações que proporcionam maior acesso à informação. Segundo Carvalho (2004), isto se deve à invenção dos tipos móveis e à prensa de Gutemberg, já que a produção passou a ser mais rápida e aumentou a tiragem, reduzindo o valor de mercado do livro.

Segundo conta a autora, as bibliotecas universitárias dependiam do trabalho manual para compor seu acervo, por isso as obras eram caras e até raras. Por isso, o advento da imprensa muda a forma de composição dos seus acervos, o que influencia também a concepção dos serviços de uma biblioteca, pode-se perceber isso na seguinte afirmação de Leitão,

Durante séculos da nossa história, a biblioteca tem mudado de função. De espaço, de armazenamento dos patrimônios filosóficos e científicos da sociedade para as futuras gerações, preservando-os do perecimento, ela vem se transformando em local de convívio, inspirações, apoio e formação daqueles que querem conhecer o mundo, a ciência e as artes. (LEITÃO, 2005, p. 24).

Isto é, seus acervos deixam de ser privilégio privado de reis e monges e passam a ser objeto de investigação de acadêmicos; e Leitão considera que:

O serviço de biblioteca, tal como conhecemos, foi desenvolvido na segunda metade do século XIX, com as seguintes características: acervo voltado para atender a comunidade; seleção de materiais bibliográficos de forma sistemática e com propósito, adoção de técnicas como códigos de catalogação, políticas de padronização e a cooperação entre bibliotecas. (LEITÃO, 2005, p.15).

A partir do exposto acima, percebe-se que, continuamente, ocorreu a transição da biblioteca, que perdeu a característica de arquivo e passou a ser encarada como espaço de socialização de informações.

Essa transformação representa, para Carvalho (2004, p.20), que a função da biblioteca não é mais organizar estoques de documentos, mas, sobretudo, disponibilizar informações. Segundo a autora, isso exigiu que os serviços fossem redimensionados, uma vez que passa a ser necessário tornar esses documentos acessíveis a ponto de serem emprestados.

Além da possibilidade de empréstimo das obras dos acervos das bibliotecas, também ocorreram outras transformações nos serviços desse tipo de setor, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, como explica Ferreira. Para esse autor, “a informação está cada vez mais presente em todas as atividades, não só em suportes de papel, mas também na forma digital” (FERREIRA, 1994, p. 10). Assim algumas bibliotecas passaram a disponibilizar livros e periódicos em CD-ROM, por exemplo.

Além disso, Cunha (2010) lembra uma outra transformação mais recente das bibliotecas universitárias. Segundo o autor, a partir de 1994, foram desenvolvidas bibliotecas digitais com conteúdos informacionais disponíveis de modo *on-line*. Isso significa que o acesso pode ser feito sem a presença física do usuário no ambiente da biblioteca.

Entretanto, é importante lembrar que no Brasil essas transformações alcançaram apenas algumas bibliotecas especializadas e universitárias. Para a maioria das bibliotecas públicas e escolares ainda não conseguiram funcionar de forma adequada nem no formato tradicional⁶. Segundo Ribeiro (2008), a maioria das bibliotecas públicas brasileiras não possui acervos adequados nem em termos de quantidade nem em termos de qualidade, as estruturas físicas são precárias e os seus quadros de pessoal não são suficientes assim como não há qualificação para os trabalhadores que atuam nas bibliotecas.

Contudo, algumas bibliotecas, principalmente as universitárias e especializadas, motivadas por descobertas tecnológicas sofreram mudanças estruturais. Algo que Rizzo (2007) comenta em sua dissertação ao afirmar que:

Nos últimos anos, a mudança tecnologia tem sido cada vez maior, em um espaço de tempo cada vez menor. Esse fato colocou a biblioteca em um período de transição, passando de uma organização totalmente ligada no material impresso, para outra, onde tudo, ou quase tudo, poderá ser armazenado em formato digital. (RIZZO, 2007, p. 61).

⁶ De acordo com o 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais 8% dos municípios brasileiros não tem biblioteca pública, em 79% das cidades existem bibliotecas municipais em funcionamento, mas em 12% elas estão em processo de implantação e em 1% em fase de reabertura. Esse Censo foi realizado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), durante o segundo semestre de 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

No caso das bibliotecas universitárias brasileiras, Miranda escreveu, em 1978, que não havia uma tradição nessa área em nosso país. Esse autor atribuiu isso ao fato de que a nossa experiência com a educação superior ser bem recente, além disso, considera também que no Brasil havia pouca tradição com os livros e com as bibliotecas e atribui tal situação às consequências do tipo de colonização levada a termo no Brasil. Segundo Miranda (1978), a grande maioria da população brasileira é descendente de familiares analfabetos e semianalfabetos, o que, segundo ele, pode explicar a pouca intimidade com os livros e com as bibliotecas.

Essa caracterização de Miranda é similar a de Silva, A. (2009), mas essa autora comenta a situação das bibliotecas universitárias no período contemporâneo. Para ela, no Brasil os discursos governamentais mencionam as bibliotecas como elementos fundamentais nos programas educativos e científicos, embora isso não se concretize em ações nas políticas públicas. Para a autora, esta situação tem origem na falta de tradição de bibliotecas nesse país, algo que, segundo ela, foi herdado do período imperial brasileiro.

Para Carvalho (2004, p. 86), o século XX foi o principal período de desenvolvimento da experiência brasileira em bibliotecas do tipo universitárias. Essa autora destaca os seguintes momentos históricos do referido século:

- Em 1901 – O 19º Capítulo do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário Dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, determinou que as Escolas mantivessem bibliotecas;
- 1947 – A Universidade de São Paulo cria sua biblioteca central e um catálogo coletivo de livros e periódicos, porém mantêm a independência técnica e administrativas de suas unidades, por isso o catálogo configura-se como um serviço cooperativo;
- 1953 – A Universidade do Recife desenvolve o Serviço Central de Bibliotecas, mas desta vez centralizou o serviço de aquisição e processamento técnico do acervo;
- 1963 – O Conselho Federal de Educação define como um requisito para reconhecimento dos cursos superiores a existência de bibliotecas;
- 1972 - 1º Encontro Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias;
- 1972 – Criação da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias;
- 1974 – Criação da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias;

- 1974 – Realização do Seminário para Estudos dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, realizado com o apoio do MEC em parceria com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, de forma que a partir dessa discussão resulta a implantação do Núcleo de Assistência Técnica – NAT 08;
- 1975 – Implantação do NAT 08;
- 1978 – Criação da Comissão de Bibliotecas Universitárias, ligadas à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários;
- 1978 – 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).

O foco do NAT 08, segundo Carvalho (2004), era a área da Biblioteconomia. Envolveu o departamento de Assuntos Universitários do MEC e a Universidade Federal de Pernambuco. De acordo com a autora, este Núcleo, desativado em 1977, era responsável pela oferta de formação continuada, prestava assistência técnica na área de planejamento, implementação e implantação de Sistemas de Bibliotecas Universitárias.

Carvalho (2004) afirma que ainda, no ano de 1977, foi criada na CAPES a Assessoria de Planejamento Bibliotecário, órgão responsável pela elaboração de projetos, prestação de consultorias às bibliotecas e desenvolvimento de eventos que contribuíssem com as bibliotecas universitárias. Essa autora indica que esta Assessoria deixou de existir no ano de 1980, mas considera que ela proporcionou contribuições significativas,

Para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias federais brasileiras, tais como: incentivo a publicação de obras, promoção de estudos técnicos, abrangendo as áreas de planejamento e desenvolvimento de acervos, realização de cursos de especialização, concessão de bolsas de estudos e de viagens. (CARVALHO, 2004, P.87).

A promoção dos estudos técnicos durante esse período do NAT 08 (1975-1977) comentado acima por Carvalho, também é explicado por Silva (2010), quando esta última afirma que esse era o período do regime militar no Brasil. Para esta autora, apesar de ser um período nebuloso da história brasileira, houve um crescimento do ensino superior a um ritmo até então desconhecido no país, assim como os investimentos em ciência e tecnologia (C&T), e no âmbito das bibliotecas universitárias, houve também um grande ciclo de expansão da oferta de bibliotecas. Todavia, como frisa a autora, essa expansão foi apenas estrutural, com a política de construção de grandes prédios de bibliotecas centralizadas e a consolidação de Cursos de Biblioteconomia voltados para a formação predominantemente técnica de profissionais influenciados pela experiência americana.

Outras autoras como Martins, Cavalcante e Gurgel (2004) salientam que a criação do IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), em 1954, teve importante influência para o desenvolvimento da biblioteconomia no Brasil, pois, segundo essas autoras, o IBBD implementou acordos com universidades e instituições de pesquisa que incentivaram a criação de bibliotecas especializadas e universitárias, além de escolas de biblioteconomia.

No período de 1986 a 1995, segundo Silva, E. (2009), as bibliotecas universitárias brasileiras vivenciaram experiência de uma política pública nacional de bibliotecas universitárias. A autora afirmou que a proposta inicial objetivava construir um sistema nacional de bibliotecas universitárias, porém o resultado foi a criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU).

O PNBU, segundo Carvalho (2004), foi constituído no âmbito da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC e desse programa emanaram, nas duas primeiras versões, 46 ações programáticas focalizando seis áreas-problema ou de desenvolvimento. De acordo com Alvarenga (2002), o PNBU possibilitou um direcionamento para as ações das bibliotecas universitárias brasileiras, pois o programa estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento e para a cooperação entre as bibliotecas.

Segundo Alvarenga (2002), entre as ações do PNBU destacou-se a automação das bibliotecas, para a qual o Programa sugeria uma rede de intercâmbio de dados bibliográficos, o que possibilitaria a catalogação cooperativa, empréstimo e a comutação bibliográfica. Desse modo, nos anos 80 surge a Rede de Catalogação Cooperativa (BIBLIODATA), sediada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa rede foi utilizada, no ano de 2006, pela UFT para iniciar a informatização de suas bibliotecas.

O PNBU parece ter sido uma política significativa para as bibliotecas universitárias como ressalta Silva, E. (2009). Para essa autora, dois projetos desse Programa, o BIBLIOS e o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (APA), ambos destinados a recuperação de acervos das bibliotecas, podem exemplificar o desempenho do PNBU. Ainda segundo a autora, em 1990 o MEC instituiu o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, o PROBIB, também sob a responsabilidade da SESU, com o objetivo de aquisição de livros e periódicos para todas as instituições brasileiras.

O PROBIB, segundo Silva, E. (2009), era financiado por uma ação conjunta entre a Capes, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Posteriormente, em 1994, o Programa foi dividido e a Capes ficou responsável pela distribuição de Periódicos e a SESU pela

distribuição de livros. Como explica Carvalho (2004), o PROBIB foi extinto no início em 1995.

Segundo Silva, E. (2009), em 1995, a Capes criou o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP) e iniciou o repasse de recursos para as IES, mas os recursos não eram suficientes para atender todas as Instituições, por isso, no ano de 2000, foi criado o Portal de Periódicos da Capes.

Ainda, na década de 1980, foi lançado o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), citado por Alvarenga (2002) como importante para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias no Brasil. O COMUT é sediado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBCT), em Brasília, e até hoje é uma importante ferramenta de acesso a periódicos científicos, teses e dissertações, entre outros textos acadêmicos, que pertencem a bibliotecas nacionais e estrangeiras e que ainda não foram digitalizados.

De acordo com Carvalho (2004), na década de 1980, estava sendo discutido o modelo organizacional para bibliotecas universitárias, se poderiam ser modelos centralizados, descentralizados ou mesmo em redes de bibliotecas. Segundo a autora, a forma de organização que prevaleceu e atualmente está consolidada em 60, 4% das bibliotecas universitárias, é o formato de Sistema de Bibliotecas, onde as bibliotecas de uma universidade estão ligadas por um órgão coordenador, como ocorre no caso das unidades de informação da UFT.

No final da década, especificamente, em 1989, foi criada a RNP (Rede Nacional de Pesquisa) e segundo Alvarenga (2002) essa Rede de comunicação científica do Ministério da Ciência e Tecnologia proporcionou a infraestrutura para que a internet se tornasse realidade nas universidades.

Para Silva (2010), dois fatos marcam a área da biblioteconomia na década de 1980, um foi a discussão do papel social dessa área e o outro foi a inserção das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) no fazer biblioteconômico. Para a autora, o primeiro fato ganhou impulso na redemocratização do Brasil, porque foi por meio da efervescência dos movimentos sociais, que essa área recebe estímulos para a discussão da função social das bibliotecas e nesse sentido a formação tecnicista deixa de ser o único viés, apesar de ainda ser predominante. Além disso, nesse momento, na pauta da discussão técnica estão as novas tecnologias.

Na década de 1990, de acordo com Alvarenga (2002), houve o crescimento da disponibilização nas bibliotecas universitárias de bases de dados internacionais em CD-ROM. Esse autor também ressalta que, em 1994, o projeto Antares contribuiu com o

desenvolvimento desse setor quando disponibilizou em grandes bibliotecas de universidades postos de acesso *on-line* aos seus banco de dados com informações técnico - científicas.

Esse investimento em informatização nas bibliotecas universitárias persiste durante toda a década de 1990. Nela, também se percebe que há um enfraquecimento da perspectiva social desse setor, que havia sido alimentada na década de 1980. Mas segundo Silva (2010), os fatores que influenciam tal enfraquecimento, neste período, estão relacionados ao ajuste neoliberal no Brasil e às práticas de gerência e *governance*.

Para Silva (2010), a institucionalização do neoliberalismo nos serviços públicos foi consolidada pela reforma gerencial, de modo que essa reforma impôs o fenômeno da gerência empresarial, a comercialização e a privatização de serviços. Silva (2010, p.16) afirma que “no âmbito da educação superior, por um lado, levou as universidades a investirem em suas bibliotecas com seus próprios recursos, mas por outro, achatou os salários, não realizou concursos e incentivou a precarização da força de trabalho”.

Essa conjuntura influencia a formação de bibliotecários e por isso o funcionamento das bibliotecas na contemporaneidade se volta para a temática da gestão. Esse fato é explicado por Silva (2010), ao considerar que nesse momento a prática bibliotecária nas universidades federais necessita da assimilação dos princípios gerenciais, para assim dar conta dos desafios impostos pelo novo cenário, como a manutenção das atividades com um número reduzido de funcionários, novos serviços informacionais e, principalmente, atender às exigências dos processos avaliativos do MEC.

A análise da literatura permite o entendimento de que o paradigma dominante na Ciência da Informação é o dos serviços altamente tecnicistas, ágeis, precisos e a concepção utilitarista da informação. Como esses elementos na maioria das bibliotecas é pensado como instrumento de lucro para as instituições de pesquisa, o potencial emancipador é deixado à margem.

Por isso, para Silva, A. (2009) a formação bibliotecária está centrada na sociedade de informação e nas ênfases gerenciais que acrescentaram uma nova configuração às práticas universitárias e a seus bibliotecários, que por sua vez foi definida como uma mentalidade centrada no tecnicismo informatizado e na gestão.

Sobre a influência da Sociedade da Informação nas universidades Chauí (2003), a partir de uma postura crítica, afirma que as mudanças no modo de produção capitalista e na tecnologia provocaram transformações na ciência e que por isso mesmo a universidade pública constrói conhecimento/informação destinado à apropriação privada. Isto, para ela, se

deve ao fato de que a maioria das pesquisas são determinadas pelas exigências do mercado e por seus financiadores, estes em geral pertencentes ao âmbito privado ou à lógica de mercado.

Ranieri (2000) considera que, no contexto atual, a natureza pública da educação superior é discutida com base nos benefícios que produz, tais como: formação de pessoal habilitado às ocupações sociais mais complexas, formação de grupos dirigentes, geração e disseminação de conhecimentos que contribuem para o crescimento da produtividade e da competição do país, etc.

De modo que é esse o cenário da educação superior em que as bibliotecas universitárias fazem parte, por isso se constituem como instrumentos importantes para pesquisas acadêmicas e assim encontram motivação para agilizar as rotinas e serviços por meio da informatização.

Mas isso não significa que essas bibliotecas ampliam o acesso à informação, porque a diversificação e a agilização das formas de acesso a esse elemento acabam ficando restritas aos pesquisadores, professores, alunos e técnicos. Mas, esse grupo na maioria das vezes pertencem a um círculo de pessoas que já tem acesso à informação.

Essa necessidade de aprimorar os meios de tratamento da informação é discutido por Ferrer (2002. p. 10, grifo do autor) ao evidenciar que “no novo paradigma tecnológico, as tecnologias de ponta se centram no *processamento da informação*. Esta é, ao mesmo tempo, matéria-prima e produto, num fenômeno típico do capitalismo contemporâneo”.

Por isso, a dinâmica das pesquisas científicas que impulsionam o desenvolvimento tecnológico e a velocidade e praticidade de publicação dos atuais meios de comunicação como a internet são características da atual configuração da Sociedade da Informação. Contudo, nessa configuração da sociedade, a dimensão econômica do uso da informação por vezes supera a sua função social.

Na literatura especializada, há um discurso quase unânime defendendo as vantagens do uso das TICs nos serviços bibliotecários. Estes evidenciam a necessidade das bibliotecas acompanharem essas mudanças. Segundo Carvalho (2004),

Na cartografia das bibliotecas, está evidente o reconhecimento de que é preciso acompanhar as mudanças que emergem da Sociedade da Informação, alicerçadas no uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação, ampliando as estratégias de serviços e produtos que, cada vez mais, dever ser compatível com o perfil de seus usuários. (CARVALHO, 2004, p.153).

Contudo, é possível perceber que ainda é necessário encontrar uma forma de lidar com as tecnologias sem deixar de problematizar seus efeitos excludentes para, quem sabe assim,

superá-los. Considera-se, por isso, que a universidade, principalmente as públicas, assim como os seus setores devem ter nas TICs um instrumento a favor da comunicação, por isso a sociedade e o meio ambiente devem ser o centro de todo processo de mudança, devem ser as “peças-chave”.

Simultaneamente à modernização das bibliotecas universitárias, tem-se que as bibliotecas públicas que não recebem investimentos que possibilitem o exercício efetivo da sua função, pois de 83% delas compõe o seu acervo somente por doações, além disso em apenas 29% das bibliotecas públicas do país os usuários têm acesso direto à Internet⁷. Sendo assim, as camadas populares não têm acesso adequado à informação. Já as bibliotecas universitárias atendem de forma mais apropriada, porém é para um público que conseguiu ter acesso a educação superior e que na maioria das vezes faz parte de círculo quase fechado de uma elite letrada.

De acordo com Carvalho (2004), o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) atualmente se caracteriza como um espaço de discussão dos problemas enfrentados pelas bibliotecas universitárias brasileiras. De acordo com a autora, o primeiro ocorreu em 1978, mas foi somente no 4º SNBU que ocorreu a apresentação do documento base para o PNBU.

O SNBU continua ocorrendo bienalmente. A sua décima sexta edição foi realizada em outubro de 2010 no Estado do Rio de Janeiro. Teve como tema “onde estamos, aonde vamos” e discutiu o estado-da-arte das bibliotecas universitárias após mais de 30 anos de modernização⁸.

Mas, a participação dos profissionais ligados às bibliotecas universitárias nesse evento ocorre de forma voluntária, de acordo com a disponibilidade de recursos do próprio profissional ou da instituição na qual esteja ligado. Atualmente, se verifica que no Brasil não existem políticas públicas específicas para as bibliotecas universitárias, como havia na década de 1980 por meio do PNBU e depois pelo PROBIB.

No entanto, existem políticas públicas vinculadas à educação superior que as atingem diretamente, como a do SINAES, por exemplo, que determina e avalia os critérios de funcionamento desse setor; o Portal de Periódicos da CAPES, que disponibiliza o acesso aos periódicos científicos nacionais e internacionais; e até o Programa de Apoio a Reestruturação

⁷ De acordo com o 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais. Esse Censo foi realizado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), durante o segundo semestre de 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

⁸ Disponível em: <<http://www.snbu2010.com.br/index.asp>>. Acesso em: 20 de mar. 2010.

e Expansão das Universidades Federais – REUNI⁹. No caso do REUNI, trata-se de uma política recente por meio da qual foram criados novos cursos nas IFES e por isso foram investidos recursos na aquisição de acervos para compor as bibliografias básicas desses cursos recém criados.

Porém, esses investimentos nas bibliotecas universitárias não são articulados com o aumento da demanda de alunos que têm ingressado nas IFES por meio do REUNI. Essa relação é explicada por Silva, A. (2009) que concluiu em sua pesquisa que as universidades federais somente materializam as estruturas depois de criados os novos cursos do REUNI, por isso para ela a maioria das bibliotecas dessas IFES não conseguem acompanhar esse ritmo de crescimento, mesmo com uma significativa diminuição da pressão das políticas neoliberais no Governo de Luis Inácio Lula da Silva.

Outro fator que serve de atenuante para o déficit das bibliotecas universitárias perante o desenvolvimento das IFES é a postura dos gestores dessas bibliotecas. Silva, A. (2009) percebeu em sua pesquisa, que a maioria dos profissionais de biblioteconomia das IFES pesquisadas não participava das reuniões de planejamento das suas universidades, por isso desconheciam seus planos estratégicos e de ação, não tinham conhecimento das políticas públicas que exerciam influência sobre as bibliotecas universitárias ou mesmo sobre a educação superior como um todo.

Apesar da inexistência de políticas públicas específicas para as bibliotecas universitárias, isto é, políticas que pensem e financiem de forma articulada o desenvolvimento desse setor, as bibliotecas continuam em processo intenso de transição com a adoção cada vez maior de novas tecnologias, que é fiscalizada pelas avaliações institucionais e de Cursos do SINAES. Essa relação será discutida na próxima seção deste capítulo.

2.1 AVALIAÇÃO DO SINAES PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Neste tópico se apresenta a relação do atual SINAES com o processo de modernização das bibliotecas universitárias, principalmente, as que são ligadas às IFES, por isso a análise que aqui se faz parte da metodologia de avaliação do referido Sistema, especialmente com os

⁹ O REUNI, foi lançado pelo Governo Federal durante a administração do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, tem o objetivo de expandir, as vagas para estudantes de graduação no Sistema Federal de Ensino Superior. Disponível em:< http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28>. Acesso em: 23 set. 2009.

instrumentos utilizados nessa avaliação e pelas críticas estabelecidas a esse Sistema por alguns autores. Para tanto, as fontes de informação para esta análise foram Leis, Decretos, instrumentos de avaliação e bibliografias sobre a referida política.

Essa política pública de avaliação é específica para os cursos de graduação e foi instituída por meio da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A biblioteca universitária é um dos setores avaliados nas duas etapas da Avaliação Institucional e na Avaliação dos Cursos de Graduação dessa política.

De acordo com Rosa e Nascimento (2010), nos processos avaliativos citados acima, as condições das bibliotecas têm grande peso na pontuação do item infraestrutura. Mas, para Holanda (2006), nessa Avaliação do MEC, como é conhecida essa política, a centralidade são as instalações físicas, e nesse sentido há ênfase nas estruturas físicas das bibliotecas.

O processo de modernização das bibliotecas universitárias federais atende apenas às exigências legais, primeiro do Plano Nacional da Educação (PNE) e posteriormente às do SINAES. Nota-se que as bibliotecas constam no décimo quarto objetivo do PNE referente ao ensino superior.

14. A partir de padrões mínimos fixados pelo Poder Público, exigir melhoria progressiva da infra-estrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o recredenciamento das instituições de educação superior e renovação do reconhecimento de cursos. (BRASIL, 2001).

O artigo estabelece que a melhoria progressiva da biblioteca seja condição para o recredenciamento das IES e renovação do reconhecimento dos cursos de graduação, algo que será averiguado por meio de avaliação. Ainda assim, como está explicitado no texto legal, a biblioteca não, por si mesma, mas como um item e além disso é referida como parte da infraestrutura.

Por isso, também é que a referência às bibliotecas universitárias se faz mais quanto a sua estrutura física, como consta no artigo terceiro da Lei 10.861/2004, que também versa sobre a instituição do SINAES.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes: [...]
VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; (BRASIL, 2004a).

As referidas avaliações das instituições e dos cursos superiores de graduação, no sistema federal de ensino, são regulamentadas pelo decreto 5.773, de 9 de maio de 2006, o qual exige no seu artigo 16º para credenciamento e reconhecimentos das Instituições:

Art. 16º O plano de desenvolvimento institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:[...]

VII - infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos; (BRASIL, 2006).

Provavelmente foram as exigências legais, expostas acima, que impuseram à maioria das universidades federais a implantar novas formas de gestão e disseminação de informações. Aquelas que ainda não o fizeram estão em fase de implantação, uma vez que os serviços e a infraestrutura das bibliotecas são objetos de avaliação do SINAES.

O SINAES tem como meta melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão das ofertas de vagas e aumento permanente da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social. (BRASIL, 2004a).

Também constam na Lei, como objetivos, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004a).

Ainda de acordo com o diploma legal, a finalidade desta lei é avaliar as IES, os cursos de graduação e o desempenho dos estudantes. O SINAES é desenvolvido pelo MEC através do INEP.

Essa avaliação regulamenta e supervisiona a educação superior, por isso dependem dela o “credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação”. (BRASIL, 2004a).

O SINAES é um sistema complexo de avaliação, é composto por três modalidades de Avaliação, são elas: o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes – ENADE¹⁰, a Avaliação dos Cursos de Graduação; e a Avaliação das Instituições de Educação

¹⁰ O ENADE é realizado por meio de uma prova aplicada aos alunos do final do primeiro e do último ano do Curso, segundo a legislação esse exame tem como objetivo identificar o rendimento dos alunos dos cursos de

Superior. Esta última é composta da avaliação interna, conhecida como auto-avaliação das IES e da avaliação externa *in loco*. (BRASIL, 2004a).

O ENADE não será discutido nessa pesquisa, já que essa modalidade avalia o rendimento dos alunos com relação ao conteúdo dos Cursos de Graduação, mas as demais modalidades de avaliação do SINAES, a de Curso e a Institucional, consideram os seguintes indicadores das bibliotecas universitárias: acervo, área física, organização do acervo, formas de acesso, recursos humanos, informatização, produtos e serviços e política de atualização e expansão do acervo, por isso elas serão descritas a seguir.

A **Avaliação dos Cursos de Graduação** é desenvolvida por comissões de avaliadores externos designados pelo INEP, que a avaliam *in loco* e a partir de instrumentos elaborados pelo mesmo Instituto¹¹. Nela são verificadas as condições de ensino, isto é, os recursos e instrumentos didático-pedagógicos dos Cursos, como o Projeto Político Pedagógico, o corpo docente, a quantidade de alunos por docente e por turma, as instalações físicas, a existência da bibliografia básica na biblioteca, etc. (Brasil, 2004b). Segundo Augusto e Balzan (2007), a periodicidade dessas avaliações depende do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos.

A análise do instrumento¹² utilizado na Avaliação dos Cursos permite a identificação de que os indicadores investigados nessa modalidade que tem relação com a biblioteca são a bibliografia básica, a complementar e o acervo de periódicos, avaliação consiste numa relação entre o que está descrito no PPP (Projeto Político e Pedagógico) do Curso e a composição do acervo da biblioteca (INEP, 2008a). Mas essa relação entre a bibliografia básica dos PPPs dos Cursos e o acervo da biblioteca geralmente é entregue pelas IES por meio de relatórios emitidos pela biblioteca e fornecidos para os avaliadores externos.

Nesse caso, o instrumento da Avaliação dos Cursos de Graduação só permite que o avaliador externo verifique, conforme é descrito nos relatórios, se os títulos dos livros referidos no PPP dos Cursos existem no acervo da biblioteca. Outra ação é comparar a quantidade de exemplares elencados nos relatórios com a quantidade de alunos por turma.

graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/enade/default.asp>. Acesso em: 13 jul. 2010.

De acordo com Augusto e Balzan (2007) essa avaliação ocorre em ciclo de três anos, isto é, a cada três anos cursos de áreas diferentes são avaliados. A modalidade utiliza também a aplicação de um questionário socioeconômico para identificar o perfil dos alunos. A escolha deles é realizada pelo INEP por meio de amostragem.

¹¹ Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/condicoesdeensino/>. Acesso em: 13 jul. 2010.

¹² Os indicadores referentes à biblioteca que estão presentes nos Instrumentos de Avaliação utilizados na Avaliação Institucional, na Auto-avaliação e na Avaliação de Cursos do SINAES estão compilados no anexo desta dissertação.

Para essa relação entre a quantidade de alunos e a quantidade de exemplares de itens da bibliografia básica no acervo, o avaliador pode emitir um conceito de um a cinco. (INEP, 2008a).

Assim, é possível constatar a ênfase nos dados quantitativos, já que as percepções dos usuários da biblioteca quanto ao seu acervo não são consideradas, seja com relação à qualidade desses títulos, seja quanto à quantidade de exemplares ou mesmo quanto ao uso que os docentes e discentes fazem destes livros nas disciplinas, etc.

Mesmo tendo em vista as atividades acadêmicas, a **Avaliação Institucional** de Educação Superior se detém em questões de infraestrutura da IES, por isso está voltada para verificar os dados da missão, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da política de ensino, da responsabilidade social da instituição, assim como organização e gestão da instituição, Infraestrutura física, etc. (BRASIL, 2008b).

Essa avaliação institucional possui duas etapas: a auto – avaliação e a avaliação externa *in loco*. A auto-avaliação deve ser realizada anualmente pela Comissão Própria de Avaliação – CPA das IES. A CPA planeja e executa o processo com base nas diretrizes e no roteiro da auto-avaliação institucional do CONAES¹³.

Os aspectos analisados da biblioteca na etapa da auto-avaliação envolvem a avaliação da bibliografia básica e complementar, da coleção de periódicos, da estrutura física, da informatização, dos serviços do setor, entre outros, mas ambos relacionados ao nível de satisfação da comunidade acadêmica. (BRASIL, 2004b).

Apesar de que na auto-avaliação a IES pode realizar consulta à comunidade acadêmica, a avaliação é ainda assim quantitativa, porque geralmente utilizam somente questionários para a coleta de dados. Acredita-se que este instrumento pode demonstrar dados relevantes sobre a impressão dos membros da comunidade, mas quando usado sozinho a sua contribuição é bastante limitada, haja vista que é difícil perceber por meio de questionários as considerações dos sujeitos sobre os dados constatados.

Nos relatórios das auto-avaliações da UFT dos períodos de 2004 a 2006¹⁴ e de 2007 a 2008¹⁵, há uma ênfase na apresentação dos dados quantitativos e descrições das ações instrucionais. Desse modo, o primeiro relatório expõe vários gráficos demonstrando as respostas dos questionados sem uma análise que as contextualizasse e no segundo encontra-se

¹³ Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior/avaliacao_institucional/. Acesso em: 13 jul. 2010

¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Avaliação Institucional Interna da UFT: 2006. Palmas, 2007.

¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Avaliação Institucional Interna da UFT: 2007 a 2008. Palmas, 2009.

uma sequência de descrições das ações empreendidas pelas Pró-Reitorias nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão. Nos dois casos, não foram apresentadas as considerações da comunidade acadêmica da referida Instituição. Essas características do processo da auto-avaliação desta IFES demonstram que nem sempre a sua comunidade acadêmica foi considerada no processo de avaliação, ou por não ter suas respostas analisadas qualitativamente ou por não ter sido envolvida nos procedimentos avaliativos.

A auto-avaliação fornece subsídios para a avaliação externa *in loco*, feita por meio de comissões designadas pelo INEP e também usam instrumentos elaborados por esse Instituto. De acordo com Brito (2009), as etapas da Avaliação Institucional do SINAES são: i) o CONAES orienta a auto-avaliação; ii) a CPA realiza a auto-avaliação e submete o relatório; iii) o INEP envia a comissão para a avaliação externa *in loco*; iv) os relatórios dessa comissão serão enviados ao CONAES, que emite o parecer conclusivo para a SESU do MEC.

De acordo com essa autora, a etapa externa *in loco* da Avaliação das Instituições de Educação é desenvolvida pelo MEC, o Conselho Nacional de Educação - CNE, o INEP e a CONAES.

Na Avaliação Institucional externa *in loco* do SINAES são verificados os dados da biblioteca referentes à atualização do acervo, serviços, espaço físico, informatização, bibliotecas dos pólos para educação à distância, etc. (INEP, 2008b, 2008c). Esta etapa é realizada a partir de avaliadores externos, em todo caso, os avaliadores trabalham a partir de instrumentos formalizados pelo INEP. Estes instrumentos são compostos de padrões de qualidade e indicadores quantitativos pré-estabelecidos, que são comparados com os dados das instituições averiguados pela comissão avaliadora. Para cada indicador é possível que o avaliador atribua conceitos de um a cinco.

Esta etapa da Avaliação Institucional também utiliza como recurso um instrumento padronizado de caráter quantitativo, já que atribuem conceitos numéricos para representar o resultado da avaliação, essa metodologia permite a comparação entre os resultados da avaliação de várias IES. Desse modo, esta forma de avaliação pode não permitir uma análise contextualizada e profunda do desempenho da instituição.

Com base em informações do INEP (2009), o estabelecimento do SINAES, no ano de 2004, tem duas características principais: ocorreu a partir da experiência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), executado a partir de 1993 e, além disso, revê e substitui o antigo Sistema de Avaliação do Ensino Superior, que tinha como principal instrumento o Exame Nacional dos Cursos – ENC, conhecido como provão, iniciado em 1995.

Para Rothen (2006), no entanto, essa afirmação do INEP é questionável, porque para esse autor o SINAES é um retrocesso, já que o PAIUB, conforme afirma esse autor, tinha características emancipadoras, uma vez que era realizado de forma interna pelas IES. Diferente do ENC, por meio da Avaliação das Condições de Ensino, que segundo Rothen (2006) foi regulador, haja vista que era executado por avaliadores externos e da sua avaliação dependia a renovação do credenciamento dos Cursos de Graduação. Aspectos que se repetem no atual Sistema, por isso o autor considera que há muita semelhança entre o ENC e o SINAES, de modo que para ele um não reviu o outro, tão somente substituiu.

Diferente das afirmações de Rothen (2006) e do que diz o INEP (2009), os autores Augusto e Balzan (2007) atribuem ao SINAES uma característica híbrida. Porque para esses autores, esse sistema de avaliação traz caráter de regulação e de emancipação. Isso significa que se aproxima da avaliação emancipatória quando possibilita a participação da comunidade no processo avaliativo, por meio da auto-avaliação. Mas, Augusto e Balzan (2007), argumentam que o SINAES tem características de avaliação regulatória quando a utiliza para o controle das IES, por meio da sua exigência para o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, assim como para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de Cursos de Graduação.

Rothen (2006) concluiu que os processos de avaliação institucional do SINAES são longos e trabalhosos por envolver variadas dimensões e inúmeros indicadores de qualidade. Esse autor ainda argumenta que a proposta de avaliação externa do referido Sistema se aproxima da dinâmica de avaliação da década de 1990, devido o seu conjunto de indicadores pré-estabelecidos que permitem a elaboração de um conceito final.

Com relação ao contexto político que orientou a adoção da avaliação da educação superior no Brasil, Meneghel e Lamar (2001) consideraram que apesar das discussões sobre a necessidade da avaliação do ensino superior terem começado no Brasil na década de 1980, foi a partir da década de 1990 que nele e em vários países do mundo, órgãos e agências governamentais desenvolveram esforços para a avaliação da educação.

De acordo com Meneghel e Lamar (2001), essa avaliação estava relacionada à aprendizagem, a programas ou a instituições, baseados na ideia de que ela poderia levar à modernização e à melhoria dos processos educativos. Para os autores, foi dada ênfase aos aspectos técnicos, o que não permitiu que fosse notado o seu caráter político e suas implicações socioeconômicas e culturais.

Conforme os autores, a intenção da política de avaliação da educação superior naquela época (1990) era a de contribuir com ações que visavam a reforma do Estado com a

justificativa de promover a modernização e o aumento da eficácia da administração. Por isso, essas ações estavam baseadas no ideal neoliberal de livre comércio, por isso tinham como foco a privatização, a produtividade, a eficiência, a agilidade, a relação custo-benefício, entre outros. Com isso o Estado passou assumir uma postura reguladora.

Esta postura do Estado brasileiro, conforme Augusto e Balzan (2007, p. 601), se refere ao contexto que “sinalizava a influência que o país estava sofrendo de organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, que fomentava uma política fiscalizadora, em atendimento aos interesses de países centrais”.

Para a aceitação de tais mudanças estruturais, Meneghel e Lamar (2001) explicam que foram usadas as justificativas relacionadas aos condicionantes de ordem política e econômica, como a ideia de crise do sistema educacional e da necessidade de modernizá-lo. Por isso, há a relação também de alguns problemas, como o alto índice de evasão escolar e a repetência, a inadequação dos currículos, bem como a falta de qualidade e renovação dos métodos de ensino. Mas, para estes atores, no Brasil “o discurso das propostas governamentais de avaliação do sistema de ensino enfatiza a necessidade de obter subsídios para a tomada de decisões que levam a melhoria da gestão”. (MENEGUEL; LAMAR, 2001, p.153) . De modo que foi nesse contexto e baseadas em critérios de eficiência e Estado mínimo que nasceram as avaliações da educação no Brasil. Cujas finalidades, segundo Meneghel e Lamar (2001), é a maior produtividade com o menor gasto e o controle de resultados. Dessa forma, a avaliação poderia levar à modernização e à melhoria dos processos educativos, é por isso que a finalidade da política de avaliação era o ajuste das universidades à política neoliberal. Por isso, os autores consideram que está avalizado por critérios e valores utilitaristas e práticos, seguindo à lógica econômica, de modo que os conceitos de qualidade e excelência ganham sentido de eficácia para o mercado. Nota-se que o sentido dos referidos conceitos não são pensados a partir do que poderiam representar para os atores sociais.

Contudo, questiona-se: por que a política de avaliação do SINAES não rompeu com essas características regulatórias, se, de acordo com Rothen (2006), no início do governo Lula, no ano de 2003, a comunidade acadêmica tinha a expectativa de que fosse revisto o processo de avaliação da educação superior realizado pelo ENC?

A resposta não é complexa se analisarmos que a avaliação institucional do ENC fiscalizou o ajuste das universidades à modernização, que, por sua vez, estava à luz da política neoliberal, focada na redução do investimento público na educação, sendo essa a orientação das políticas públicas do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que buscava o enquadramento do Estado às finalidades do sistema capitalista.

Já o SINAES, como política de avaliação proposta pelo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva não poderia ter finalidade diferente, uma vez que este presidente não rompeu de modo veemente, como se anunciava, com a lógica do capital. É certo que ele incluiu na sua agenda demandas sociais que não foram sequer elencadas por FHC, mas essa inclusão não provocou transformações estruturais, apenas possibilitou certa harmonia entre o poder dominante e os dominados.

Percebe-se esta orientação do governo Lula, a partir da argumentação de Oliveira (2009), ao afirmar que o mesmo aumentou a autonomia do capital e não permitiu a diminuição das desigualdades sociais nem aumentar a participação democrática. Por isso, acredita-se que a política de avaliação da educação superior não poderia atender outro fim se não o da continuidade da regulação e do ajuste da universidade às diretrizes da modernização capitalista iniciadas na década de 1990.

A ideia de Oliveira (2009) é corroborada por Viana (2007), para quem, no Brasil, durante o governo Lula, o capitalismo expandiu e intensificou a sua experiência a partir de um projeto pluriclassista, diferenciando-se da administração anterior de FHC, cujo projeto era mais homogêneo.

Por tudo isso, nota-se que o Estado brasileiro atende aos interesses do capital tanto na administração de FHC quanto na administração de Lula. Eles se diferenciam no fato de que o segundo presidente, de acordo com Novy (2009, p.7), usou uma estratégia efetiva de inclusão social, por isso houve “mudança qualitativa nas políticas sociais focadas, criadas em pleno reino neoliberal”, contudo elas visam além do neoliberalismo, mas não além do capitalismo.

A partir dessa afirmação, pode-se notar que o governo Lula tendeu a superar a política neoliberal, mas não o sistema capitalista, por isso a natureza de suas políticas públicas serão intervenções em favor do capital e não de rompimento com ele. Assim, da política de Avaliação Institucional do SINAES não se poderia esperar uma proposta emancipadora, que rompesse com regulação da avaliação executada na década de 1990 durante a administração de FHC.

Contudo, concorda-se com Rothen (2006) quando considera que a avaliação da educação superior deveria ser exigida pelo governo, mas conduzida pela comunidade acadêmica de forma participativa e emancipatória. Porque a definição da qualidade e dos indicadores deveria ser negociada com os agentes do processo, ou seja, a própria comunidade acadêmica.

Assim, se percebe que para a avaliação ser emancipadora e compreensiva é necessário que o seu resultado demonstre qual a relevância da instituição para a sociedade e para isso ela

deve envolver a comunidade no seu processo avaliativo, o que para Dias Sobrinho (2002) significa:

Buscar compreender a complexidade e a polissemia do fenômeno educacional e das instituições educativas em concreto ultrapasse o meramente observável e quantificável para efeitos de restrição e enquadramento a uma norma ou critério previamente estabelecidos, seja isso de caráter social ou mais marcadamente econômico, e tenha sobretudo uma função intencionalmente proativa e formativa ou pedagógica. (DIAS SOBRINHO, 2002, p.131).

O autor distingue a avaliação das instituições de educação superior das avaliações tradicionais de medição e seleção, propondo que sua elaboração tenha como finalidade a formação e não o controle. A partir da análise da literatura foi possível perceber que a modernização da educação superior no Brasil está a serviço da política capitalista e não articulada às necessidades de emancipação dos cidadãos brasileiros, e que a política de avaliação das Instituições de Ensino superior tinham e têm a finalidade, não declarada, de fiscalizar se isto está acontecendo.

Apesar de que na política do SINAES tentou-se mesclar o caráter formativo e o regulador, mas, como diz Zandavalli (2009, p. 435), há uma “prevalência das políticas neoliberais em detrimento das necessidades ou escolhas da comunidade acadêmica, resultando na minimização do caráter formativo da auto-avaliação institucional para a retomada da ênfase na avaliação do desempenho dos estudantes e no cunho regulatório”.

Percebe-se esse enfoque, custo x benefício principalmente na avaliação institucional, pois é nesta que são avaliados os recursos humanos e físicos da IES, os quais viabilizam as suas atividades acadêmicas. Por recursos humanos, compreendem-se os docentes e os técnico-administrativos, dos quais são avaliados os seus desempenhos na auto-avaliação do SINAES.

E por recursos físicos têm-se as estruturas físicas e delas fazem parte as bibliotecas, os laboratórios, as salas de aula, as quadras de esporte, os espaços administrativos, os equipamentos eletrônicos, os móveis etc. Nota-se, ainda, a ênfase dos investimentos governamentais nas IFES, para informatização dos serviços das Bibliotecas Universitárias, como pressupostos para a agilidade e economia no setor.

A análise da legislação e dos instrumentos utilizados nas avaliações dos SINAES permitiu a percepção de que a proposta de avaliação é bastante complexa por possuir várias fases. Notou-se também que a sua elaboração e execução são centralizadas pelo Estado, por meio do MEC e do INEP, uma vez que os indicadores e os instrumentos de avaliação são previamente elaborados pelo referido Instituto, além do fato de envolver avaliadores externos

em duas de suas avaliações, a Institucional externa *in loco* e a Avaliação de Cursos de Graduação.

Outra característica do SINAES é que sua metodologia por ser basicamente quantitativa, favorece o ranqueamento entre as IES, já que os resultados das Avaliações Institucionais externas e dos Cursos de Graduação são representados por notas, de modo que isso possibilita uma classificação entre as IES e entre os Cursos. Por isso, que o foco dessa avaliação é a comparação e a classificação e não a compreensão da atuação da Instituição para os atores envolvidos.

Avaliações com as características do SINAES são comuns na área da biblioteconomia, principalmente em bibliotecas universitárias, que desde a década de 1990 atendem a esse tipo de avaliação do MEC. Conforme diz Leitão (2005)

Atualmente, o sistema de avaliação que prevalece nas bibliotecas universitárias é essencialmente quantitativo, traduzindo seu desempenho por meio de números e cifras que pouco agregam para o entendimento de sua dinâmica e necessidades. Avaliações complementares, de caráter qualitativo, demandam empenho de recursos financeiros raramente disponíveis. (LEITÃO, 2005, p. 41).

Para a autora, a avaliação quantitativa pouco contribui para o entendimento da dinâmica da biblioteca, porque não permite demonstrar as considerações dos usuários, pode descrever quantos deles usam a biblioteca, mas não o que eles pensam sobre esse uso.

Sobre a escolha prioritária na área da biblioteconomia por avaliações quantitativas, Leitão (2005) considera que se devem ao fato de que informações sobre quantidade podem ser facilmente medidas, porém aspectos qualitativos envolvem um maior esforço de análise, consomem mais tempo de coleta de dados e mais pesquisadores, por isso a autora acredita que acabam sendo negligenciados. Por outro lado, uma avaliação baseada em critérios quantitativos é um processo menos dispendioso, precisa de menos recursos e materiais, além de envolver menor número de pesquisadores. Contudo, a avaliação de uma biblioteca universitária não pode ser baseada exclusivamente em levantamentos de dados quantitativos, é importante também estabelecer comunicação com os usuários, seja por meio de entrevistas, grupos focais, observação e etc. Segundo Leitão (2005),

A ciência da informação, parte integrante das Ciências Sociais Aplicadas, exige abordagem qualitativa apoiada em metodologia interpretativa [...]. Temos que entender definitivamente que não lidamos exclusivamente com livros ou documentos. Nosso trabalho envolve pessoas, cuja interação gera conhecimento. [...] A biblioteca universitária precisa avaliar as particularidades de cada situação, entendendo-as em sua dinâmica e seus significados. (LEITÃO, 2005, p. 53).

A partir das considerações de Leitão (2005) pode-se entender que as avaliações executadas por bibliotecas não devem dispensar uma análise qualitativa que envolva a interação com a comunidade acadêmica, uma vez que a autora evidenciou que a abordagem qualitativa deve ser apoiada na metodologia interpretativa. Com isso percebe-se que as considerações de Leitão (2005), pesquisadora da área da biblioteconomia, estão em acordo com as de Lejano (2006), teórico da área de avaliação de políticas públicas, cujo estudo serviu de referência para esta avaliação.

Um exemplo de que a avaliação com abordagem qualitativa não é uma perspectiva predominante na área da biblioteconomia é o estudo de Ramos (2002). Para essa autora, avaliar os serviços de uma biblioteca universitária é necessário que os bibliotecários estabeleçam previamente padrões de qualidade, medidas e indicadores de desempenho para compará-los com os procedimentos adotados pela biblioteca. Segundo a autora,

Para que se obtenha a garantia da qualidade na implantação de um programa nas bibliotecas é necessário que os bibliotecários desenvolvam padrões, medidas e indicadores dentro de suas unidades, tendo como alvo as necessidades dos usuários como também promovam a sensibilidade da equipe, implantando treinamento contínuo para que bem executem suas atividades técnicas rotineiras, **utilizando-se adequadamente das estatísticas como parâmetros de avaliação para determinação de indicadores bons ou ruins**, através da interação com seus clientes transformando suas expectativas em medidas quantitativas e qualitativas. (RAMOS, 2002, p. 7, grifo nosso).

A forma de avaliação sugerida pela autora é quantitativa, uma vez que os parâmetros que determinaram os indicadores como bons e ruins são representados por valores numéricos. Dessa forma, além dos indicadores serem quantitativos também serão determinados pelo bibliotecário e não pelo diálogo com a comunidade. Outra informação que deixa transparecer a vertente quantitativa da avaliação de Ramos (2002) é a sua sugestão de que sejam estabelecidos padrões regionais por órgãos relacionados com a área da biblioteconomia, o que se pode notar na seguinte afirmação:

Está na hora que os Conselhos Estaduais de Classe, Associações, Grupos Especializados de Bibliotecas ou mesmo a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias - CBBU se empenharem na elaboração de padrões regionais, respeitando as características nacionais econômicas e políticas de cada Estado e a partir daí cada Bibliotecário possa traçar suas medidas e indicadores tendo em vista a qualidade de seus serviços e a satisfação de seus usuários. (RAMOS, 2002, p. 8).

Da perspectiva da presente dissertação, considera-se que isto a limitaria às expectativas do que se quer comparar, isto é, ao que foi previamente estabelecido. Entende-se

que as considerações dos usuários poderiam ser negligenciadas neste tipo de avaliação. Também não se acredita que esses padrões devam ser regionalizados, e sim que cada instituição deveria fazer o esforço de entender a significação da biblioteca e seus serviços para os seus usuários. Mas para Ramos a definição de padrões e indicadores que podem ser medidos, ou seja, quantificados significa que,

Uma nova postura profissional deve ser adotada nos ambientes das bibliotecas universitárias, motivando os gerentes na utilização de novas técnicas gerenciais, construindo medidas, indicadores e padrões tendo em vista a competitividade e qualidade de seus serviços. (RAMOS, 2002, p. 9).

Analisando a afirmação acima é possível entender as sugestões da autora, pois se o objetivo é a competitividade realmente é necessário o estabelecimento de padrões que gerenciem os recursos em prol da eficiência. Esta atitude é própria do sistema vigente, cuja preocupação é a gestão de recursos materiais e humanos visando primeiramente a concorrência no mercado.

As pesquisadoras Lubisco e Vieira (2009) estudaram sobre a avaliação do MEC para as bibliotecas universitárias e concluíram que o INEP não dispunha de indicadores suficientes e adequados para avaliar esses setores das IES. Assim, as pesquisadoras propuseram outro modelo de avaliação baseado na experiência da Rede de Bibliotecas Universitárias (REBIUN) da Espanha. Entretanto, a análise do modelo proposto pelas autoras Lubisco e Vieira (2009, p. 13) demonstra que elas seguem a mesma vertente ideológica que orienta a atual política de avaliação do MEC para as bibliotecas universitárias, uma vez que a finalidade da avaliação para essas autoras é incidir no processo de tomada de decisão, na correção de erros, na identificação de pontos fortes e fracos, “enfim ela deve ser a alavanca que vai possibilitar a implementação das mudanças necessárias para que a biblioteca tenha uma gestão eficaz”.

Como se vê, elas acreditam que essa finalidade da avaliação pode ser alcançada com a medição do desempenho da biblioteca, por meio da formulação de um sistema de indicadores, que são padrões de desempenho e a aplicação de fórmulas matemáticas. Sendo que essa é também a lógica da atual avaliação do SINAES.

Na atual política de avaliação, a biblioteca é um dos critérios da avaliação das instalações físicas das IES, mas na proposta de Lubisco e Vieira (2009) a biblioteca deveria ser uma categoria específica de análise. Algo que poderia ser interessante se as pesquisadoras tivessem proposto uma metodologia diferenciada da atual, ao invés do modelo de avaliação de

bibliotecas universitárias que somente expande e detalha a quantidade de indicadores que são considerados atualmente pelo MEC, por meio das modalidades de avaliação do SINAES.

Entende-se que os dados quantitativos são úteis em uma avaliação, uma vez que é necessário saber o quanto foi investido em acervo, se a quantidade de livros é compatível com a quantidade de usuários. No entanto, esses dados não são suficientes para compreender o significado da biblioteca e dos seus serviços para a comunidade, por isso é necessário a adoção de avaliações nas bibliotecas universitárias que tenham como metodologia a obtenção de dados tanto quantitativos quanto qualitativos, tendo em vista que um pode complementar a análise do outro, porém considera-se que a adoção de notas para representar o conceito final da avaliação da biblioteca como algo desnecessário.

Por fim, afirma-se que a avaliação que pretende entender o significado dos serviços da biblioteca para os seus usuários, que busca compreender quem são eles e o que querem, tem de adquirir um caráter inovador. Principalmente quando seus realizadores não temem que os resultados da avaliação demonstrem que é necessário investir mais recursos para proporcionar melhor comodidade aos usuários.

3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DA UFT

A biblioteca universitária e seus processos de mudança não podem ser analisados sem que se conheça o espaço em que ela está inserida, por isso se faz necessário conhecer o contexto local e a universidade na qual a biblioteca está inserida. Fundamenta-se esta argumentação na seguinte afirmação de Leitão (2005, p. 24), para quem as bibliotecas universitárias “não existem de forma independente da sociedade e das instituições às quais se vinculam. Elas acompanham as tendências que se verificaram na vida social, em especial aquelas relacionadas ao campo do conhecimento e da educação”.

Por isso, neste capítulo em que se apresenta a descrição do processo de modernização da Biblioteca da UFT do Campus de Palmas, também se descreve o contexto no qual esse processo se desenvolve por meio de uma explanação sobre o Estado do Tocantins, sobre sua capital, Palmas, o contexto de formação da UFT e a sua atual estrutura. Para tanto são utilizadas várias fontes de informação.

No tópico em que se aborda o Estado do Tocantins e a sua capital, os dados coletados são provenientes de fontes bibliográficas e eletrônicas, como livros sobre a história local, documentos da UFT, artigos científicos, artigos de jornais impressos, artigos disponíveis em sites especializados, informações de sites oficiais do Estado do Tocantins e nacionais, assim como dados do IBGE.

Para a construção do tópico deste capítulo sobre a UFT, também são utilizadas fontes bibliográficas e eletrônicas, como dissertações, documentos institucionais, notícias do site da UFT, artigos científicos com dados sobre a educação superior e etc.

Mas, para a elaboração da descrição do processo de modernização da Biblioteca do Campus de Palmas além das fontes citadas para o tópico anterior também se utiliza, como recurso, as entrevistas qualitativas realizadas com os técnico-administrativos e a equipe gestora da UFT, entre os quais: bibliotecários, assistentes em administração, a Coordenação do Sistema de Bibliotecas da UFT, a Pró-reitora de Graduação atual e a anterior e o Reitor da Universidade Federal do Tocantins.

Segundo Chauí (2003), as universidades, principalmente as públicas, são instituições sociais que expressam à estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, por isto esse capítulo será iniciado com uma contextualização sobre o Estado do Tocantins.

3.1 O TEMPO E O ESPAÇO DA UFT: UMA BREVE DESCRIÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

Neste tópico apresenta-se o Estado do Tocantins e a sua capital, Palmas. Há Campus da Universidade Federal do Tocantins em sete cidades do Estado, mas justifica-se a ênfase em descrever a cidade de Palmas devido ao fato de que a Biblioteca que está sendo avaliada nesta pesquisa pertence a um Campus localizado nesta cidade.

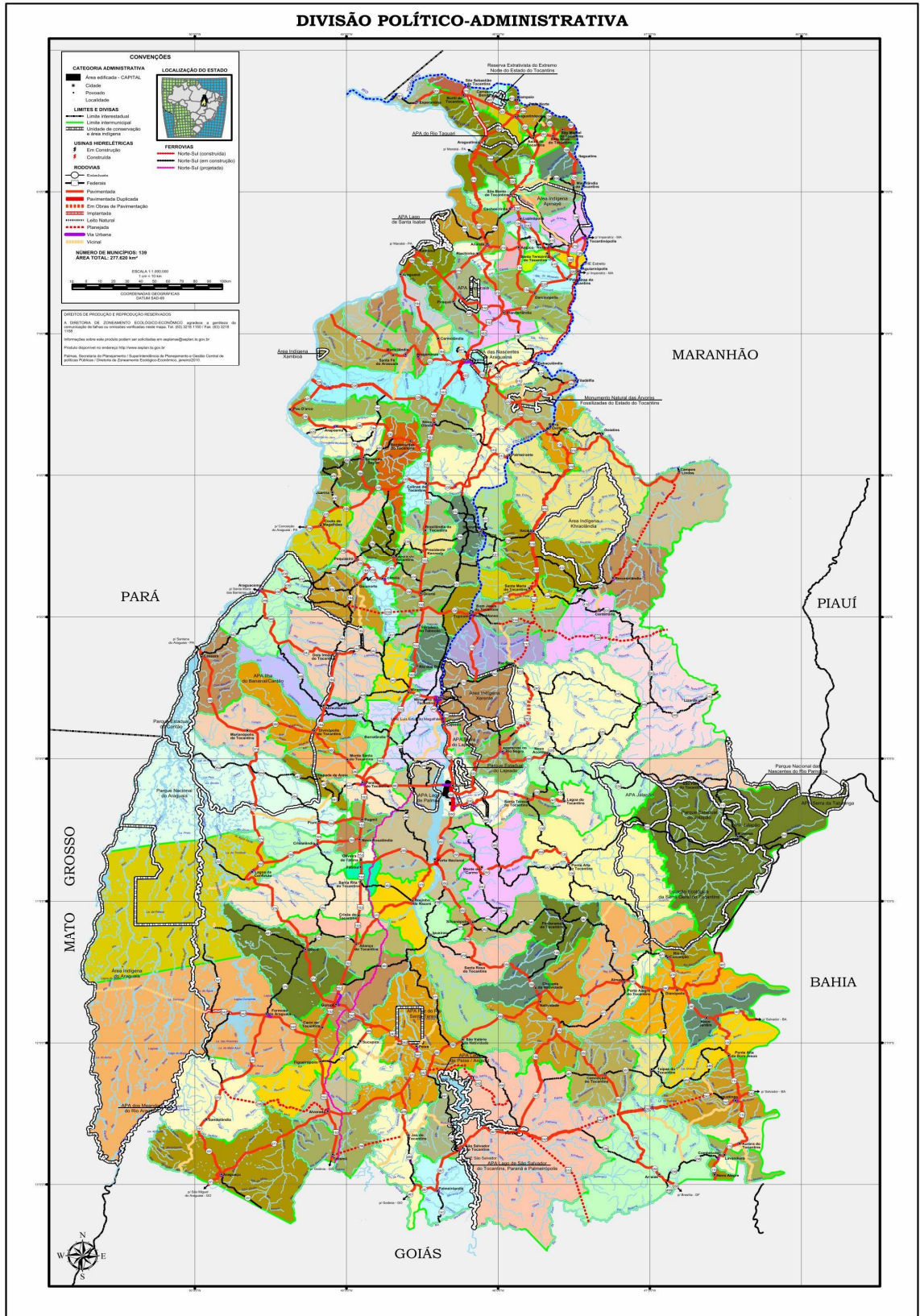
O Estado do Tocantins é o mais novo da Federação Brasileira, instituído em 5 de outubro de 1988, juntamente com a Constituição Federal Brasileira, aprovada pelo Congresso Nacional na mesma data. De modo que o Estado surge da divisão do Estado de Goiás, a partir de um movimento que lutava em favor da separação do norte Goiano do restante do Estado.

O movimento separatista, segundo Pinho (2007, p.2), foi iniciado no século XIX e as motivações para a constituição de um novo Estado era a realidade de pobreza vivida pela população do então Norte de Goiás, porque segundo a autora havia “dificuldades de ordem econômica e social e de práticas políticas não-democráticas”.

Desse modo, o Tocantins torna-se um dos sete Estados localizados na Região Norte do Brasil, especificamente, naquilo que é considerada, politicamente, como Amazônia Legal. Limita-se, ao norte, com o Estado do Maranhão, ao Sul, com o Estado de Goiás, a leste, com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia, e a Oeste, com os Estados de Mato Grosso e Pará¹⁶. De acordo com o mapa abaixo, faz parte do Estado as bacias hidrográficas do Tocantins e do Araguaia.

¹⁶ De acordo com dados da Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins. Disponível em: <<http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/Aspectos%20Historicos.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2010.

ESTADO DO TOCANTINS



Mapa 1 – Estado do Tocantins.

Fonte: http://www.seplan.to.gov.br/seplan/Publicacoes/ZEE_2011_A0/MAPAS_TOCATINS_A0/Divisao_Politico-Administrativa_TO_2011.pdf

A vegetação predominante no Estado é o Cerrado, que envolve 87% do território, e a floresta de transição amazônica representando 13%. O Clima do Tocantins é tropical semi-úmido e a temperatura média anual é de 25°C a 29°C¹⁷.

Segundo os dados do ano de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011b), o Estado do Tocantins é composto por 139 municípios, compondo uma área de 277.621, 858 km². Segundo o IBGE, o Tocantins tem uma população estimada de 1.383.453 habitantes.

Conforme os dados sobre a população do Estado do Tocantins, apresentados no planejamento estratégico da UFT (2006b, p.14), ela é formada por 56,8% de pardos, 33,4% brancos, 7,5% negros e 1,1% de amarelos ou índios. O referido documento também indica que a população do Estado é jovem, pois cerca de 48% dos seus habitantes possuem menos de 19 anos, além disso, essa população é formada por migrantes de outros Estados.

Segundo o IBGE (2011b) a população do Estado do Tocantins é composta por uma maioria (51%) masculina. Também é uma característica desse Estado a sua população indígena, ainda que seja apenas 1,1%, mas o Estado é composto por várias etnias e segundo Pinho (2007, p. 57) elas são “os Krahô (1.757 habitantes), os Karajá (269 habitantes), os Javaé (1.012 habitantes), os Apinajé (1.536 habitantes) e os Xerente (2.045 habitantes), num total de aproximadamente 6.619 índios”.

As atividades que movimentam a economia do Tocantins são a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Segundo Nascimento (2009) a atividade agrícola de maior expressão no Estado é a produção de soja, representando 74,8% das exportações do Tocantins no ano de 2007 e em segundo plano são produzidos o arroz irrigado que representa 54% de toda a produção estadual, o milho, o algodão e as frutas, principalmente o abacaxi. Ainda de acordo com Nascimento (2009), em 2005 o Tocantins produziu 45 milhões deste fruto representando 3,17% da produção nacional.

De acordo com os dados sobre o Estado do Tocantins presentes no documento do planejamento estratégico da UFT (2006b, p. 14), também são cultivados no Tocantins a cana-de-açúcar e a agricultura familiar também merece destaque por envolver cerca de 35 mil famílias. Ainda segundo a UFT, a maior parte de toda a produção agrícola do Tocantins é vendida *in natura*.

Com relação à pecuária, Nascimento (2009) afirma que o Estado ocupa a 11ª posição nacional de produtores de rebanho bovino e a 3ª posição entre os produtores da região Norte

¹⁷ Informações do site oficial do Governo do Estado do Tocantins. Disponível em: <<http://to.gov.br/tocantins/2>>. Acesso 10 ago. 2010.

do país. Segundo o autor, também faz parte das atividades da pecuária tocantinense a criação de suínos e aves, os quais representaram no ano de 2006, respectivamente, a 18º e a 24º posição nacional de produtores.

No documento do planejamento estratégico da UFT, também está evidente a informação de que fazem parte da economia tocantinense os setores de vestuário, do turismo e da madeira (móveis). Além de considerar que o extrativismo mineral é pouco explorado, apesar de existirem reservas minerais de bauxita, calcário, cassiterita, gipsita e ouro. Já o extrativismo vegetal envolve a extração de babaçu, pequi, mamona, castanha-do-pará e madeira de lei. (UFT, 2006b).

O setor industrial tem pouca expressão no Tocantins, segundo Nascimento (2007, 2009) existem no Estado indústrias de biocombustíveis, frigorífica, construção civil, cimento etc. Mas, de acordo com a UFT (2006b, p.14), nesse Estado praticamente todos os bens industrializados consumidos são importados, de modo que o Tocantins mais importa do que exporta.

Outro potencial bastante explorado do Estado do Tocantins é a geração de energia elétrica por meio das várias usinas hidrelétricas. Como exemplo, há duas principais, que são a Luis Eduardo Magalhães e a Peixe Angical, ambas localizadas no Rio Tocantins, sendo que a primeira possui uma potência instalada de 902,5 MW e a sua obra foi concluída no ano de 2001¹⁸.

Já a Usina de Peixe Angical possui a potência de 452 MW e iniciou a operação comercial em 16 de setembro de 2006¹⁹. Atualmente está em fase de construção uma nova usina, a de Estreito, envolvendo o território de dois Estados, o norte do Tocantins e o sudoeste do Maranhão. As obras foram iniciadas em fevereiro de 2007 e a previsão para finalizá-las era para outubro de 2010, a capacidade instalada será de 1.087 MW.

Porém, várias críticas são atribuídas às instalações de hidrelétricas nesse Estado, uma vez que alguns acreditam que elas proporcionam mais prejuízos, devido aos impactos ambientais, que benefícios para o desenvolvimento do Tocantins. Traz-se como exemplo a crítica de um parlamentar veiculada pelo site jornalístico Conexão do Tocantins:

Uma vez que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) gerado na produção da energia é recolhido no local ao qual a energia é destinada. [...] O Tocantins produz energia e renda para outros Estados e com isso os outros se desenvolvem e nós ficamos com o prejuízo. O impacto ambiental causado

¹⁸ Dados disponíveis no site: <http://wikimapia.org/3966947/pt/Usina-Hidrel%C3%A9trica-de-Lajeado>. Acesso em: 20 ago. 2010.

¹⁹ Dados disponíveis no site: http://www.furnas.com.br/hotsites/sistefurnas/usina_hidr_peixe.asp. Acesso em: 20 ago. 2010.

por uma hidrelétrica é enorme, famílias ficam desalojadas, há mudança no curso dos rios, desmatamento, além de que deixamos de ter acesso as nossas belezas naturais [...]. Com as edificações destas usinas hidrelétricas o Tocantins chegará a um potencial energético equivalente a 3359,48 MW, o consumo dos tocantinenses chega a 20%, o restante é distribuído para outros Estados. O potencial hidroelétrico do Tocantins representa 24% de toda a energia utilizada no País. (CONEXÃO TOCANTINS, 2009a, p.1).

Em síntese, o principal setor da economia tocantinense é a agropecuária. Nascimento (2009) afirma que a pauta de exportação da produção do Tocantins é a seguinte: a soja representa 70,3%, as carnes e os derivados 27,7%, o abacaxi 0,8%, e as demais atividades como a indústria, etc. ficam concentradas nos demais 0,9%.

Segundo o IBGE (2011b) e a SEPLAN (2011), no ano de 2008 o PIB do Tocantins representou 13.091 milhões de reais assumindo a 24^o posição no *ranking* nacional, ficando acima somente de Amapá, Acre e Roraima. No *ranking* da região Norte o Estado do Tocantins ocupou a quarta posição representando 0,4% na participação do PIB nacional. A maior participação no PIB do Tocantins foi do setor de Serviços e Comércio com 55,6%, a Indústria representou 23,6% e a Agropecuária teve participação de 20,8%.

Apesar da matriz econômica do Tocantins estar no setor da Agropecuária é o de Serviços e Comércio que tem o melhor desempenho na economia tocantinense, já que é o responsável pela maior participação na arrecadação deste Estado, Mattos (2008, p.1) afirma que a arrecadação do setor de Serviços é superior aos demais devido,

Este setor ter evoluído com taxas superiores aos demais. Este crescimento é realizado às custas da aceleração das transações comerciais, principalmente com produtos industrializados de outras regiões. **Hoje este é o setor que mais emprega no Tocantins, depois do Governo do Estado.** (MATTOS, 2008, p.1, grifo nosso).

O que é bastante evidente no Tocantins, em termos de oferta de trabalho, se deve ao fato de que o principal empregador é o serviço público nos três âmbitos: o federal, estadual e municipal, mas, sobretudo em nível estadual. O que pode ser demonstrado pela notícia do periódico Valor Econômico do ano de 2009.

Criado sob o lema de "Estado da livre iniciativa", há 20 anos, Tocantins é hoje o campeão nacional absoluto em empregos públicos. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), praticamente a metade dos empregos formais tocantinenses estão no governo do Estado, nas prefeituras e no governo federal, algo que não acontece em nenhum lugar do país. (VALOR ECONÔMICO, 2009, p. 1).

Por isso, o setor em que essa empregabilidade é mais expressiva é no âmbito estadual. Segundo essa matéria, no ano de 2009, dos 213 mil empregos formais do Estado 106 mil

pertencia ao governo do Estado do Tocantins. Durante o mesmo ano na administração do ex-governador Marcelo Miranda houve um aumento do “total de cargos comissionados, de provimento sem concurso público, de 6 mil para 35.099, número que supera o de funcionários concursados em Tocantins, que é de 29 mil”. (VALOR ECONÔMICO, 2009, p. 1).

De acordo com Mattos (2008), os problemas que envolvem as condições de trabalho no Estado do Tocantins vão além da questão do desemprego, haja vista que há um crescente agravamento da incidência de subempregos na região, segundo esse autor:

No Tocantins, além de milhares de trabalhadores desempregados existem milhares de trabalhadores em situação de trabalho precário (nada recebem ou ganham menos de um salário mínimo), inclusive em situação de trabalho escravo ou ainda encontram-se na economia informal, como é o caso das empregadas domésticas, dos pequenos trabalhadores juvenis, das mulheres, de vaqueiros e agregados em fazendas e dos camelôs. A condição análoga ao trabalho escravo tem inclusive crescido em diversas fazendas do Estado. Segundo dados do CPT (Comissão Pastoral da Terra) somente em 2007 foram mais de 700 trabalhadores libertos dessa condição. (MATTOS, 2008, p.1).

Segundo a pesquisa Mapa da Pobreza e Desigualdades – 2003 do IBGE, a incidência de pobreza atinge 41,28% da população do Tocantins, isto é, segundo a pesquisa este percentual da população do Estado não tem acesso a uma cesta alimentar e a bens necessários para a sua sobrevivência. A mesma pesquisa calculou a incidência de pobreza subjetiva considerando a percepção dos entrevistados, de modo que no Tocantins 44,87% da população se considerou vivendo em condições de pobreza²⁰.

A partir dessa pesquisa, o IBGE apontou que três municípios do Estado do Tocantins, Campos Lindos, Muricilândia e Mateiros, são os mais pobres do país, com pelo menos 81,5 por cento da população vivendo abaixo da linha da pobreza²¹.

Esse alto índice de pobreza pode ser causa e/ou consequência do índice de instrução da população desse Estado. Nesse mesmo sentido, segundo a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2010 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira²² realizada pelo IBGE, no Tocantins 13,5% da população a partir dos 15 anos são analfabetos, sendo que a maioria (15,8%) é formada por negros, os pardos representam 15,3% dos analfabetos no Tocantins e os brancos representam 7,8% da população de analfabetos desse Estado. (IBGE, 2011b).

²⁰ Pesquisa realizada pelo IBGE intitulada Mapa da Pobreza e Desigualdades 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=to&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

²¹ Baseada em notícias veiculada no dia 18 de dezembro de 2008 disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mais-de-32-das-cidades-tem-maioria-da-populacao-pobre-diz-ibge,296037,0.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

²² IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2010 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=to&tema=sis_2010. Acesso em: 11 fev. 2011.

De forma mais expressiva aparece o índice de analfabetos funcionais do Tocantins, já que segundo a mesma pesquisa 25,3% da população desse Estado são analfabetos funcionais, isto é, são pessoas que possuem menos de quatro anos de estudo completos, fato que pode explicar as condições de trabalho evidenciadas acima por Mattos.

Os dados educacionais do IBGE²³, referentes ao ano de 2009, mostram que no Estado do Tocantins 94% dos alunos matriculados no ensino fundamental estudam em escolas da rede pública. Entre os estudantes do ensino médio a situação é semelhante a do fundamental, uma vez que a maioria (95%) dos alunos frequenta as escolas públicas.

Porém, no Estado do Tocantins, a situação de alunos matriculados na educação superior é consideravelmente diferente da situação dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio desse Estado. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior realizado no ano de 2009 pelo INEP, 69% dos alunos que ingressaram na educação superior frequentavam IES privadas. (INEP, 2011).

Um dos motivos de tal fenômeno é que o Estado possui poucas instituições públicas de ensino superior, além do crescimento expressivo do número das IES privadas no Tocantins, demonstrado pelos dados do IBGE referentes ao ano de 2007, os quais mostram que o Estado tinha 31 instituições de ensino superior, sendo uma municipal, duas estaduais, uma federal e 27 privadas. (IBGE, 2011b).

A capital do Estado do Tocantins é a cidade de Palmas, a qual foi planejada e construída especificamente para esse fim, tendo se tornado capital em 1º de janeiro de 1990. Segundo o IBGE (2011a), Palmas possui 2.219 Km² e concentra uma população de 228.297 habitantes.

Devido à implantação, o Estado do Tocantins e a Capital, Palmas, receberam um grande contingente populacional de pessoas provenientes de diversas regiões do Brasil, o que foi explicado Gonçalves (2001, p. 173) ao afirmar que “Palmas, como capital de um novo Estado, também tem sido local de destino de muita gente. A construção civil, o setor de serviços e o mercado informal absorvem parte do contingente que aí busca vida melhor. [...] De 1991 a 2000, pulou de 24.251 para 136.554 habitantes”.

Mas, atualmente devido ao processo de consolidação desse Município, o crescimento populacional está ocorrendo próximo da média nacional, conforme a seguinte análise do site Conexão Tocantins:

²³ Dados presentes na página do IBGE, na seção Estados@: ensino – matrículas, docentes e rede escolar 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=to&tema=educacao2009>. Acesso em: 11 mar. 2011.

Atualmente, a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o número de habitantes para a capital é de 188.645. O total é apenas 2% maior que os 184.010 estimados em 2008. No Brasil, o crescimento ficou em cerca de 1% - o país tem hoje pouco mais do que 191 milhões de habitantes. (CONEXÃO TOCANTINS, 2009b, p.1).

O planejamento dessa cidade obedeceu a padrões semelhantes aos de Brasília, com áreas industriais, residenciais e comerciais. Conforme afirmam Kran e Ferreira (2006), houve uma forte tendência à separação das classes sociais no processo de ocupação da cidade. Os autores consideram que a cidade foi planejada destinando-se áreas para serem ocupadas pela elite econômica, área central, e áreas para serem habitadas pela população de menor renda, Região Sul da cidade, a qual é distante do centro dessa cidade e dos seus órgãos públicos, além disso, é nela que reside a maioria da população da capital.

O PIB de Palmas, de acordo com o IBGE (2011a), atingiu no ano de 2008 mais de 2.5 milhões de reais. De modo que ele representa, aproximadamente, 20% do PIB do Tocantins. As principais atividades econômicas de Palmas são: construção civil, em seguida a administração pública, devido ao número de funcionários públicos nas esferas federal, estadual e municipal; e o comércio, com maior evidência o comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos²⁴.

Assim como no Estado o maior número de empregos é mantido pelos órgãos públicos, na capital a situação se repete, segundo Teixeira e Costa (2010, p.7) “quanto à economia da capital, o maior empregador é o serviço público. 70% do dinheiro que circula no município provém do funcionalismo público”.

A pesquisa Mapa da Pobreza e Desigualdades de 2003 do IBGE informa que a incidência de pobreza recai sobre 29,52% da população de Palmas. De acordo com a pesquisa do Instituto Vetor, que entrevistou 1300 pessoas em julho de 2009, os dois principais problemas da cidade são a Saúde (24,5%) e o desemprego (24,4%). (ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA, 2010).

Segundo essa pesquisa, 85,4% dos moradores da capital utilizam os serviços de saúde da rede pública, eles consideram que é necessário a contratação de mais médicos e funcionários, além da necessidade de agilizar o atendimento e aumentar a quantidade de postos de saúde e hospitais em Palmas.

Com relação ao desemprego, a pesquisa demonstrou que dos 69,2% que trabalham 32,9% não tem carteira assinada, isto quer dizer que na capital o trabalho informal ocupa

²⁴ Informações disponíveis em: < <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/412913/pesquisa-apresenta-o-pib-dos-139-municipios-do-tocantins>>. Acesso em 24 ago 2010.

lugar de destaque entre os trabalhadores. Em contrapartida aqueles que estão no mercado formal representam 19,2% dos entrevistados. A renda de 19,4% dos moradores alcança até um salário mínimo e 34% deles ganham de dois a cinco salários mínimos.

Sobre a educação na Capital, 55,8% a consideraram como boa ou ótima. Já sobre transporte urbano, 42,8% avaliaram negativamente o transporte coletivo, eles afirmaram que o aumento da frota de ônibus poderia representar uma melhora nesse setor. Contudo 74,6% dos entrevistados demonstraram satisfação em morar na Capital. (ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA, 2010).

A necessidade de se construir esta breve descrição do Estado e de sua capital decorre do fato de que é nesse contexto que se desenvolve a Universidade Federal do Tocantins, a qual nasceu do processo de federalização do ensino superior da Unitins (Fundação Universidade do Estado do Tocantins). Assunto que será abordado no próximo tópico deste capítulo.

3.2 O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO E ATUAL ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

No ano de 2002, o Estado do Tocantins tinha 14 anos de emancipação e possuía uma população de 106 mil habitantes, mas era o único do país que não tinha uma universidade federal. Foi nesse contexto que nasceu a UFT, originada de parte da Unitins. (UFT, 2004).

A Unitins foi a primeira universidade no Tocantins, foi fundada pelo governo do Estado do Tocantins. Devido à criação do Estado, de acordo com Pinho (2007, p. 61), a sociedade tocantinense passou a reivindicar uma universidade pública para o mesmo. Segundo a autora “a universidade fora reivindicada como uma das benfeitorias necessárias para a emancipação política, econômica e social do norte goiano”.

Deste modo, a Unitins foi criada em 1990 e instalada na cidade de Miracema do Tocantins. No ano de 1991 foram incorporadas a Unitins algumas faculdades que pertenciam ao Norte Goiano, assim, em 1999 a Unitins estava composta por dez centros universitários em diversos municípios do Tocantins e sua estrutura era multicampi. Eram eles: Araguaína, Arraias, Colinas, Guaraí, Gurupi, Miracema, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis. (PINHO, 2007).

Com relação aos cursos disponibilizados pela Unitins no ano de 1999, Pinho (2007, p. 62) verificou “que a maioria dos cursos oferecidos destinava-se à formação de professores (licenciatura), embora fosse crescente também o surgimento de cursos relacionados com as características econômicas e administrativas do Estado”.

A Unitins havia anteriormente passado por várias reestruturações, tendo se tornado, no ano de 1996, uma fundação pública de direito privado, podendo ser financiada por instituições públicas e particulares e por isso passara a cobrar mensalidades por seus cursos de graduação. (UNIVERSIDADE DO TOCANTINS, 2009).

Nesse período, portanto, o Tocantins não possuía nenhuma instituição de ensino superior gratuita. Segundo Souza (2007), essas reestruturações da Unitins representavam a vontade do então governador do Estado José Wilson Siqueira Campos de privatizar a única instituição pública de ensino superior, que havia naquele momento no Estado. A autora evidenciou que tais atitudes desse governo foram rejeitadas pelos estudantes, fato que foi manifestado por meio de passeatas, greves e paralisações.

Diante dessa situação de conflito e de exposição do governo do Estado daquela época, Souza (2007, p. 85) afirma que, aquela administração pública decidiu “suspender a cobrança de mensalidades e perdoar a dívida de muitos alunos inadimplentes, além disso, apresentou como proposta de solução para os problemas relacionados à Unitins a “possibilidade” de lutar pela criação de uma universidade federal para o Estado”.

Nesse contexto, no ano de 2000, de acordo com Pinho (2007), o governador Siqueira Campos determinou a passagem da Unitins para o âmbito federal, por meio da Lei estadual Nº 1.160, a qual estabelecia a doação ou cessão, total ou parcial, dos seus patrimônios para a Universidade Federal do Tocantins. Segundo a autora a UFT foi autorizada pela Lei federal Nº 10.032 de 2000. Mas, foi implantada somente no ano de 2003.

Contudo esse não foi um processo fácil, uma vez que a UFT foi criada durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que promoveu, segundo Souza (2007), uma reforma gerencial na administração pública brasileira visando à modernização e o aumento da eficiência, da eficácia e da produtividade, conforme a cartilha neoliberal. Segundo a autora, como esse era um contexto de implementação de políticas neoliberais e globalizantes patrocinadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, a UFT já nasce com desafios enormes.

Nesse ambiente propício às privatizações, o projeto de implantação da UFT foi um processo moroso que durou cerca de três anos. Mas segundo Souza (2007), o que colaborou para que a implementação da UFT fosse efetivada foi,

A mudança de governo federal, pois, com a entrada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a designação do professor Cristovão Buarque para Ministro da Educação, as ações para implementação da UFT foram tomadas de forma mais decisiva. (SOUZA, 2007, p. 115).

Segundo o relatório de implantação da UFT, o governo federal atribuiu à Universidade de Brasília (UnB) a gestão desse processo, durante o período de 21 de julho de 2002 até 31 de julho de 2003 o reitor da UnB assumiu provisoriamente a reitoria da UFT. (FUFT, 2004).

De forma que na implementação da UFT, a Unitins transferiu alunos, cursos regulares e parte do seu patrimônio à UFT, entre eles as bibliotecas e seus acervos. Por isso os cursos ofertados no primeiro vestibular da UFT, ocorrido no primeiro semestre de 2004, foram os herdados da Unitins. (FUFT, 2004). Segundo Pinho (2007), a partir desse ano foi iniciada a reforma dos currículos e dos cursos.

A Unitins transferiu para a UFT a estrutura e o patrimônio de sete dos seus *Campi*, o de Palmas com 12 cursos e 3.004 alunos; o de Arraias com três cursos e 315 alunos; o de Gurupi com um curso e 278 alunos; o de Miracema com quatro cursos e 445 alunos; o de Tocantinópolis com dois cursos e 443 alunos; o de Porto Nacional com quatro cursos e 1.116 alunos e o Campus de Araguaína com sete cursos e 1.706 alunos. (FUFT, 2004).

Desse modo a UFT já nasceu grande e com uma estrutura *multicampi*, que tinha aproximadamente oito mil alunos, mas com um quadro de servidores docentes, insuficiente e sem um quadro próprio de servidores técnico-administrativos, por isso, segundo relatório de implantação da UFT (FUFT, 2004), foi firmado um convênio entre a UFT e a Unitins visando à permanência dos funcionários do quadro administrativo da Unitins na UFT.

Sobre a composição do quadro de pessoal da UFT, o primeiro concurso para professor foi lançado em outubro de 2002, com vagas para 100 professores com doutorado e 200 com mestrado, a posse deles ocorreu em 15 de maio de 2003. (FUFT, 2004).

Desde o ano de 2002 que o grupo de trabalho da UNB tentava junto ao governo federal a autorização para realizar concurso para a nomeação de servidores técnico-administrativos para a UFT. (FUFT, 2004). Mas, conforme Souza (2007), somente em dezembro de 2003 foi lançado o edital para o primeiro concurso de servidores técnico-administrativos, nele foram abertas apenas 40 vagas e os aprovados foram nomeados em abril de 2004.

Mas, mesmo depois desse primeiro concurso para essa categoria, o quantitativo de 40 servidores administrativos não era nem de longe suficiente, por isso os funcionários que

pertenciam ao quadro de pessoal da Unitins permaneceram trabalhando na UFT até o ano de 2006 quando, segundo Souza (2007), tomou posse os concursados do segundo concurso realizado pela UFT para técnico-administrativos, neste foram ofertadas 358 vagas.

A criação da UFT representou um rompimento com a forma de controle e influência do então governador do Estado, Siqueira Campos sobre o ensino superior do Tocantins. Sobre isto Maia (2008, p. 209) argumenta que:

A nascente Universidade Federal do Tocantins (UFT) anuncia um novo contexto, em que o poder da oligarquia tocaninense seria minimizado ou neutralizado. Embora passível de outros vícios, a UFT, consolidada, não dependeria dos humores do chefe oligárquico, do centralismo exacerbado, da política de favores, do nepotismo, do compadrio, do clientelismo.

Assim, a UFT iniciou suas atividades em maio de 2003 e segundo o seu planejamento estratégico (UFT, 2006b, p. 25), a sua missão é “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. Também no mesmo documento consta a visão de futuro: “até 2010 a UFT será uma Universidade consolidada, multicampi, um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”.

O ano-horizonte da visão de futuro da UFT é 2010, pode-se afirmar que até este ano ela conseguiu se manter como uma estrutura *multicampi*, mas quanto à ideia de espaço de expressão democrática e cultural não há nenhum estudo que demonstre isso, porém é perceptível a compreensão do significado dessa Instituição para o acesso a educação superior no Estado do Tocantins.

Mas, para se entender esse significado é importante saber a atual conjuntura das instituições de educação superior no Tocantins. De modo que a Unitins ainda continua ligada ao governo do Estado do Tocantins, mas agora apenas como fundação pública de direito privado, oferece cursos telepresenciais de graduação, por meio de parcerias interinstitucionais com o Sistema Educacional (EADCON), com a Faculdade Educacional da Lapa (Fael) e com a Universidade do Vale do Itajaí (Univali). (UNIVERSIDADE DO TOCANTINS, 2009).

Devido a essas parcerias, a Unitins continua cobrando mensalidades dos alunos, por isso, segundo Moraes (2010), a UFT é a única universidade pública e gratuita do Tocantins.

No entanto, o Estado do Tocantins conta também com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)²⁵, que além de ofertar educação profissional e tecnológica, sua principal meta, oferece também no seu Campus situado em Palmas cinco cursos de nível superior de forma gratuita. São eles: Construção de Edifícios, Gestão Pública, Sistemas Elétricos, Sistemas para Internet, Legislação CST.

Moraes (2010) evidencia que enquanto no Estado 13.403 alunos terminaram o ensino médio em 2009, a UFT ofertou, em 2010, 3.240 vagas. Segundo Moraes (2010, p. 7) “são quase 10.000 estudantes que não terão acesso a cursos gratuitos de graduação.” O autor afirma que se esses alunos tiverem condições financeiras de pagar uma faculdade particular às mensalidades variam em torno de R\$ 300,00 a R\$ 2.000,00. Esse cenário explica os dados demonstrados pelo IBGE no tópico anterior a este, no qual se afirmou que mais da metade dos alunos do ensino superior do Tocantins frequenta IES privadas.

A oferta de vagas para o ingresso dos cidadãos tocaninenses na educação superior gratuita ainda não condiz com a demanda do Estado, mas desde a fundação da UFT essa oferta vem passando por um processo de expansão, já que no seu primeiro vestibular a Instituição ofertou 1.000 vagas distribuídas em 26 cursos de graduação²⁶ e atualmente, de acordo com o Catálogo de Cursos (UFT, 2010d), no ano de 2010 são ofertadas 3.240 vagas agora distribuídas em 48 cursos de graduação.

A Expansão das ofertas de vagas na UFT pode ser atribuída ao contexto da administração pública federal, uma vez que a referida IFES foi implantada no primeiro mandato do presidente Lula, o qual foi reeleito e encerrou sua administração no fim do ano de 2010. As políticas e o financiamento das IFES mudaram durante o mandato deste Presidente se comparados com a administração do Presidente anterior, o Fernando Henrique Cardoso, dado que pode ser demonstrado pelo gráfico abaixo.

Recursos totais das IFES, retirando-se os recursos próprios (R\$, a preços de janeiro de 2008, IGP-DI da FGV)

²⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Disponível em: <<http://reitoria.ifto.edu.br/index.php>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

²⁶ Informação veiculada no site da UFT na data de 27 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.noticias.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=33539&Itemid=5>. Acesso em: 30 ago. 2010.

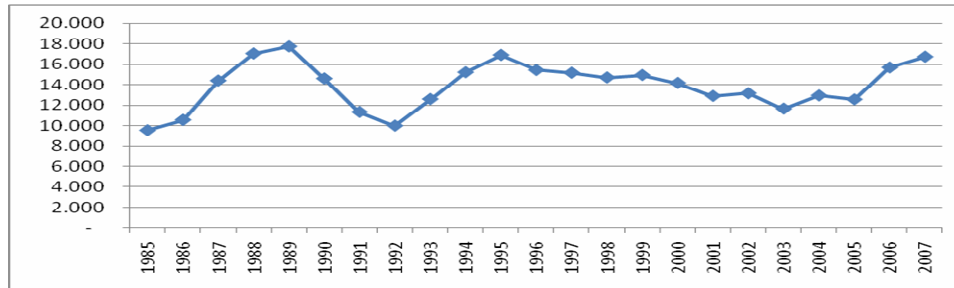


Gráfico 1 – Total de recursos investidos nas IFES no período de 1985 a 2007.

Fonte: Amaral, 2010.

Conforme o gráfico e a análise de Amaral (2010, p. 28, grifo nosso) “o maior valor, em torno de R\$ 18 bilhões ocorreu no ano de 1989, verifica-se uma grande queda no Governo Collor, uma recuperação parcial dos valores no Governo Itamar e uma **queda suave e contínua no Governo FHC e voltando a crescer nos últimos anos do Governo Lula**”. Esse crescimento dos investimentos na educação superior federal foi destacado pelo MEC por meio da seguinte afirmação:

Criação de novos campus universitários e escolas técnicas no País. Em 2007, será concluída a criação de 60 novas unidades da rede federal de ensino técnico – cinco escolas técnicas, quatro agrotécnicas, 33 unidades descentralizadas e 18 unidades do segmento comunitário federalizadas, dez novas universidades e 48 campi universitários espalhados por todos os Estados brasileiros. (BRASIL, 2010, p.1).

Essa criação e expansão das IFES, informada acima pelo MEC, ocorre principalmente devido aos investimentos desse governo no REUNI - Programa de Expansão das Universidades Federais, instituído em 2007 pelo atual governo para ser implantado no quadriênio 2008-2012. Sobre a UFT, o Reitor Alan Barbiero afirmou em notícia veiculada pelo site da instituição que:

Como a UFT criou 14 novos cursos, em uma segunda fase da expansão, terá que criar 28 cursos para alcançar a meta que deve ser estabelecida no PNE”. [...] Para o reitor, a perspectiva é de que já em 2011, numa fase dois do Reuni, aconteça a criação de mais vagas nas universidades federais. “Isso para nós é muito bom porque nós vamos poder consolidar os Campi do interior, com mais cursos e vamos poder ampliar também o Campus de Palmas, que precisa de novos cursos em algumas áreas estratégicas do Estado do Tocantins”²⁷.

A partir da afirmação do Reitor é possível perceber que o crescimento do número de vagas na UFT tende a continuar, mas isso não significa que ela sozinha conseguirá atender a

²⁷ Notícia veiculada no site oficial da UFT. Disponível em: <http://www.noticias.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=38321&Itemid=>1>. Acesso em 02 fev. 2010.

demanda por educação superior gratuita dos cidadãos Tocantinenses. Embora a Instituição procure amenizar esse déficit de vagas no Estado com a sua estrutura *multicampi*.

A estrutura da UFT é composta por sete *Campi*, são eles: o de Tocantinópolis, o Campus de Araguaína, o Campus de Miracema, o Campus de Palmas, o Campus de Porto Nacional, o Campus de Gurupi e o Campus de Arraias. A localização deles pode ser visualizada no mapa abaixo:



Mapa 2 – Localização dos *Campi* da UFT no Estado do Tocantins.
Fonte: Site oficial da UFT.

Por meio da observação do mapa é possível perceber que os *Campi* estão distribuídos de Norte a Sul do Estado e que estão localizados em municípios diferentes, fato que pode ser interpretado como uma maior possibilidade de acesso dos tocantinenses a educação superior pública e gratuita, uma vez que os Campus não estão concentrados em uma determinada região do território tocantinense.

Segundo a publicação “UFT em Números” de modo geral o quadro de pessoal da UFT possui a seguinte configuração: 709 docentes, 591 servidores técnico-administrativos, e 9.785 alunos. (UFT, 2009f). De acordo com o Catálogo de Cursos atualmente a UFT “mantém 43 cursos de graduação presencial, quatro cursos à distância, dezenas de cursos de especialização, 07 programas de mestrado”. (UFT, 2010d, p. 5). Para a UFT os *Campi* universitários representam:

Unidades responsáveis pela execução do ensino, pesquisa e extensão, em múltiplas áreas do conhecimento. A eles estão vinculados os cursos de graduação e pós-graduação, assim como as unidades de pesquisa e os programas de extensão. Esses *campi* têm uma organização acadêmica não burocrática, responsável pela operacionalização didática e científica das atividades de ensino, pesquisa e extensão e pela administração do pessoal docente, discente e técnico-administrativo. Configuram-se como unidades orçamentárias, dispoendo de autonomia relativa, de acordo com as normas pertinentes. (UFT, 2010d, p. 6).

Sendo assim, cada Campus possui uma composição particular com Cursos e atividades de pesquisa e extensão diferentes, por isso preparou-se uma breve descrição de cada um deles a partir de dados encontrados no Catálogo de Cursos da UFT, a qual será iniciada pelo Campus de Tocantinópolis que está localizado no extremo norte do Tocantins.

A cidade que o sedia, Tocantinópolis, possui uma população de 23 mil habitantes e “faz parte do Bico do Papagaio, região abastecida por rios e terras férteis, que estimulam as atividades agropecuárias, sobretudo a agricultura familiar”. (UFT, 2010d, p. 8). Ela está situada a 531 km da Capital do Estado, Palmas. Esse Campus oferece os Cursos de Pedagogia e Licenciatura em Ciências Sociais, desenvolve projetos nas áreas educacionais e de identidade cultural. De acordo com o relatório emitido pelo Sistema de Informação SIE e disponibilizado pela PROGRAD no primeiro semestre de 2010 o Campus de Tocantinópolis possuía 596 alunos matriculados. (UFT, 2010d, 2010e).

O Campus de Araguaína está localizado na região Norte do Tocantins, a 400 km de Palmas. Segundo o Catálogo de Cursos da UFT o Município de Araguaína conta com aproximadamente 113 mil habitantes e destaca-se na atividade econômica da pecuária e como centro comercial dos municípios circunvizinhos. (UFT, 2010d).

O Campus oferece os cursos de graduação em Matemática, Geografia, História, Letras, Medicina Veterinária, Zootecnia, Biologia, Física, Química, Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Logística e Biologia (modalidade à distância) e possuía no primeiro semestre de 2010 um total de 2.254 alunos matriculados. (UFT, 2010d, 2010e).

O Campus de Araguaína também oferece o curso de pós-graduação Lato Sensu em Leitura e Produção Escrita e os cursos de mestrado oferecidos pelo Campus de Araguaína são o Mestrado em Ciência Animal Tropical e o Mestrado Interinstitucional em Letras. “Na área tecnológica, são desenvolvidas pesquisas que contribuem com a área de produtividade animal e estudos sobre identidades locais”. (UFT, 2010d, p. 7).

O Campus de Miracema oferece os Cursos de Pedagogia e de Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa. No primeiro semestre de 2010 este Campus possuía 493 alunos matriculados. (UFT, 2010d, 2010e). A cidade que o sedia, Miracema, foi a Capital provisória do Estado enquanto Palmas estava sendo construída, ela está localizada a 80 km da atual Capital do Tocantins e possui cerca de 23 mil habitantes a sua matriz econômica é a agricultura e a pecuária, além do artesanato indígena. (UFT, 2010d, p. 7).

O universo de alunos matriculados no primeiro semestre de 2010 nos Cursos oferecidos pelo Campus de Porto Nacional era de 1.290 alunos. Os Cursos disponibilizados por esse Campus são os de Ciências Biológicas, Letras, História e Geografia, e o Programa de Mestrado em Ecologia de Ecotonos. (UFT, 2010d, 2010e).

O Campus também desenvolve pesquisas nas áreas de educação indígena, cultura e meio ambiente. Ele está localizado na região central do Estado a aproximadamente 66 km de Palmas. Segundo o Catálogo de Cursos da UFT o Município que o sedia, o de Porto Nacional, tem uma população estimada em 44,3 mil habitantes é um dos mais antigos do Estado e destaca-se como “um grande centro religioso, educacional e cultural” do Estado. (UFT, 2010d, p. 8).

A cidade de Gurupi, sede do Campus de Gurupi, está localizada ao Sul do Estado e é cortada pela rodovia BR-153 (Belém-Brasília), principal meio de ligação entre o Norte e o Sul do país e possui aproximadamente 65 mil habitantes. Este Campus possuía, no primeiro semestre de 2010, 703 alunos distribuídos nos Cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Biotecnológica, Engenharia Florestal, Química Ambiental e Biologia (modalidade à distância), o Campus também oferece o Programa de Mestrado na área de Produção Vegetal e desenvolve projetos nas áreas de produção, comercialização e controle de culturas regionais e manejo de solos. (UFT, 2010d, 2010e).

De acordo com o Catálogo de Cursos “o Campus tem trabalhado em âmbito municipal e estadual desenvolvido projetos em parceria com a Prefeitura de Gurupi, Ruraltins, Embrapa, Sindicato Rural, INCRA, Empresas Privadas, entre outras entidades, procurando realizar a transferência de tecnologia e avaliações de trabalho de pesquisa”. (UFT, 2010d, p. 7).

O Campus de Arraias oferece os Cursos de Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade à distância) e desenvolve pesquisas nas áreas de novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica. No primeiro semestre de 2010 havia nesse Campus 615 alunos matriculados. A cidade de Arraias está localizada na região serrana, ao sudeste do Tocantins e possui aproximadamente 12 mil habitantes.

O Campus de Palmas está localizado na Capital do Estado, a cidade de Palmas, a qual foi descrita no tópico anterior desta dissertação. Ele é o maior da UFT em quantidade de alunos, já que no primeiro semestre de 2010 havia 4.442 alunos matriculados nesse Campus. O universo de servidores possui a seguinte configuração: 292 docentes e 105 servidores técnico-administrativos. (UFT, 2009f, 2010e).

O Campus de Palmas oferecia 11 Cursos de graduação até o ano de 2008, são eles: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Medicina e Pedagogia. Mas devido ao Reuni, em 2009, essa oferta foi ampliada para mais seis Cursos: Nutrição, Enfermagem, Filosofia, Licenciatura em Artes, Engenharia Elétrica e Engenharia Civil, por isso atualmente esse Campus possui dezessete Cursos. (UFT, 2009a).

Além dos cursos de graduação o Campus de Palmas ainda oferece oito Pós-graduações *lato sensu* são elas: Agentes de Inovação Tecnológica – AGINTEC; Políticas Públicas e Gestão Estratégica da Saúde; Estratégia da Saúde da Família; Planejamento e Gestão Ambiental; Gerontologia: a inserção do velho no mundo contemporâneo; Gestão de Agronegócio; Infra-Estrutura Urbana e Recursos Hídricos.

O Campus de Palmas também desenvolve pós-graduação *stricto sensu* a partir de seis Mestrados, são eles: Mestrado em Ciências do Ambiente, o Mestrado Profissional em Ciências da Saúde, Agroenergia, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, além dos Mestrados Interinstitucionais em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT/UFRGS) e o em Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT - UnB). (UFT, 2010d).

O Campus de Palmas desenvolve projetos nas seguintes áreas: direitos humanos, novas tecnologias de alimentos, saneamento e desenvolvimento de fontes de energias alternativas, dentre outras. (UFT, 2010d).

O processo de modernização da Biblioteca Universitária desse Campus será descrito na próxima seção deste capítulo.

3.3 ANTECEDENTES, COORDENAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DA UFT

Toda política, projeto ou ação pública para ser entendida precisa ser conhecida. Por este motivo, nesta seção apresenta-se uma descrição do processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins. Todavia, esse processo ocorre de forma integrada, em todas as bibliotecas da UFT, por isso será necessário iniciar essa análise a partir de uma abordagem global.

Sendo assim, se estabelece a relação entre as condições nas quais as bibliotecas foram transferidas da Unitins para a UFT e a iniciativa desta instituição em modernizá-las. Em seguida, procura-se demonstrar a composição, os aspectos, os recursos, a gestão e as ações envolvidas nesse processo de modernização. Para tanto, se descreve a relação do processo de modernização da biblioteca com o planejamento estratégico da UFT dos anos de 2006 a 2010, a sua administração pela Coordenação Geral do Sistema de Bibliotecas, a estrutura da biblioteca do Campus de Palmas e a sua informatização.

As fontes de informação utilizadas na elaboração desta descrição são os documentos institucionais como relatórios, catálogo de cursos, notícias do sitio da UFT, entre outros; a observação participante e as entrevistas qualitativas realizadas com professores membros da gestão, isto é, ocupantes de cargos na Reitoria e na Pró-Reitoria de Graduação, e com os técnicos administrativos envolvidos no processo de modernização dessa biblioteca, entre eles bibliotecários, assistentes em administração e técnicos em informática.

Para garantir o sigilo quanto à identidade dos entrevistados, os seus nomes foram trocados. Assim, os professores serão denominados como: professor Henrique, membro da gestão da UFT; professora Érica, que participou da Comissão de Vitalização das Bibliotecas; e professora Marcela que atuou como membro da gestão da Pró-Reitoria de Graduação no início do processo de modernização das Bibliotecas.

Os servidores técnico-administrativos da UFT citados neste tópico serão identificados como: bibliotecário Silas, membro da equipe da biblioteca do Campus de Palmas; bibliotecário Fernando, membro da equipe da biblioteca do Campus de Palmas; assistente em administração José, membro da equipe da biblioteca do Campus de Palmas; bibliotecária Selma, membro da Coordenação Geral do Sistema de Bibliotecas da UFT que acompanha a implementação do referido processo desde o início; técnico de informática Celso, membro da

Diretoria de Tecnologia da Informação da UFT; e o técnico de informática Arnaldo, membro da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Desde o ano de 2006, a UFT anuncia que investe esforços para modernizar as suas oito bibliotecas universitárias, que são: a biblioteca do Campus de Tocantinópolis, as duas bibliotecas do Campus de Araguaína, a biblioteca do Campus de Miracema, a biblioteca do Campus de Palmas, a biblioteca do Campus de Porto Nacional e a biblioteca do Campus de Gurupi. Elas compõem o Sistema de Bibliotecas da UFT (SISBIB).

Esse processo de modernização envolve investimentos nessas bibliotecas para a melhoria da infra-estrutura dos espaços físicos, aquisição de acervo da bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação, aquisição de equipamentos de informática, de mobiliários e na informatização desses setores. Conforme informação abaixo, presente no Catálogo de Cursos:

Foram iniciados, no início de 2006, os serviços de informatização do acervo e procedimentos das bibliotecas em todos os campi da UFT. Estão sendo adquiridos e instalados os equipamentos necessários para informatização e modernização, tais como: microcomputadores, impressoras, monitores, DVD e equipamento magnético para leitura de código de barras na entrada/saída das bibliotecas. Além disso, encontra-se em andamento a reforma e ampliação do espaço físico das bibliotecas, aquisição de mobiliário adequado (estante de aço para livros, expositor de livros, mesas de escritório, mesas para estudo, cadeiras, armários, etc.) para modernização das bibliotecas; a aquisição de balcões e escaninhos para segurança do acervo e serviço de empréstimo nas bibliotecas e de novos títulos e exemplares de livros para completar a bibliografia básica de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação. (UFT, 2010d, p. 13).

A gestão do processo de modernização das bibliotecas dessa Instituição é de responsabilidade da Coordenação Geral do Sistema de Bibliotecas da UFT que é subordinada à Diretoria de Programas Especiais em Educação (DPE) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Além desse Coordenador (ar) Geral, o Regimento do SISBIB designa como apoio administrativo a esse Sistema, a formação de “um Comitê Gestor formado pelo Coordenador Geral das Bibliotecas, pelos Chefes de Bibliotecas dos *Campi* e um discente indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE)”. (UFT, 2009e, p. 2).

Por meio das entrevistas e da observação participante, foi possível perceber que os envolvidos na gestão desse processo de modernização caracterizam-no como uma solução para os problemas que as bibliotecas apresentavam quando foram transferidas da Unitins para a UFT, pois, como dito no tópico anterior, a UFT foi criada em 2000, mas iniciou suas atividades a partir de maio de 2003 com a estrutura, o patrimônio, os cursos e os alunos que recebeu da Unitins.

Nesse momento foram transferidas para a UFT essas oito bibliotecas universitárias, que, como tal, funcionavam de forma inadequada. Segundo os entrevistados, os acervos estavam desatualizados, as estruturas físicas eram inadequadas, assim como os recursos humanos, já que os bibliotecários e auxiliares de biblioteca não pertenciam ao quadro de pessoal da UFT, mas eram provenientes dos recursos humanos da Unitins. Segundo o professor Henrique, membro da gestão da UFT, as condições das bibliotecas eram:

[...] não tinha um acervo, o acervo era bastante limitado, as condições físicas: todos os espaços improvisados. Não, não foram construídos para serem bibliotecas, de tamanhos também insuficientes para quantidade de usuários; não tinha um sistema existente, na verdade a gente tinha oito bibliotecas isoladas sem uma comunicação entre elas na mesma forma que os cursos também eram assim, eram 25 cursos e cada curso era uma UFT. (Professor Henrique).

Quando o professor Henrique afirma que elas eram bibliotecas isoladas está se referindo ao fato de que elas funcionavam de forma independente, pois cada uma tinha sua política de catalogação, de classificação, com procedimentos e prazos de empréstimos diferenciados.

Por meio das entrevistas, da análise de documentos e da observação participante é possível identificar que as questões quanto aos acervos de livros desatualizados, os prédios inadequados, a falta de informatização e padronização dos serviços eram os aspectos das bibliotecas que mais incomodavam a gestão e os demais envolvidos na UFT. Esses três problemas foram mais enfatizados do que outros, como a falta de periódicos nos acervos e o quantitativo insuficiente e inadequado do quadro de pessoal que trabalhava nas bibliotecas.

A primeira mobilização da UFT para reestruturar as suas Bibliotecas, ocorreu logo após a sua implantação, quando foi formada a Comissão de Vitalização das Bibliotecas. De acordo com os dados coletados por meio das entrevistas essa Comissão era composta por três professores e um bibliotecário de cada Campus e a sua atividade principal era gerenciar a aquisição de livros para as Bibliotecas de todos os *Campi* da UFT.

Não existem documentos institucionais sobre a referida Comissão de Vitalização, uma vez que, segundo a professora Marcela, a sua formação se deu de modo voluntário pelos professores.

Segundo a professora Érica, as suas atividades eram: a seleção dos livros por meio de listas enviadas pelas Coordenações de Cursos dos *Campi*; posterior encaminhamento para o Setor de Compras da UFT, e quando esses livros eram recebidos a Comissão era responsável por tombá-los com o número de patrimônio e distribuí-los para as Bibliotecas.

No entanto, Segundo o Bibliotecário Silas, havia alguns problemas na aquisição de livros coordenada por essa Comissão, já que os livros depois de adquiridos eram entregues à Reitoria sem a discriminação do Campus ao qual deveriam ser encaminhados.

Por esse motivo, os bibliotecários dos *Campi* tinham que se deslocar para Palmas, cidade onde está localizada a Reitoria, para escolher os livros do seu Campus. Ainda de acordo com Silas, essa situação gerava alguns conflitos entre esses profissionais que algumas vezes pediam a aquisição do mesmo título de livro e como não havia a organização necessária não era possível saber a qual Campus o livro pertencia.

De acordo com o levantamento de notícias do sitio da UFT, foi possível perceber que essa Comissão atuou do ano de 2003 até o início de 2005 e que os primeiros investimentos da UFT para qualificar as Bibliotecas foram prioritariamente em acervo de livros.

O principal legado da Comissão de Vitalização das Bibliotecas foi a iniciativa de organizar esse setor na instituição. Sobre isso a professora Marcela afirma que:

A professora Ana Flavia, ela começou voluntariamente esse trabalho, foi aí que nós criamos um setor dentro da PROGRAD, com um profissional de biblioteconomia, que viesse a responder pelas bibliotecas, porque havia um contra-senso dentro da própria PROGRAD, que cuidava das bibliotecas, e não ter um setor que cuidasse disso. (Professora Marcela).

Apesar dessa Comissão não ter sido iniciada como uma política da Instituição, porém pela voluntariedade de alguns professores, e de ter ocorrido problemas metodológicos na aquisição de livros durante a sua gestão, pode-se perceber que ela incentivou a PROGRAD a organizar o processo de melhorias de suas Bibliotecas, pois a Pró-reitoria, posteriormente, estabeleceu um setor específico para coordenar as bibliotecas da UFT sob a responsabilidade de um profissional especializado, um bibliotecário.

E assim, no ano de 2005, a PROGRAD convidou uma bibliotecária do governo do Estado do Tocantins para gerenciar esse processo de modernização das Bibliotecas e, desse modo, foi constituída a Coordenação do Sistema de Bibliotecas da UFT. Nas palavras da Marcela,

Não havia nenhuma centralização, nenhuma centralidade e nem preocupação em relação às bibliotecas. Então foi quando nós, é..., de certa forma, convidamos a Regina Balduino, pra trabalhar com a gente. Nós não tínhamos, uma pessoa aqui na reitoria que pudesse encaminhar esse trabalho e eu acabei convidando a Regina Balduino e ela começou a fazer um diagnóstico dessas bibliotecas. (Professora Marcela).

Conforme a professora Marcela, ainda no ano de 2005, essa Coordenadora do Sistema de Bibliotecas teve como missão a elaboração do diagnóstico da situação desses setores da UFT, de modo que ele seria utilizado como parâmetro para a modernização das bibliotecas.

De acordo com o artigo de Balduino e Almeida (2008), os recursos utilizados para a elaboração do diagnóstico das bibliotecas foram: a aplicação de um formulário aos bibliotecários responsáveis por cada biblioteca da UFT e as visitas *in loco* realizadas pela bibliotecária da PROGRAD. Neste formulário foram coletados dados sobre a infra-estrutura das Bibliotecas, mobiliários, equipamentos, acervo, acesso ao Portal de Periódicos da Capes, serviços oferecidos e a formação do quadro de pessoal. E segundo a bibliotecária Selma:

Para o diagnóstico nós pegamos um, um, um documento do MEC que diz é... O quê que eles avaliam nas bibliotecas, a partir desse documento nós fizemos um, um questionário pra ser aplicado, um questionário não, nós fizemos um documento pra ser preenchido em todas as bibliotecas, a partir, envolvendo todos os aspectos. Então nós fizemos um, um, um documento que nesse documento nós fizemos um raios-X do que era, o que eram as bibliotecas e como estavam, acervo, espaço físico, pessoal, nível de pessoal, e nisso baseado nesses, nesse documento foi feito uma visita *in loco* em todas as bibliotecas e lá foi feito o raios-X, depois esses dados foram computados e foi feito um relatório sobre a situação das bibliotecas. (Bibliotecária Selma).

Dessa forma, o diagnóstico da situação das bibliotecas da UFT foi elaborado utilizando como base ou indicadores os parâmetros da avaliação do MEC, ou seja, da Política da Avaliação Institucional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A partir dessa informação é possível perceber que a análise das condições das bibliotecas da UFT teve como principal objetivo identificar em quais aspectos as bibliotecas não atendiam esses indicadores.

A preocupação da UFT em identificar quais os déficits de suas bibliotecas com relação ao padrão de bibliotecas do MEC, pode explicar o fato dela não ter envolvido os usuários das suas bibliotecas na coleta de dados para a elaboração desse diagnóstico. Já que, segundo Selma, somente os bibliotecários dos *Campi* responderam os formulários e de acordo com os demais entrevistados não houve nenhuma outra consulta à comunidade sobre as condições das bibliotecas.

Segundo a bibliotecária Selma, o resultado do diagnóstico serviu como orientação para as definições do processo de modernização das bibliotecas, fato que pode indicar que no referido processo as exigências da Avaliação do SINAES tem considerável influência nas definições, enquanto as considerações dos usuários não estão incluídas.

Essa percepção pode ser confirmada ao se analisar o relatório final do diagnóstico, no qual a preocupação em atender os indicadores do MEC é evidente, como no item “2. 2.

Periódicos: em nenhuma biblioteca existe assinatura de periódicos científicos (pelo menos 3 para cada curso) conforme exigência do MEC”. (UFT, 2006d, p.1, grifo do autor).

Mas quando se procurou identificar nas entrevistas com os membros da gestão e do corpo técnico da UFT as principais motivações da instituição para investir nesse processo de modernização das suas bibliotecas, verificou-se que alguns a relacionaram a demandas internas e outros a demandas externas, que seriam as exigências dos indicadores da avaliação do MEC. Conforme o depoimento abaixo da professora Marcela.

Foi uma..., uma..., uma exigência interna né?! Quando nós assumimos a Pró – Reitoria de, de graduação nós estávamos iniciando o planejamento da universidade, é, cada Pró – Reitoria teve que sistematizar..., é, os cinco, cinco pontos que essa Pró–Reitoria deveria perseguir, cinco projetos. E a Pró – Reitoria de Graduação, lembro que na época nós apontamos a modernização, estruturação do Sistema de Bibliotecas a..., o outro ponto dizia respeito a, ao sistema acadêmico, a implantação do sistema acadêmico. Foi uma atitude interna mesmo, uma, **uma vontade da reitoria, de que é, assumíssemos a questão das bibliotecas como uma questão fundamental nesse processo de estruturação da UFT (Professora Marcela, grifo nosso).**

A opinião da professora Marcela foi corroborada pela do bibliotecário Silas que também relacionou a iniciativa da UFT de reestruturar as suas bibliotecas às demandas de natureza interna, pois segundo ele a modernização das bibliotecas foi motivada pelo “próprio crescimento da universidade, a criação de novos cursos, estaria muito difícil de você trabalhar de forma que se vinha trabalhando com esse número de cursos que se vem criando, que se vem crescendo na universidade” (Bibliotecário Silas).

No entanto, o bibliotecário Fernando relaciona as exigências da Avaliação Institucional do SINAES com a iniciativa da UFT em melhorar as condições de funcionamento das suas bibliotecas. De acordo com Fernando essa relação ocorre:

Quando se faz, por exemplo, a Avaliação Institucional e se percebe que um dos pontos críticos da instituição é a biblioteca que, por exemplo, não tem estrutura física, não tem ar condicionado, iluminação é precária, não tem computadores pra acesso à internet, um sistema de busca de recuperação da informação para os usuários, além do que é manual, os usuários eles vão tranquilamente espelhar isso na pesquisa, então, e esse ponto crítico a universidade tem por obrigação, até por exigências do MEC sanar pra que nas próximas avaliações, isso, seja ... progressiva essa mudança de perspectiva. (Bibliotecário Fernando).

Sobre o contexto dos investimentos em mudanças nas bibliotecas universitárias, Rosa e Nascimento (2010) argumentam que nesse processo persistem as duas demandas, a interna e a externa, mas a externa se sobrepõe, as quais, segundo as autoras, são as exigências da avaliação do MEC. Em suas palavras:

Nas bibliotecas, grandes mudanças têm sido implementadas e, conseqüentemente, tem-se demandado investimentos constantes das IES, em função de políticas internas, ou, **na sua maioria, por pressão dos processos avaliativos, em que as condições da biblioteca têm grande peso na pontuação do item infra-estrutura.** (ROSA; NASCIMENTO, 2010, p. 2, grifo nosso).

O resultado desse diagnóstico, segundo Balduino e Almeida (2008, p. 4), “revelou um quadro de precariedade dessas unidades [...] quanto ao espaço físico, em 87% das bibliotecas as instalações para o acervo são consideradas muito fracas ou regulares, 50% das instalações para estudos individuais são muito fracas ou irregulares e em 50% inexistente este tipo de instalação.” E, segundo o relatório final do diagnóstico, o espaço físico era “um dos maiores problemas encontrados na maioria das bibliotecas”. (UFT, 2006d, p.1).

Com relação ao acervo de livros, do total de oito bibliotecas, seis o consideraram como muito fraco ou regular e duas como muito bom. Quanto ao de periódicos, três bibliotecas indicaram que ele era muito fraco e em cinco ele era inexistente. O acervo de multimídia (CD, DVD, etc.) foi considerado como muito fraco por cinco bibliotecas, regular por uma e inexistente por duas. (BALDUINO; ALMEIDA, 2008).

Com relação às Políticas de aquisição, expansão e atualização o resultado do diagnóstico demonstrou que até o ano de 2006 “a política de aquisição é feita, em todas as bibliotecas, através de listas de professores da bibliografia básica e complementar. Não existem políticas de expansão e atualização com critérios definidos.” (UFT, 2006d, p.2). Entretanto, atualmente o critério para aquisição de acervo continua o mesmo: livros indicados pelos professores pertencentes à bibliografia básica dos Cursos de Graduação. (UFT, 2010d).

Quanto à informatização, há a informação no relatório final do diagnóstico de que até o ano de 2006 “nenhuma biblioteca é informatizada”, mas “as bibliotecas dos Campus de Tocantinópolis, Porto Nacional e Miracema possuem um banco de dados do acervo, só acessado pelas bibliotecárias. As dos outros Campus não têm.” (UFT, 2006d, p.1).

Segundo Balduino e Almeida (2008), o resultado final do diagnóstico também demonstrou que o quadro de pessoal das bibliotecas da UFT era insuficiente e pouco qualificado para os serviços desse setor.

Diante do resultado desse diagnóstico, a UFT iniciou os investimentos na modernização das suas bibliotecas. Com o intuito de entender esse processo, procurou-se um documento institucional que trouxesse informações mais precisas, isto é, um projeto com diretrizes, conceitos, objetivos, metas, metodologia, cronogramas, orçamento, atribuição de responsabilidades na operacionalização e uma descrição dos procedimentos planejados.

Mas, de acordo com os bibliotecários e os técnicos em informática entrevistados, não foi elaborado nenhum projeto sistematizado para orientar os investimentos e as atividades desse processo de modernização das bibliotecas. Segundo eles, esse processo acontece a partir de planejamentos anuais.

Porém, a professora Marcela, que acompanhou o início do processo de modernização das bibliotecas, afirmou em entrevista que havia um projeto desse processo de modernização das bibliotecas. Segundo essa professora, deve haver uma cópia desse projeto na PROGRAD.

O que requer atenção sobre o desencontro de informações entre os técnicos e a professora é o fato de que ambos participaram desde o início desse processo juntos. Contudo, entende-se que caso esse projeto exista ele não foi colocado em prática, já que esta equipe, que atua na implantação do processo de modernização das Bibliotecas desde o início, o desconhece.

De modo que foi encontrada apenas uma menção sobre a iniciativa de modernizar as bibliotecas no Planejamento Estratégico da UFT para os anos de 2006 a 2010. Nesse documento, o processo de modernização das bibliotecas está entre as prioridades da Pró-Reitoria de Graduação da UFT.

Segundo o referido planejamento estratégico, as cinco prioridades da PROGRAD “foram definidas, tendo em vista a necessidade de “melhorar a qualidade de oferta dos cursos de graduação da UFT”. E são as seguintes:

- **modernizar e informatizar as bibliotecas;**
- aperfeiçoar o corpo discente;
- reestruturar o Sistema de Controle e Registro Acadêmico;
- estruturar e desenvolver o Projeto Pedagógico-Institucional (PPI) e o Projeto Político-Pedagógico (PPP);
- qualificar a gestão acadêmica. (UFT, 2006b, p.23, grifo nosso).

No documento do planejamento estratégico da UFT, após a apresentação das cinco prioridades segue uma breve descrição sobre cada uma delas. A primeira prioridade da PROGRAD, a “modernizar e informatizar as bibliotecas” está relacionada exclusivamente às bibliotecas, conforme se pode observar na sua apresentação no referido documento:

- 1 Modernizar e informatizar as bibliotecas:
- **implantação, com um padrão mínimo, de um moderno, informatizado e interligado sistema de bibliotecas da UFT.** (UFT, 2006b, p.23, grifo nosso).

No entanto, é possível notar que na descrição da segunda prioridade, a de “aperfeiçoar o corpo discente”, há outra relação com as bibliotecas.

- 2 Aperfeiçoar o corpo discente:

- Criação e implantação de programas que contribuam para a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- **implantação de programas para a ampliação de acervos bibliográficos (livros, periódicos, revistas e digitais);**
- implantação e aperfeiçoamento de programas e projetos no âmbito do Sistema Federal de Educação – PET (Programa Especial de Treinamento) e PIM (Programa Institucional de Monitoria). (UFT, 2006b, p.23, grifo nosso).

Nesse documento a ampliação do acervo não está relacionada com a ação estratégica de modernização das bibliotecas, porém com a ação de aperfeiçoamento do corpo docente. Mas, nas entrevistas realizadas com os membros da gestão e técnicos da UFT, a aquisição de acervo de livros é destacada como atividade do processo de modernização. Fato que pode ser confirmado pela bibliotecária Selma ao afirmar que:

Dentro do processo de modernização são várias coisas?! Não é só informatização que é modernização, então o quê que a gente, nesse raios-x que nós fizemos você olhava o espaço físico, o pessoal, informatização, que era tudo manual, e em qual processo foi, mobiliário, de maneira geral, o complexo todo da biblioteca [...] fizemos um raios-x do, do acervo que era muito ruim, foi onde se começou a comprar. Primeiro ano nós compramos acho que 200 mil de livros. (Bibliotecária Selma).

Outras informações sobre o processo de modernização das bibliotecas da UFT foram encontradas em notícias do sitio desta IFES e em relatórios institucionais, nos quais são apresentadas ações de melhorias para as bibliotecas, citadas como parte do referido processo.

No entanto, nenhum dos documentos explica, descreve ou mesmo identifica as finalidades e os demais aspectos do processo de modernização das bibliotecas da UFT, embora, ainda assim, se constituem em importantes fontes de informação para esta investigação, porque podem fornecer pistas da referida modernização das bibliotecas. Além dos investimentos em informatização, aquisição de acervo, de maquinário e etc. os entrevistados evidenciam, como parte desse processo de modernização, a elaboração de dois documentos: o Regimento Geral do SISBIB e o Regulamento Interno das Bibliotecas da UFT.

O Regimento Geral do SISBIB institui a composição do Sistema de Bibliotecas da UFT e o Regulamento Interno das Bibliotecas tem o objetivo de estabelecer normas às rotinas de funcionamento das bibliotecas, referentes aos empréstimos de livros, às questões de penalidade no caso de atraso na devolução ou extravio dos livros etc.

De acordo com o Relatório de Avaliação Institucional da UFT 2009–2010, os chefes das bibliotecas se reuniram durante três anos para discutir esses documentos. (UFT, 2010h). Sendo que o Regimento Geral do Sistema de Bibliotecas da UFT foi aprovado pelo Conselho

Universitário (CONSUNI) em 25 de novembro de 2009 e o Regulamento Interno das Bibliotecas foi aprovado em 30 de agosto de 2010. (UFT, 2009e, 2010f).

O processo de elaboração e aprovação dos dois documentos foi demorado, mas isso não ofusca a importância deles, uma vez que ambos definem algumas diretrizes importantes para o processo de modernização e para o amadurecimento das referidas bibliotecas. Um exemplo é o artigo 5º do Regimento que garante a obrigatoriedade de haver reuniões entre os membros do Comitê, conforme o artigo:

Art. 5º. O Comitê Gestor das Bibliotecas será composto pelo Coordenador Geral do SISBIB, pelo Chefe da Biblioteca de cada *campus* universitário e por 01 (um) representante discente indicado pelo DCE, **devendo reunir-se, no mínimo, duas vezes ao ano para tratar de assuntos inerentes às bibliotecas.** (UFT, 2009e, p.3, grifo nosso).

Outra definição importante desse documento é a participação assegurada de um discente no Comitê Gestor das Bibliotecas da UFT. Esta opção de possibilitar a participação de um membro direto da comunidade em órgãos de deliberações de sistemas de bibliotecas universitárias é considerada por Alvarenga (2002) como uma mudança qualitativa da administração desse tipo de setor. Nas palavras da autora:

Alguns destes sistemas de universidades possuem órgãos colegiados e conselhos biblioteconômicos, **visando à participação da Comunidade Universitária nos seus rumos.** Aqueles que ainda não atingiram tal **grau de desenvolvimento** estão inseridos em instituições criadas mais recentemente ou que ainda não realizaram discussões mais aprofundadas sobre o papel de suas bibliotecas universitárias. (ALVARENGA, 2002, p. 13, grifo nosso).

Alvarenga (2002, p. 14) estudou sete sistemas organizacionais de bibliotecas universitárias do estado do Rio de Janeiro e concluiu que “os sistemas de bibliotecas pesquisados, em sua grande maioria, estão subordinados à Reitoria da Universidade”.

O que não é o caso das bibliotecas da UFT, uma vez que o SISBIB está subordinado à Diretoria de Programas Especiais em Educação da PROGRAD e não à Reitoria dessa IFES. Sobre essa tendência da administração de biblioteca universitária, Dziekaniak (2008) considera que quando esse tipo de sistema está ligado a Reitoria a comunicação é rápida e evita distorções. Mas se tiver ligada a uma Pró-reitoria, como é o caso da UFT, gera distorções porque afeta outras atividades da instituição.

Um exemplo disso pode ser a opção da UFT em adquirir somente livros sugeridos nas bibliografias básicas dos Cursos de Graduação. Esse fato pode comprometer a atuação das Bibliotecas no auxílio aos programas de pesquisas dessa IFE.

Enquanto, de acordo com o Regimento do SISBIB, a finalidade desse Sistema e das suas bibliotecas “é oferecer informações técnico-científicas à comunidade acadêmica, por meio de seus acervos e instalações, **como suporte aos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão**”. (UFT, 2009e, p.3, grifo nosso).

Por isso, Dziekaniak (2008) considera que antes das definições sobre a organização administrativa de um sistema de bibliotecas é necessário primeiro pensar na razão pela qual elas existem na universidade. Segundo o autor:

Decidir sobre um Sistema de Gestão para Biblioteca Universitária exige reflexão a respeito da razão de ser de uma BU, isto é, qual o seu papel e contribuição à comunidade acadêmica e sociedade em geral, como atende a seus anseios, qual a sua responsabilidade social, por que e para que existe, qual sua missão, a que se propõe, quais são os seus princípios, quais são as suas atividades fundamentais, como são executadas, como as pessoas que a integram são e estão mobilizadas para atingirem resultados, e por último, que resultados se pretende atingir. (DZIEKANIAK, 2008, p. 5).

A outra consequência da subordinação da Coordenação do SISBIB a uma Diretoria de Programas Especiais em Educação da PROGRAD, decorre do fato de que programas têm começo, meio e fim, já as bibliotecas precisam de políticas permanentes. Segundo o sitio da UFT,

A DPEE é a **Diretoria de Programas Especiais de Educação** e está vinculada à Pró-reitoria de Graduação. Seu objetivo é fortalecer o ensino nos cursos de graduação, abrangendo as atividades de aperfeiçoamento docente/discente, aos diversos programas e projetos implementados pela Prograd e ao funcionamento das bibliotecas da UFT²⁸.

De acordo com a descrição da DPE, ela está estritamente relacionada ao fortalecimento da graduação, porém, como já foi afirmada, a função das bibliotecas é mais abrangente.

Contudo, a análise dos aspectos gerais desse processo permite o entendimento de que apesar de o processo de modernização das bibliotecas da UFT não ter um documento com seus objetivos descritos, o seu foco é a melhoria das condições de ensino da graduação dessa IFE. E talvez por esse motivo ele esteja sob a gestão da PROGRAD, a qual foi incentivada, pela Comissão de Vitalização das Bibliotecas, a implantar um setor específico para a gestão das unidades de informação dos *Campi* da UFT.

Após a apresentação dos antecedentes, da composição e das demais características gerais do processo de modernização das bibliotecas, prossegue-se esta análise com a

²⁸ Informação do sitio da UFT. Disponível em: <http://www.site.uft.edu.br/prograd/dpee/quem-somos.html>. Acesso em: 10 set. 2010.

exposição de aspectos do referido processo na biblioteca do Campus de Palmas, por isso, serão descritas as suas condições de funcionamento, os investimentos em modernização e a informatização dessa biblioteca.

3.3.1 Características da modernização da Biblioteca do Campus Universitário de Palmas – UFT

A biblioteca do Campus de Palmas está sediada desde o seu início, ainda como Unitins, em um espaço do Bloco I desse Campus, o qual foi construído para ser sala de aula e adaptado para abrigar a biblioteca.

De acordo com os relatórios desse setor, até o ano de 2001 a biblioteca estava organizada em uma estrutura de 398,20 m² localizada no piso térreo de parte deste bloco. Em 2002 ela foi ampliada para 550,20 m², quando foi acrescentado ao seu espaço 152 m² do piso superior. (UFT, 2001, 2002). Atualmente os dois andares estão organizados da seguinte forma:

No 1º piso estão as salas de coordenação, de aquisição de materiais, de processamento técnico, o balcão de atendimento, o guarda volumes e o acervo de livros. (UFT, 2010d).

Segundo o Relatório de 2010 da Biblioteca, no 2º piso estão: “sala de leitura coletiva, sala de estudo com cabines para estudos individuais, sala com materiais especiais (fitas de vídeo – VHS – e armário com CDs-Rom), estantes com monografias, dissertações e teses, seção de periódicos”. (UFT, 2010d, p. 2).

Consta no Catálogo de Cursos da UFT que na Biblioteca do Campus de Palmas “o acervo esta armazenado em boas condições, em estantes apropriadas, com fácil acesso aos usuários”. (UFT, 2010d, p. 14). Apesar dessa afirmação, é possível perceber que no período chuvoso do Estado do Tocantins (outubro a fevereiro) no atual prédio da biblioteca ocorre vazão de água da chuva do teto para o 2º piso e deste para o 1º piso, de modo que partes desse acervo têm os livros atingidos pela água.

Observa-se que, neste período, os servidores tentam remanejar os livros dos locais mais atingidos pelo vazamento de água da chuva. Mas tal situação só irá ser resolvida com a mudança da biblioteca para o prédio novo, o qual está em fase de construção e é anunciado como um dos investimentos do processo de modernização dessa biblioteca.

Assim, como a maioria dos alunos da UFT está no Campus de Palmas, a maioria do acervo de livros dessa instituição também pertence à biblioteca desse Campus. Segundo o Relatório da Avaliação Institucional da UFT referente aos anos 2009-2010 o acervo de livros dessa Biblioteca é composto por 79.264 exemplares, não tendo sido encontrada nenhuma descrição desse acervo que especificasse a quantidade de títulos. (UFT, 2010h).

De acordo com o bibliotecário Silas, nesse momento não há como ter um levantamento exato do acervo de livros devido parte dele ainda não estar catalogada no SIE. Em razão disto os dados sobre esse acervo são mensurados a partir de uma soma entre o total de livros que está catalogado no SIE com uma estimativa daqueles que estão tombados e disponíveis nas estantes, mas não há dados no referido Sistema. Esse levantamento foi realizado no fim do ano de 2009.

Esta situação aparece informada no Catálogo de Cursos da UFT da seguinte forma: “os livros da biblioteca estão cadastrados **(no SIE/biblioteca ou em livros de tombo)**, possibilitando a circulação do material de acordo com a política de empréstimo estabelecida, com possibilidade de renovações ou reservas. (UFT, 2010d, p. 14, grifo nosso).

Segundo o Catálogo de Cursos, o acervo da Biblioteca do Campus de Palmas é composto também por “monografias, dissertações, teses, folhetos, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referência e materiais especiais direcionados as áreas de conhecimento trabalhadas nos cursos do Campus de Palmas da UFT”. (UFT, 2010d, p. 14).

Assim, como no caso do acervo de livros, também não foi encontrado nenhum documento que descreva as coleções citadas acima, mas se pode observar que os periódicos estão acondicionados em três estantes de uma face, entretanto, como não há assinatura a coleção é desatualizada e incompleta. Foi possível notar que a maioria desses periódicos pertence à área do direito. Além dos periódicos científicos “a biblioteca da UFT/CUP possui uma assinatura de jornal local, o Jornal do Tocantins. (UFT, 2010d, p. 14).

O acervo de monografias é composto pelos trabalhos de conclusão de curso dos alunos do Campus de Palmas, que foram elaborados até o ano de 2005. Não há informações no Catálogo de Cursos e em nenhum outro documento encontrado nesta pesquisa que indique a quantidade deste material na posse da biblioteca do Campus de Palmas.

Os servidores desse setor também não sabem informar porque esse material não é catalogado, isto é, seus dados não estão descritos em nenhum fichário, banco de dados ou listagem. Esta situação pode dificultar o acesso dos usuários a essa fonte de informação, uma vez que não existe nenhum instrumento que os auxilie a localizar as monografias, seja por

autor, assunto, orientador ou título. A única forma de localizar as monografias é a busca direta nas estantes.

Também no Catálogo de Cursos consta a informação de que o acervo da Biblioteca é composto por materiais especiais, contudo a UFT não adquire por compra esse tipo de material. Observou-se que ela recebe alguns CDs e DVDs por meio de doações ou quando esse material é suplemento de algum livro.

Aqueles que são recebidos por doações não são catalogados, ficam guardados na sala do setor de Processamento Técnico da Biblioteca. Os CDs e DVDs que são suplementos dos livros também não são catalogados, mas recebem uma etiqueta com o mesmo número da chamada (código de localização) e do tombo dos livros que fazem parte e são acondicionados em uma caixa na sala de Processamento Técnico da Biblioteca.

De acordo com o Catálogo de Cursos da UFT, os recursos humanos da Biblioteca do Campus de Palmas são formados por sete bibliotecários, sete assistentes em administração e sete alunos bolsistas²⁹. (UFT, 2010d, p. 14).

Desde o ano de 2008, a Biblioteca do Campus de Palmas possui um sistema antifurto para a proteção do acervo de livros. De acordo com o bibliotecário Silas, esse sistema acusa se algum usuário tentar sair da Biblioteca com um livro do acervo sem emprestá-lo pelo Sistema SIE.

A informatização da Biblioteca do Campus de Palmas, assim como das demais Bibliotecas da UFT, foi iniciada “em 2006, com a implantação de um software de gerenciamento de serviços em biblioteca e criação de um de banco de dados do nosso acervo”. (UFT, 2010d, p.14).

Os dados sobre a circulação do acervo dessa biblioteca, que foram coletados por meio do SIE, a partir de um relatório que este Sistema gera com dados estatísticos, revelam que a biblioteca do Campus de Palmas atendeu durante o primeiro semestre de 2010, especificamente do dia 01 de janeiro até o dia 05 de julho, 2.635 alunos de graduação, 69 alunos de pós-graduação, 132 docentes e 83 técnico-administrativos. Isto quer dizer que 2.919 (60,32%) dos membros da comunidade acadêmica a utilizaram nesse semestre.

Os usuários citados acima fazem parte da comunidade interna da UFT, ou seja, são aqueles que têm relação formal com a instituição, no entanto a biblioteca também atende a

²⁹ Alunos que recebem uma bolsa de aproximadamente R\$ 300,00 do Programa Bolsa Permanência Acadêmica da UFT. De acordo com a Resolução 09/2006 o seu objetivo é contribuir com a permanência do aluno na Instituição.

membros da comunidade externa, apesar de não existir nenhum dado disponível a respeito desse atendimento.

Os usuários externos não podem utilizar os serviços de empréstimo de livros, podem consultar o acervo somente nas dependências da biblioteca. Na tentativa de levantar dados sobre a média de atendimento dessas pessoas verificou-se, por meio do livro de visita, que nos meses de março e abril do ano de 2010 a média de atendimentos foi de sete pessoas dessa categoria em cada mês.

Os serviços informatizados dessa Biblioteca são a consulta ao acervo, o empréstimo, a devolução, a renovação e a reserva de livros. A frequência de uso desses serviços pelos usuários da biblioteca está descrito no gráfico abaixo:

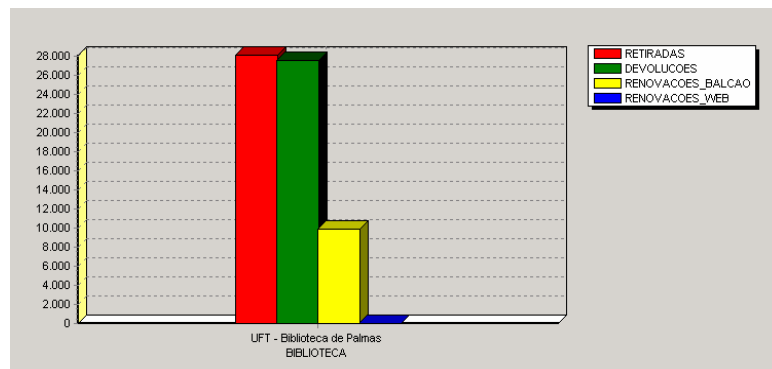


Gráfico 2 – Quantidade de empréstimos, devoluções e renovações de livros na Biblioteca do Campus de Palmas, durante o primeiro semestre de 2010.

Fonte: Sistema de Informação para o Ensino (SIE).

Conforme os dados do SIE, durante o primeiro semestre do ano de 2010 foram realizados na Biblioteca do Campus de Palmas 28.153 empréstimos, 27.586 devoluções e 9.909 renovações de empréstimos de livros no balcão de atendimento da Biblioteca. A reserva e renovação de livros ainda não é realizada de modo *on-line*.

Além dos serviços informatizados, a biblioteca presta o serviço de elaboração de fichas catalográficas para os alunos concluintes dos cursos de graduação e pós-graduação.

Observou-se ao final do primeiro semestre de 2010 que é grande a procura desses alunos pela elaboração de fichas catalográficas. Segundo um levantamento no correio eletrônico da biblioteca foram elaboradas aproximadamente 160 fichas nesse semestre.

O emprego de recursos financeiros no processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas da UFT não será considerado nesta pesquisa como despesas, uma vez que se concorda com a idéia de Chauí ao defender que:

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço. A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. (CHAUI, 2003, p. 11).

A partir desse pressuposto, toda aplicação de recursos financeiros nesse processo será denominada nesta dissertação como investimentos e serão apresentados neste capítulo de forma descritiva, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Investimentos do processo de modernização da Biblioteca do Campus de Palmas da UFT no período 2006 - 2010

Tipo de investimento	Acervo de Livros ³⁰	Porcentagem de Investimento em livros no período	Porcentagem de diminuição (-) / aumento (+) dos investimentos em livros	Estrutura física ³¹	Mobiliário	Informatização			
						Contrato com a FGV ³²	Manutenção do SIE	Equipamentos	Sistema Antifurto
Ano									
2006	R\$ 162.028,05	1º período base	100 %		R\$	R\$ 17.578,25	R\$ 84.000,00 ³⁴	R\$ 25.630,00 ³⁵	-----
2007	R\$ 144.233,69	89,01 %	- 11%	-----	10.661,34 ³³	R\$ 17.352,12	R\$ 87.000,00 ³⁶		
2008	R\$ 136.063,22	94,36 %	- 6%				R\$ 96.000,00 ³⁷		R\$ 30.749,00 ³⁸
2009	R\$ 210.720,82			R\$	R\$	-----	Não houve contrato	-----	-----
		155 %	+ 55%	6.065.483,55	73.918,00 ³⁹				
2010	R\$ 396.755,46	188%	+ 88%		-----		R\$ 156.000,00 ⁴⁰	R\$ 10.119,92 ⁴¹	
Total	R\$ 729.966,70	-----	-----	R\$	R\$ 84.574,34	R\$ 34.930,37	R\$ 426.000,00	R\$ 35.749,92	R\$ 30.749,00
				6.065.483,55					

³⁰ Dados coletados no artigo de Balduino e Almeida (2008), no Relatório da PROGRAD (UFT, 2009b) e no demonstrativo de notas fiscais recebidas pela biblioteca no ano de 2010 (UFT, 2010a).

³¹ O valor de R\$ 4.946.128,07 previsto para a construção da biblioteca do Campus de Palmas foi encontrado no memorando 437/2009 (UFT, 2009a), a esse valor houve o acréscimo de dois aditivos, que foram informados de forma verbal pela Coordenação do Setor de Obras da UFT.

³² Esses valores estão presentes no contrato de prestação de serviços firmado entre a UFT e a FGV (UFT, 2005).

³³ Dados coletados no artigo de Balduino e Almeida (2008).

³⁴ Este valor foi encontrado no contrato firmado entre a UFT e a FATEC (Fundação de Apoio a Tecnologia e a Ciência) (UFT, 2006e).

³⁵ Dados coletados no artigo de Balduino e Almeida (2008).

³⁶ O contrato firmado entre a UFT e a FATEC recebeu um aditivo (N. 29/2007), o qual prorrogou o contrato por mais um ano. (UFT, 2006e).

³⁷ Este valor foi encontrado no contrato N. 11/2008 (UFT, 2008b).

³⁸ Nota de Empenho do Sistema Integrado De Administração Financeira Do Governo Federal (2007).

³⁹ Informação concedida pela Coordenação Administrativa do Campus de Palmas a autora dessa pesquisa por correio eletrônico.

⁴⁰ Este valor foi encontrado no contrato N. 15/2010. (UFT, 2010i).

⁴¹ Relatório de Bens, gerado pelo SIE (UFT, 2010g).

O levantamento de dados sobre os investimentos permite a identificação de que a Instituição adquiriu para o acervo da biblioteca do Campus de Palmas exclusivamente livros, fato que já havia sido informado nas entrevistas com os técnicos e membros da Gestão da UFT, o que significa que a aquisição dos demais tipos de fontes de informação como CD, DVD e periódicos não foram incluídos na qualificação do acervo dessa biblioteca.

Os valores investidos na aquisição de acervo de livros durante os anos do processo de modernização foram constantes. Porém, quando são relacionados com os valores investidos no ano anterior observa-se que decaíram cerca de 11% no ano de 2007 e 6% em 2008, mas os investimentos aumentaram aproximadamente 55% em 2009 e 88% no ano de 2010.

Sendo que esse aumento dos investimentos em aquisição de livros durante os dois últimos anos ocorreu devido à necessidade de adquirir bibliografia básica para os novos Cursos de Graduação do REUNI, os quais foram implantados na UFT a partir de 2009, por isso não foram destinados para resolver os déficits dos Cursos de Graduação que existiam no Campus de Palmas, porém foram partilhados com mais seis novos Cursos.

Contudo, a análise das fontes documentais permite a percepção de que a quantidade do acervo de livros aumentou consideravelmente, uma vez que no ano de 2004 a biblioteca possuía 40.812 exemplares de livros (UFT, 2004) e após cinco anos, isto é, no ano de 2009, esse número subiu para 79.264 exemplares de livros. Sendo assim, esse acervo aumentou nesse período aproximadamente 94%.

Foi possível observar que até o ano de 2008 não houve ações efetivas direcionadas para resolver os problemas referentes à infra-estrutura da biblioteca do Campus de Palmas, uma vez que a construção do novo prédio para essa biblioteca foi iniciada no ano de 2009.

Segundo o responsável pelo Departamento de Obras da UFT o total da área em construção é de 3.158,23 m². (Informação Verbal)⁴². O prédio está dividido em três andares e pode ser visualizado na fotografia abaixo.

⁴² O setor não permitiu o acesso ao contrato de construção da obra, mas concedeu algumas informações de forma verbal.



Fotografia 1 – Prédio novo da Biblioteca do Campus de Palmas em construção. Abril de 2010.

A construção de um prédio específico para abrigar a Biblioteca do Campus de Palmas não é uma ação própria do processo de modernização das bibliotecas da UFT, uma vez que essa não foi uma ação programada pela PROGRAD, mas, de acordo com Marcela, foi Campus de Palmas que optou por destinar parte do seu recurso para esta finalidade.

Do Campus, por quê? Nós estávamos começando um processo de descentralização de recurso. Nesse processo de descentralização de recurso, isso é que outros *Campi* não entenderam, cada campus tinha o seu montante de recursos e teria que apontar como utilizar esses recursos, então teve campus que escolheu fazer passarela, teve campus que escolheu enfim construir um auditório, cada um apontou o que fazer com seu recurso, como até hoje né, eles apontam o que fazer com seu orçamento, e o campus de Palmas escolheu a construção de uma biblioteca, o diretor era o professor Torquato e ele comprou essa briga e sinalizando que não seria uma bibliotecazinha, seria uma grande biblioteca né. (Professora Marcela).

Como se pode ver a construção dessa estrutura não fazia parte da modernização dessa biblioteca, na verdade foi uma definição administrativa tomada pelo próprio Campus de Palmas e depois incorporada ao processo, já que segundo Marcela:

Essa opção veio ao encontro desse projeto de modernização das bibliotecas, por quê? Porque foi a primeira vez né, que um Campus se voltou pra questão da biblioteca como uma questão fundamental dentro do, do processo de reestruturação da universidade né, então esse foi um momento assim muito importante. Então essa iniciativa ela acabou fortalecendo né, toda essa, todo esse trabalho que nós estávamos iniciando em relação às bibliotecas porque pela primeira vez houve de fato a opção política por uma, não só por um prédio, porque com o prédio você vem né, com toda uma estrutura, toda uma visão né. (Professora Marcela).

O fato dessa construção não ter sido uma ação da PROGRAD, porém uma opção do Campus de Palmas, explica a diferença entre os investimentos em estrutura física empregados nos *Campi* da UFT, uma vez que o único prédio planejado e construído para ser biblioteca foi esse do Campus de Palmas. Para os demais ou foram feitas ampliações dos espaços que já existiam ou mudanças das bibliotecas para prédios novos, mas adaptados para serem utilizados como essa finalidade.

A partir dos investimentos em mobiliários foram adquiridos móveis e objetos como: estante de aço para livros, expositores de livros, mesas de escritório, mesas para estudo, cadeiras, armários, cabines para estudo individual, bibliocantos, carrinhos de transportar livros etc. O maior percentual de investimento foi realizado no ano de 2009 para mobiliar o prédio novo da Biblioteca do Campus de Palmas.

Para viabilizar a informatização e automação dos serviços da biblioteca do Campus de Palmas da UFT foram adquiridos: equipamentos de informática, efetuados contratos de cooperação com a FGV e o pagamento de manutenção do SIE. Além da aquisição, no ano de 2008, do sistema antifurto, o qual é utilizado pela Biblioteca para evitar furtos de livros.

A aquisição desse sistema antifurto também não foi uma medida do processo de modernização, uma vez que a sua aquisição não foi realizada por meio de uma iniciativa da PROGRAD, mas por uma opção da administração do Campus de Palmas, já que ele foi adquirido com recurso desse Campus, por isso não foi estendido para as demais bibliotecas da UFT. Segundo o bibliotecário Silas o sistema antifurto foi adquirido com recursos destinados ao Curso de Medicina.

A informatização da biblioteca do Campus de Palmas faz parte de um processo que ocorre em todos os *Campi* e abrange quase todos os setores da UFT, como secretarias, setores de protocolos e etc. Esse processo de informatização foi iniciado no ano de 2004 quando a instituição aderiu ao Sistema de Informatização para o Ensino (SIE). Segundo o Relatório de Gestão da UFT, referente ao período 2004-2008, esse Sistema foi desenvolvido pela Universidade de Santa Maria e adquirido pelo MEC “com recursos da ordem de R\$ 500 mil”. (UFT, 2009d).

A questão da informatização é encontrada como um dos objetivos do planejamento estratégico da UFT de 2006 a 2010, onde consta a seguinte explicação: “promover a modernização da gestão, ampliando-se a informatização”. (UFT, 2006b, p. 21).

Há coesão entre a forma como esse objetivo estratégico foi escrito e o depoimento dos entrevistados nesta pesquisa, pois todos relacionaram o sentido da modernização com a informatização dos procedimentos administrativos e expuseram como vantagens algumas características de serviços informatizados como: agilidade, precisão, confiabilidade, padronização etc. Fato que fica ainda mais claro na fala do professor Henrique quando este explica a concepção de modernização empregada no processo desenvolvido nessa biblioteca da UFT. Ele diz: “Eu acho o que é moderno é aquilo que o usuário ... ele ..., ele tem uma avaliação positiva do seu serviço, em termo de agilidade, de qualidade de atendimento, de rapidez, de acervo disponível”.

Por esse motivo, pode-se entender que a modernização da biblioteca tem como sinônimo a informatização dos procedimentos administrativos que, em médio prazo, podem ser transformados em serviços automatizados.

Não foram encontradas na equipe gestora da UFT e nem na equipe da biblioteca do Campus de Palmas posições que problematizassem ou questionassem os parâmetros e as possíveis consequências dessa modernização/informatização. A equipe está mais concentrada em vislumbrar as possíveis “vantagens” que o processo pode proporcionar aos serviços do setor de informação desse Campus.

Esse tipo de posicionamento quanto à modernização nas universidades públicas foi criticado por Chauí ao argumentar que:

Tomada sob a perspectiva operacional, a universidade pública corre o risco de passar por uma modernização que a faça contemporânea do século XXI, sem que se toque nas causas que deram origem a esse modelo universitário. Desse desejo de modernização acrítico e pouco reflexivo, são sinais duas idéias apresentadas com insistência crescente pelos organismos internacionais que subsidiam e subvencionam universidades públicas. A primeira idéia é a de *sociedade do conhecimento*; a segunda, uma nova concepção da *educação permanente ou continuada*”.(CHAUÍ, 2003, p.8, grifo da autora).

Segundo Chauí (2003), para a democratização do ensino superior, assim como para que a universidade seja uma instituição voltada para a formação, deve-se adotar uma postura crítica frente a sociedade da informação e a sua modernização para que esta instituição não esteja somente sujeita aos interesses da produção econômica.

Chauí (2003) resume a relação entre a sociedade do conhecimento e a universidade, afirmando que neste modelo de sociedade não há espaço para o avanço e desenvolvimento autônomo das universidades como instituições sociais comprometidas com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes e direitos democráticos. A autora considera que a universidade produz conhecimentos com o objetivo de aumentar as informações para o capital financeiro e, por isto, se submete as suas necessidades e a sua lógica.

Por meio das entrevistas e da observação participante foi possível perceber que até este momento a UFT não realizou um planejamento ou uma discussão entre a gestão, a comunidade e a equipe de técnicos, sobre o processo de modernização de sua biblioteca. A partir das considerações de Chauí (2003), acredita-se que é necessário discutir esse processo, ou seja, problematizar essa modernização.

Sobre as motivações que influenciaram a UFT a escolher o SIE como ferramenta da sua informatização, os entrevistados informaram que o principal motivo foi a possibilidade de ele funcionar de forma integrada, a partir de vários módulos que se comunicam como o

acadêmico, o protocolo, o patrimônio, a biblioteca, etc. Sendo assim, quando um aluno é matriculado no Módulo Acadêmico do SIE, utilizado pela secretaria acadêmica, automaticamente é gerado um cadastrado para ele no Módulo Biblioteca.

Dessa forma, a UFT não precisaria contratar a licença de uso, suporte e manutenção de sistemas de informação diferentes para os seus setores, já que utiliza um único sistema. Os membros da gestão ainda evidenciaram que esse fato provoca certa economia de recursos para a Instituição.

A implantação do Módulo Biblioteca do SIE começou a ser providenciada a partir do ano de 2005 e foi anunciada pelo Reitor como um instrumento de integração entre as bibliotecas da UFT, isto é, como um pré-requisito para a formação do Sistema de Bibliotecas dessa IFE. Segundo o Reitor Alan Barbiero:

A política de bibliotecas que está sendo construída na UFT tem a proposta de eleger 2006 como o Ano da Biblioteca na Universidade Federal do Tocantins, o reitor falou do projeto de criação de um sistema de bibliotecas que, segundo ele, vai permitir, através da modernização e informatização, coordenar as bibliotecas de todos os *campi* da Instituição⁴³.

A primeira definição quanto à informatização das bibliotecas foi a de que ela seria iniciada pela composição do banco de dados do acervo de livros, algo que é fácil de ser entendido tendo em vista que a instituição investe preferencialmente neste tipo de suporte.

A metodologia adotada para viabilizar a formação desse banco de dados do SIE foi a migração dos registros bibliográficos do banco de dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Bibliodata⁴⁴, o qual é um catálogo coletivo que possui registros de fontes de informações de várias bibliotecas brasileiras.

Mas, para viabilizar a informatização também era necessário uniformizar os serviços das bibliotecas da UFT, uma vez que elas usariam um único Sistema e por isso deveriam utilizar um único padrão de serviços.

Como já foi afirmado até esse momento, cada biblioteca tinha suas próprias regras de funcionamento, como quanto à quantidade de livros que poderiam ser emprestados pelos usuários, assim como os prazos permitidos para esses empréstimos e o código de classificação do acervo, isto porque algumas bibliotecas usavam a CDU (Classificação Decimal Universal) e outras a CDD (Classificação Decimal de Dewey). (UFT, 2006d).

⁴³Notícia veiculada no sitio da UFT. Disponível em: <http://www.noticias.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21133&Itemid=5>. Acesso em: 25 jul. 2010.

⁴⁴ Informação disponível no sitio da Rede Bibliodata. Disponível em: <<http://www8.fgv.br/bibliodata/>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

Por isso, em abril de 2006, foi realizada uma reunião entre os bibliotecários recém concursados na UFT para a discussão de algumas definições para a informatização. Entre as definições acordadas nesta reunião consta que para todas as bibliotecas o sistema de classificação do acervo seria o CDD e que para a catalogação seria utilizado, em terceiro nível, o Anglo-American Cataloguing Rules⁴⁵ 2ª edição (AACR2). (UFT, 2006a).

Outra tentativa de padronizar os serviços das bibliotecas com a finalidade de informatizá-las foi realizada, a partir de maio de 2006, na 1ª Campanha de Preservação do Acervo Bibliográfico. O folder dessa Campanha apresentava os prazos assim como as quantidades de livros para os empréstimos das bibliotecas de forma idêntica, além de um único horário de funcionamento para todas as bibliotecas. (UFT, 2006c). Segundo a notícia do sítio da UFT do dia 18 de maio de 2006:

A coordenadora das bibliotecas, Regina Elizabeth Balduino, explica que a campanha faz parte do processo de unificação que será concretizado após a informatização do acervo. “Neste primeiro momento, já estamos implantando normativas que padronizem nossos serviços”, enfatiza ela⁴⁶.

Contudo, esta primeira tentativa de unificação não teve muito sucesso, pois segundo o bibliotecário Silas naquele momento não foi possível padronizar todos os serviços das Bibliotecas. Segundo ele, houve resistência da comunidade em aceitar algumas mudanças, uma vez que para algumas bibliotecas seria, por exemplo, diminuído o prazo em que os livros poderiam ser emprestados, já em outras o prazo seria estendido, mas como não havia nenhuma normativa que determinasse aquelas mudanças nem tudo foi aplicado.

Essa unificação e padronização dos serviços das Bibliotecas da UFT foram efetivamente realizadas no ano de 2008 quando os empréstimos de livros passaram a ser informatizados, mas foi regulamentada somente em agosto de 2010 quando foi aprovado o “Regulamento Interno das Bibliotecas da UFT”.

A partir do mês de maio do ano de 2006 foi iniciado o processo de composição do banco de dados do SIE através do uso do Bibliodata. Esse procedimento foi iniciado na Biblioteca do Campus de Tocantinópolis. Segundo o bibliotecário Fernando, esta foi a

⁴⁵ O Código de Catalogação Anglo Americano é um conjunto de normas internacionais utilizadas para descrever documentos, orienta, por exemplo, como se deve descrever o nome dos autores, a cidade de publicação e o número da edição de um livro, etc.

⁴⁶Notícia veiculada no sítio da UFT. Disponível em: <http://www.noticias.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21315&Itemid=5>. Acesso em: 15 jul. 2010.

biblioteca piloto do processo de informatização das Bibliotecas da UFT. Na Biblioteca do Campus de Palmas esse processo começou a partir do dia 18 de maio de 2006⁴⁷.

No ano de 2007, os registros bibliográficos que foram exportados do Bibliodata foram migrados para o banco de dados do SIE e foi iniciada a inserção dos itens (exemplares dos livros) do acervo. Mas essa inserção foi prejudicada devido a ocorrência de alguns problemas técnicos na migração dos dados do Bibliodata para o SIE, por isso muitos registros foram duplicados e outros foram perdidos.

Segundo alguns entrevistados, essa situação provocou certo atraso na formação do banco de dados da biblioteca do Campus de Palmas, a qual ainda não concluiu a indexação no SIE dos dados do seu acervo antigo, por isso, atualmente o empréstimo de livros nessa biblioteca é realizado de forma manual para aqueles livros antigos que não tem registro no SIE, e informatizada para os demais.

Durante a atividade de inserção dos exemplares dos livros, a biblioteca do Campus de Palmas permaneceu fechada por mais de dois meses, de parte de dezembro de 2007 até fim de fevereiro de 2008. (UFT, 2008a). Fato que também ocorreu nas demais bibliotecas da UFT, de acordo com os envolvidos isso facilitaria o cadastramento no SIE dos exemplares de livros dos seus acervos, já que se ela permanecesse aberta os exemplares de livros seriam constantemente emprestados pelos usuários da referida biblioteca.

Observa-se com essa medida certa tendência à priorização de procedimentos administrativos em detrimento dos interesses dos usuários que ficaram por todo esse tempo sem acesso aos serviços da biblioteca.

O serviço de consulta ao acervo foi disponibilizado para os usuários da biblioteca a partir do dia 26 de março de 2008 quando foi incluído na página da UFT um link denominado Bibliotecas, no qual a comunidade acadêmica poderia acessar o “sistema de busca”, pesquisa ao acervo do SIE⁴⁸. Entretanto, no ano de 2010 a UFT lançou outro link na sua página na internet e o denominou como Biblioteca Virtual, mas continua mantendo o primeiro lançado em 2008.

⁴⁷Notícia veiculada no sitio da UFT. Disponível em: <http://www.noticias.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20262&Itemid=5>. Acesso em: 27 maio 2010.

⁴⁸Informação disponível em: <http://www.noticias.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=35926&Itemid=5>. Acesso em 30 ago. 2010.

Neste último, além do usuário encontrar o link para acessar o catálogo da biblioteca da UFT ele também encontra mais três links, o do Portal Domínio Público, o do Portal de Periódicos da Capes e o da SciELO⁴⁹.

A implantação dos serviços informatizados de empréstimo, devolução, renovação e reserva de livros foi iniciada na biblioteca do Campus de Palmas a partir de agosto de 2008.

Pôde-se perceber por meio das entrevistas que durante o ano de 2010 estão sendo pensados alguns aperfeiçoamentos para a informatização das Bibliotecas da UFT.

Esses aperfeiçoamentos foram exemplificados como: possibilitar aos usuários das Bibliotecas a reserva de livros e renovação de empréstimos por meio da internet; a possibilidade do catálogo de livros do SIE demonstrar a situação dos exemplares dos livros, por exemplo, se estão emprestados ou disponíveis no acervo, assim como o quantitativo de exemplares por título da biblioteca e a implantação das carteirinhas para todos os usuários.

Outro serviço que Arnaldo indica que está sendo planejado é o envio de mensagens por correio eletrônico para os usuários das Bibliotecas da UFT, os quais informarão a disponibilidade dos livros reservados e confirmarão a efetivação da devolução de livros à biblioteca.

Os técnicos também citam a necessidade de melhorar algumas rotinas técnicas como a emissão de relatórios do SIE, a criação do Cabeçalho de Autoridades e o de Assuntos, os quais podem ser entendidos como catálogos de autores e de assuntos que compõem o acervo. Além das necessidades de aperfeiçoamento citadas acima, o bibliotecário Silas ainda se referiu à intenção de implantar a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, a BDTD.

A BDTD é um projeto coordenado pelo IBCT (Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia) que tem por objetivo integrar os sistemas de informação de teses e dissertações das instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimular o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico⁵⁰. Ela funciona como um repositório institucional das produções científicas, principalmente das universidades.

Contudo essa implantação não é considerada por alguns membros da UFT como um procedimento do processo de modernização das Bibliotecas. Segundo o bibliotecário Fernando é necessário:

⁴⁹ Portal Domínio Público é uma biblioteca virtual do MEC, que permite o acesso a obras digitalizadas. Portal de Periódicos da Capes permite o acesso a bases de dados e a periódicos científicos nacionais e internacionais. SciELO (Scientific Electronic Library Online) é uma biblioteca virtual que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos.

⁵⁰ Informações disponíveis no site da BDTD. Disponível em: <<http://bdttd.ibict.br/pt/a-bdttd.html>>. Acesso em: 15 out. 2010.

Ter claro os conceitos, por exemplo, biblioteca é uma coisa, repositório institucional é outra coisa. O repositório institucional ele tem uma característica muito importante de como divulgar a produção acadêmica da universidade, a produção científica da universidade. As bibliotecas elas têm outra finalidade no ponto de vista, que é dar o suporte informacional ao ensino, pesquisa, ensino, pesquisa, extensão, à gestão. (Fernando).

Por isso, para Fernando, um não depende do outro, o que significaria que a implantação da BDTD não faz parte do processo de modernização das Bibliotecas da UFT. Segundo ele o objetivo do repositório institucional, da BDTD “é armazenar, preservar, organizar, divulgar, disseminar essa produção acadêmica”.

De acordo com Fernando, a produção científica que a UFT pretende disponibilizar na BDTD são as dissertações e teses defendidas nos programas de pesquisa da instituição; aquelas elaboradas por professores e técnicos da UFT e defendidas em outras universidades; os artigos científicos publicados por esses profissionais em revistas com Qualis⁵¹ e os relatórios dos programas de extensão e dos projetos de pesquisa, como o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica).

A partir da análise dos depoimentos e da observação participante é possível perceber que os técnicos envolvidos no processo de informatização da biblioteca do Campus de Palmas tinham pouco conhecimento sobre as ferramentas do SIE. De acordo com José, servidor da Biblioteca de Palmas, a maior parte das aplicações desse Sistema foi identificada e entendida pelos servidores na prática do dia-a-dia de trabalho.

Sendo assim tentou-se entender como ocorreu a questão dos treinamentos desses atores durante o processo de informatização dessa biblioteca e verificou-se que, em novembro de 2005, ocorreu o primeiro treinamento dos bibliotecários para a informatização das Bibliotecas da UFT⁵², o qual foi ministrado por uma bibliotecária da FVG.

Contudo esse treinamento foi ofertado para os bibliotecários que eram provenientes do quadro de pessoal da Unitins e estavam cedidos para a UFT, mas nesse ínterim estava em andamento o primeiro concurso da UFT para esse cargo, uma vez que as provas foram realizadas em outubro do mesmo ano, de modo que os servidores aprovados tomaram posse a partir de fevereiro de 2006.

⁵¹Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 20 set. 2010.

⁵²Notícia veiculada no site da UFT. Disponível em: <http://www.noticias.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21135&Itemid=5>. Acesso em: 25 jul. 2010.

Sendo assim os bibliotecários do quadro de servidores efetivos da UFT não participaram desse treinamento, pois a maioria dos bibliotecários da Unitins que foram treinados em 2005 não foram aprovados nesse concurso da UFT.

Segundo os membros da equipe da biblioteca do Campus de Palmas, não houve um treinamento adequado para os servidores recém concursados, porém, de acordo com a fase do processo, ocorreram alguns encontros pontuais para repasse de algumas instruções de uso do Bibliodata e do SIE. No primeiro momento sobre a inserção de dado dos livros e depois sobre o empréstimo, devolução, renovação e reserva de livros.

Esse treinamento pontual da equipe da biblioteca de Palmas foi realizado pela equipe de informática da UFT. Segundo Celso, técnico em informática, esta última equipe conhecia pouco o sistema, além de não ter recebido uma orientação adequada da consultoria que prestava o serviço de suporte do SIE naquela época.

Mas, somente no final do ano de 2009 esses bibliotecários da UFT tiveram acesso a um treinamento sobre todas as funções do Módulo Biblioteca do SIE, o qual foi ministrado por um bibliotecário da Universidade de Santa Maria.

É interessante analisar que esse treinamento sobre as funcionalidades do SIE que aconteceu no ano de 2009 foi realizado de forma tardia, uma vez que esse Sistema foi implantado nas Bibliotecas da UFT no ano de 2007, o que pode significar que os bibliotecários dessa IFE poderiam estar subutilizando o SIE há três anos.

Alguns entrevistados entre os membros da biblioteca do Campus de Palmas indicaram questões referentes à participação nas decisões do processo de informatização dessa biblioteca, segundo eles as decisões ficaram centralizadas na DTI. Conforme um desses depoimentos,

Desde o primeiro momento da composição do banco de dados, quem determinou prazos pra composição dos bancos de dados, prazos para migração dos bancos de dados, prazos para inserção dos livros, prazo para a conclusão da inserção dos livros foi a DTI, esses prazos **não foram negociados em momento nenhum, não tiveram nenhum momento da interferência**, então **a operacionalização do sistema quem diz como vai acontecer e quando vai acontecer não são as bibliotecas, é o Setor de Informática.** (Fernando, grifo nosso).

Sobre essa questão, Celso, técnico em informática da DTI, considera que faltou certa maturidade para toda a equipe envolvida na informatização desse setor, tanto dos bibliotecários quanto dos técnicos do setor de informática. Para Celso essa situação ocorreu devido aos atores envolvidos não terem o conhecimento necessário sobre o SIE. Sobre isso ele afirma que:

Primeiro a equipe da DTI não conhecia a ferramenta... os bibliotecários que tavam aí em sua maioria os que tomaram a frente conheciam outros sistemas informatização e sistemas de bibliotecas, mas não sei se eles trabalharam no processo de informatização de alguma biblioteca, mas conheciam outros sistemas que não eram integrados... Então assim, **e nenhum da Universidade Federal do Tocantins tinha visão holística sobre o processo não sabia o todo** do processo então só era o que a empresa de consultoria passou e isso trouxe... é... por isso a gente foi imaturo, não tinha projeto pra definir isso no processo de implantação, não tinha ciclos de avaliação, né...**não sabíamos a quem recorrer se era biblioteca ou DTI, neste processo de implantação**, né... (Celso, grifo nosso).

A partir dos dois relatos acima é possível interpretar que os atores envolvidos na informatização não fizeram um estudo sobre o SIE antes de iniciar a sua implantação, por isso os envolvidos não conheciam o seu potencial assim como as suas fraquezas.

Além disso, confiaram as definições do processo a um agente externo à UFT, uma consultoria. Nota-se também que não realizaram um planejamento de todo o processo, no qual poderia ter sido negociada as fases, prazos e o trabalho multidisciplinar entre os técnicos da informática e os da biblioteconomia, inclusive as atribuições de responsabilidades durante a operacionalização da informatização.

Os profissionais envolvidos no processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas o avaliaram de modo positivo, apesar de terem indicado a ocorrência de alguns problemas no referido processo, como, por exemplo, a inexistência de um projeto, o treinamento considerado como insuficiente, a questão da participação nas decisões e etc. Percebe-se que para esses atores o acervo e os serviços informatizados são os aspectos mais impactantes nesse processo e que quaisquer iniciativas e investimentos nesse sentido são bastante significativos, principalmente quando comparam a biblioteca às suas condições iniciais de funcionamento.

Essas foram as informações que os entrevistados e os documentos apontaram sobre o processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas da UFT. A seguir serão analisadas as considerações dos usuários da biblioteca sobre o referido processo de modernização/informatização.

4 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE PALMAS DA UFT

Neste capítulo são apresentadas e interpretadas as considerações dos usuários sobre o processo de modernização porque passa a Biblioteca da UFT/Campus de Palmas. Para tanto se utiliza dados quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos são provenientes dos questionários, com perguntas abertas e fechadas, aplicados aos membros das quatro categorias que compõe a comunidade desse Campus: discentes, docentes, técnicos administrativos e usuários da comunidade externa a UFT.

Já os dados qualitativos são os resultados tanto da observação participante quanto das entrevistas qualitativas realizadas com alguns representantes das categorias citadas acima, que responderam ao questionário no primeiro momento da pesquisa de campo dessa dissertação. As entrevistas foram realizadas de forma livre, isto é, sem a formulação de perguntas direcionadas, mas a partir de um roteiro com temas relacionados ao processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas.

Para garantir o sigilo quanto à identidade dos entrevistados, os seus nomes foram trocados. Sendo assim, os discentes foram chamados de: Joaquim, aluno da área de Ciências Humanas; Patrícia, aluna da área da Saúde; Ana, aluna da área de Engenharia e Graça, aluna da área de Ciências Sociais Aplicadas. Os docentes foram denominados como: Lidia, professora da área de Ciências Humanas; Érica, professora da Área de Engenharia; Julia, professora da Área de Ciências Sociais Aplicadas e Cláudio, professor da Área da Saúde.

O usuário que representa nesta pesquisa a categoria dos técnicos administrativos foi nomeado como: Téo, Técnico administrativo da UFT. O usuário externo que concedeu entrevista para essa pesquisa será chamado pelo nome de Carlos, usuário da comunidade externa da UFT. Neste capítulo se utiliza também os dados concedidos por Silas, bibliotecário da biblioteca do Campus de Palmas e por Henrique, professor membro da equipe de gestão da UFT.

Como recomenda Minayo (2005), esta pesquisa tem como opção metodológica a triangulação de métodos, por isso os dados quantitativos foram tabulados em estatística simples e são apresentados em tabelas e os dados qualitativos serão analisados por meio da interpretação das entrevistas e das observações. Ambos são explorados neste capítulo de forma integrada, o que representa uma face da proposta de avaliação de Lejano (2006).

Apresenta-se a seguir os membros da comunidade acadêmica envolvidos nesta pesquisa. Para isso foi elaborada uma exposição da porcentagem de participantes da amostra dessa pesquisa por sexo, idade, frequência com que usam a biblioteca e se precisam utilizar outra biblioteca na cidade de Palmas – TO.

Tabela 2 - Distribuição de usuários da Biblioteca da UFT do Campus de Palmas por sexo e idade.

Categorias	Discentes		Docentes		Técnicos Administrativos		Usuário Externo	
Sexo	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%
Feminino	53	52%	09	53%	02	50%	01	25%
Masculino	49	48%	08	47%	02	50%	03	75%
Total	102	100%	17	100%	04	100%	04	100%
Idade	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%
Até 17 anos	05	5%	00	00%	00	00%	00	00%
18 a 23 anos	68	67%	00	00%	01	25%	03	75%
24 a 30 anos	21	20%	02	12%	01	25%	00	0%
31 a 39 anos	05	5%	10	59%	02	50%	01	25%
Acima 40 anos	03	3%	05	29%	00	0%	00	0%
Total	102	100%	17	100%	04	100%	04	100%

De modo geral, a participação de homens e mulheres na amostra dessa pesquisa é relativamente equilibrada, uma vez que dos 127 questionados 65 (51%) são mulheres e 62 (49%) são homens. Contudo, quando se particulariza por categorias essa participação dos usuários pode-se notar que nas duas primeiras categorias da tabela 3 participaram mais mulheres que homens, como na de discente onde 53 (52%) dos envolvidos são mulheres e 49 (48%) são homens e na categoria de docentes participaram nove mulheres e oito homens. Entre os questionados da categoria dos técnicos administrativos, houve uma equivalência na participação de homens (quatro) e de mulheres (quatro), mas na categoria de usuários externos participaram mais homens (três) que mulheres (uma).

Quanto à idade dos envolvidos nesta pesquisa, percebe-se que a maioria dos discentes é jovem, porque 89 (87%) deles estão na faixa etária entre 18 e 30 anos de idade. Os docentes da UFT que participaram dessa pesquisa também podem ser considerados jovens para a carreira de professor universitário, uma vez que a maioria, 12 (71%), tem menos de 40 anos de idade. Entre os servidores técnicos administrativos que responderam ao questionário, todos estão em idade inferior a 40 anos de idade. De modo semelhante se declararam os usuários externos, já que a maioria (três) tem até 23 anos de idade e somente um deles está na faixa até 39 anos, sendo que nesta categoria ninguém declarou ter idade superior a 40 anos. A seguir será apresentada a frequência com que os usuários consultados utilizam a biblioteca do Campus de Palmas.

Tabela 3 – Distribuição de usuários por frequência de uso da Biblioteca do Campus de Palmas da UFT e se optam pelo uso de outras bibliotecas na capital.

Categorias	Discentes		Docentes		Técnicos Administrativos		Usuário Externo	
	Total Respondentes	de %	Total Respondentes	de %	Total Respondentes	de %	Total Respondentes	de %
Frequência de utilização da Biblioteca do Campus de Palmas								
Diariamente	25	25%	00	0%	00	0%	01	25%
Uma vez por semana	15	15%	04	27%	00	0%	00	0%
Mais de uma vez por semana	41	40%	03	20%	00	0%	02	50%
Mensalmente	07	7%	03	20%	01	25%	01	25%
Raramente	11	11%	03	20%	03	75%	00	0%
Nunca utiliza	02	2%	02	13%	00	0%	00	0%
Total	101	100%	15	100%	04	100%	04	100%
Frequência a outras bibliotecas								
Sim	58	57%	04	25%	00	0%	02	50%
Não	44	43%	12	75%	04	100%	02	50%
Total	102	100%	16	100%	04	100%	04	100%

Entre as quatro categorias consultadas, a que mais frequenta a biblioteca da UFT do Campus de Palmas é a dos discentes, uma vez que 81 (80%) utilizam-na semanalmente. Ainda que o fluxo de uso da biblioteca pelos membros dessa categoria seja muito bom, a porcentagem de alunos que raramente ou nunca a utilizam representa 13% desta amostra, dado expressivo tendo em vista a importância desse setor para o processo de formação dos estudantes.

Com relação aos docentes, a maioria (sete) dos questionados frequenta a biblioteca semanalmente. Contudo, uma parcela considerável dos professores consultados nesta pesquisa não frequenta a biblioteca regularmente, são eles os 33% que raramente ou nunca a utilizam. Nas entrevistas, alguns professores justificam dizendo que não precisam utilizar a biblioteca com a mesma frequência que os alunos, já que eles possuem acervos próprios que são adquiridos com os seus recursos e/ou com doações de editoras; esses professores também informaram que substituem os serviços da biblioteca pelos disponíveis na internet. Assim, a biblioteca da Universidade somente é procurada por esses profissionais quando eles não possuem as fontes de informação de que precisam em suas bibliotecas particulares, ou quando estas informações não estão disponíveis na rede mundial de computadores.

Já os membros da categoria de técnicos administrativos, que participaram desta pesquisa, não utilizam a biblioteca com frequência. Conforme os dados, apenas um afirmou a utilização mensal, enquanto os demais (três) usam-na raramente. O representante dessa categoria que foi entrevistado afirmou que tem o hábito de adquirir os livros de que necessita, além disso, apresentou algumas críticas sobre o padrão de atendimento desenvolvido por esse setor na UFT:

Porque eu, eu odeio o lugar da biblioteca na universidade, eu não me sinto bem dentro da biblioteca, eu comprei a maior parte dos livros de que preciso pra não consultar os da biblioteca porque eu tenho a impressão que se eu pegar aqueles livros é como se eu tivesse... se ... eu tivesse que deixar lá penhorado o meu coração, o fígado, não pode rasgar o livro, se atrasar um dia paga uma multa. Cara, olha o tamanho do cerceamento da coisa! (Téo, Técnico administrativo da UFT).

Para esse entrevistado, então, as regras de funcionamento da biblioteca são rígidas. Observa-se que os membros das demais categorias não questionaram a multa que a biblioteca aplica aos seus usuários quando eles atrasam a devolução dos livros emprestados por esse setor da UFT.

Dos usuários externos que responderam ao questionário, três utilizam a biblioteca semanalmente e um mensalmente. O usuário dessa categoria que foi entrevistado afirmou que

utiliza somente as salas de estudo da biblioteca para estudar para concurso. Segundo ele, a opção de utilizar essa biblioteca se deve ao fato de que:

Primeiramente é o lugar, a proximidade, eu trabalho aqui na lanchonete, então por estar próximo, não precisar deslocar e escolhi aqui pra estudar e eu estudo pra concursos né, **não faço o uso da biblioteca em si, só utilizo o espaço da biblioteca.** Eu enquanto usuário, vamos chamar assim, **sou um usuário passivo**, porque eu não sou uma pessoa que posso utilizar dos serviços diretamente né, eu apenas estou aqui só pra..., a maioria das vezes eu utilizo o meu material. (Carlos, usuário da comunidade externa da UFT, grifo nosso).

Entre as categorias de usuários da biblioteca da UFT/Campus de Palmas, há várias diferenças no uso da biblioteca, por exemplo: professores podem emprestar mais livros e tem um prazo maior que os demais para devolução, porém Carlos, usuário externo, foi o único a se declarar como alguém com direitos/benefícios limitados. Quando esse usuário afirma que não faz “uso da biblioteca em si” pode-se entender que ele não tem acesso à essência da biblioteca.

Além disso, o termo “passivo”, utilizado por Carlos, pode ter uma conotação forte, porque pode mostrar como ele se sente com relação à atenção que recebe da biblioteca, é quase invisível, portanto, sem participação. Percebe-se essa relação melhor quando ele explica: “não tenho conhecimento. Não sei, porque, desculpe a minha ignorância, mas é..., como eu só utilizo o espaço mesmo né?, não tenho acesso a conversas com funcionário, e coisa, quase não uso esse acervo a maioria das vezes eu utilizo o meu material, então não sabia dessa modernização.” (Carlos, usuário da comunidade externa da UFT).

Sendo assim, é possível entender que esse usuário não deve ter muito contato com os servidores que trabalham no atendimento deste setor. Por meio do seu depoimento, pode se perceber que os servidores da biblioteca também não o percebem. Nota-se que as mudanças advindas do processo de modernização não são aparentes para esse usuário, que até desconhecia tal processo.

O total de usuários que respondeu ao questionamento sobre o uso de outras bibliotecas, além desta da UFT, foi de 126, deste total, 64 (51%) afirmaram que fazem uso de outras bibliotecas na capital e 62 (49%) usuários afirmaram que não. Solicitou-se aos participantes desta pesquisa que informassem, de forma aberta, o motivo pelo qual procuram outra biblioteca e o nome delas. De modo que dos 64 que afirmaram esse hábito, 48 responderam a essa solicitação, sendo que houve usuário que indicou mais de um motivo e mais de uma biblioteca.

As justificativas mais recorrentemente indicadas nos questionários para a utilização de outras bibliotecas relacionam-se ao fato de apresentarem: estrutura física mais adequada

(tamanho, iluminação e climatização) (09); ambientes mais adequados para o estudo (silencioso) (12), localização mais próxima das suas residências (09), acervos com maior variedade de títulos (09), acervos com maior quantidade de exemplares (06), acervos mais organizados (05), acervos com variedade de tipos de fontes de informação (02). Durante as entrevistas os usuários, principalmente alunos, explicaram as suas motivações para utilizar outra biblioteca em Palmas, sendo que elas coincidiram com aquelas citadas por eles nos questionários.

A análise das respostas abertas do questionário e das entrevistas permite o entendimento de que as motivações dos usuários pela procura de outras bibliotecas estão relacionadas a três características da biblioteca da UFT do Campus de Palmas: 1) a localização da biblioteca do Campus de Palmas, 2) as condições do espaço físico e 3) ao seu acervo. Esses aspectos serão analisados a seguir.

1) A localização da biblioteca da UFT do Campus de Palmas aparece como uma dos fatores que influenciam os seus usuários a procurar outras bibliotecas na cidade de Palmas. Sobre isto se observa que esse Campus fica situado na parte Norte da cidade, mas, como se analisa na seção 3.1 desta dissertação, a maioria da população de Palmas reside na área Sul dessa capital. Apesar de o Campus estar localizado na parte Norte de Palmas ele está situado numa distância aproximada de quatro quilômetros do centro da cidade, o que significa que está relativamente distante para a maioria da população que reside na Capital, o que leva alguns dos envolvidos nesta pesquisa a procurar outras bibliotecas situadas mais próximas de suas residências.

As bibliotecas mais procuradas pelos participantes nesta pesquisa estão situadas longe da biblioteca da UFT do Campus de Palmas, as da área Norte são: a Biblioteca do SESC, citada oito vezes, próxima a uma área periférica dessa região e a Biblioteca Pública Estadual Darcy Ribeiro, citada cinco vezes, localizada na parte central de Palmas.

As bibliotecas utilizadas pelos sujeitos da pesquisa, situadas na área Sul da cidade de Palmas são: a Biblioteca Pública Municipal Jaime Câmara, do Espaço Cultural, citada 13 vezes; a Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), citada 11 vezes e a Biblioteca do Centro Universitário Luterano (ULBRA), citada sete vezes, sendo esta última a mais distante da biblioteca do Campus de Palmas da UFT a aproximadamente seis quilômetros de distância. Além dessas foram citadas, no máximo duas vezes, outras nove bibliotecas de escolas particulares e órgãos públicos de Palmas.

2) as condições do espaço físico: com relação a essa motivação dos usuários para buscar outra biblioteca em Palmas, observa-se que os investimentos do processo de

modernização da biblioteca do Campus de Palmas referentes à infra-estrutura ainda não puderam ser sentidos com profundidade pela comunidade acadêmica, haja vista que o novo prédio ainda está em fase de construção. Segundo os entrevistados, há muito barulho no atual ambiente da biblioteca porque alguns usuários não se comportam de forma adequada a esse ambiente. Dizem ainda que os servidores desse setor deveriam fazer um acompanhamento maior da movimentação dos usuários na biblioteca. Contudo, observa-se que no espaço atual, mesmo quando os usuários conversam em tom de voz moderado, as condições do espaço possibilitam a propagação do som, situação que é agravada no segundo piso, na única sala para estudo coletivo. Além disso, os entrevistados informaram que no período de chuvas do estado do Tocantins, ocorre a formação de poças de água da chuva neste espaço de estudo. Segundo eles, essa situação provoca o risco de queda e o odor da umidade os incomoda bastante.

Observou-se, ainda que existem muitas lâmpadas queimadas no espaço da biblioteca. Segundo o bibliotecário Silas, atualmente é preciso trocar 135 lâmpadas fluorescentes na biblioteca, mas se verifica que a parte mais afetada é a área do acervo. Já no ambiente administrativo, também existe a necessidade de uma iluminação adequada. Dada essas condições, esses entrevistados indicaram que procuram bibliotecas com espaços mais silenciosos, organizados e confortáveis.

Esses problemas de infra-estrutura – dos prédios, laboratórios, bibliotecas e equipamentos na UFT – constam do documento do Planejamento Estratégico (2006-2010) dessa IFES como um dos desafios que devem ser superados pela Instituição. Por meio da análise das entrevistas e dos questionários, é possível perceber que os usuários têm fortes expectativas com relação à estrutura que está em construção. Quando essa temática foi colocada nas entrevistas, de modo descritivo, revelaram suas expectativas, quase sempre com comparações com as condições atuais da biblioteca. Por várias vezes os déficits do atual espaço físico foram os parâmetros para expor o que eles esperam do novo prédio. Como se pode observar no depoimento da aluna Graça, que se refere a esse novo espaço como:

Uma esperança de... mudança, pra o nosso Campus e, e principalmente pra o Curso. Esses cursos que estão sempre em constante contato com a biblioteca né?, Essa mudança pra um bloco novo, porque quando eu entrei na universidade eu me deparei com chuvas que alagaram a biblioteca, os livros secavam lá fora no meio do tempo em cima de madeirite porque não tinham, é, locais adequados, porque a universidade estava se estruturando, e é um avanço essa questão da nova biblioteca pra gente que vai ser muito bem recebida pelos alunos e vai fazer com que vários alunos estejam mais próximos da biblioteca. (Graça, aluna da área de Ciências Sociais Aplicadas).

Os servidores que trabalham neste setor também se mostraram ansiosos pela mudança para o novo prédio, pois, segundo eles, o espaço de trabalho está cada vez menor para a quantidade de livros adquiridos pela UFT. Os usuários entrevistados questionaram também o tempo de execução da obra, já que esta foi iniciada em janeiro de 2009, tinha prazo previsto para término em maio de 2010, e este já sofreu dois adiamentos.

Por meio do questionário perguntou-se, de forma aberta, aos usuários sobre as suas expectativas quanto ao novo prédio que estava sendo construído para a Biblioteca do Campus de Palmas. Das 120 pessoas que responderam a essa questão, parte citou mais de uma expectativa. A principal expectativa se refere à nova estrutura: que seja disponibilizado um **espaço adequado e confortável para estudos e pesquisas (77)**. Estes disseram que gostariam de encontrar nela mais mesas e cadeiras, iluminação e climatização adequadas, mais tomadas para os seus notebooks, computadores com acesso à internet, sala de vídeo, bebedouros, banheiros, espaços para estudo individual, espaço para estudo em grupo amplo, mais organizado e silêncio.

Tendo em vista que o novo prédio ser maior do que o atual alguns usuários aventaram a possibilidade da UFT **aumentar o acervo da biblioteca (35)**. Observou-se que o espaço para o acervo da biblioteca atual não comporta nenhuma estante a mais, por isso os livros novos recebidos em dezembro de 2010, estão encaixotados e somente serão integrados ao acervo e disponibilizados para os usuários quando a biblioteca estiver funcionando no prédio novo. Eles indicaram também que, nesse espaço novo, a biblioteca tenha **assinatura de periódicos (12)**.

Houve usuários que disseram esperar que a biblioteca mantenha o **acervo organizado (24)**, que ocorra o **aprimoramento dos serviços informatizados (11)**, que ela tenha **uma equipe maior para o atendimento aos usuários (10)** e que os **profissionais sejam capacitados para o atendimento (06)**. Essas últimas respostas mostram que eles esperam mais do que mudanças na estrutura física da biblioteca, porque a organização do acervo não depende somente do espaço disponível, mas também da equipe de profissionais que o organiza. O aprimoramento dos serviços informatizados também é um exemplo de que, a expectativa deles, não está ligada apenas a questões de infra-estrutura, pois eles querem um atendimento melhor, haja vista as referências à equipe de pessoal da biblioteca.

A maioria dos usuários tem boas expectativas com relação à nova estrutura física, no entanto um dos usuários fez uma leitura bastante crítica dessa estrutura, pois para ele,

Aquele prédio não tem nada a ver com a vida da biblioteca, ele é um, aquilo ali parece mais um quartel, porque os caras que construíram aquele prédio são burocratas da arquitetura, não houve um debate, sabe, não houve uma, uma, um pensamento, sabe, essa biblioteca podia ser criada, por exemplo, em formato de círculo, entende?, Em que no meio dela você puder fazer uma arena pra bandas tocarem, pra movimento estudantil protestar, entende? (Téo, técnico administrativo).

Téo chama a atenção para a necessidade de participação da comunidade acadêmica no projeto. Além disso, ele critica algumas características do novo prédio da biblioteca, como o fato dele ser localizado bem próximo às margens do lago da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães e ter os seus dois andares espelhados. Para ele o lago poderá refletir a luz solar nas janelas espelhadas que envolvem todo o prédio e isso poderá aumentar a temperatura do ambiente interno. Téo, diz ainda que,

A biblioteca é quadrada. Terceiro, ela tem pisos, entende? Lá em cima você vai colocar periódico ou as seções de alguma coisa..., lá embaixo vai colocar referência..., é normalmente assim que as bibliotecas se organizam. Quer dizer, como se tivesse uma hierarquia de conhecimento, embora ela se pareça tão sutil..., poucas pessoas percebem isso, só se ela fosse plana, horizontal, não havia hierarquia. Assim a biblioteca irá se parecer com um templo, com aquele negócio espelhado, parece uma nave, tornou o livro, sei lá..., um objeto desassociado do povo, das pessoas. (Téo, técnico administrativo).

Para Téo, portanto, a imagem desse prédio representa alguns conceitos presentes na ideologia dominante. Algo que poderia ser explicado a partir das considerações de Chauí (2001), pois para essa autora a ideologia sustenta o sistema capitalista e justifica a divisão de classes sociais, mas para se manter como ideologia da dominação e dominante, precisa de uma organização que é baseada em padrões de competência, os quais são construídos por racionalidades nas relações sociais e para isso necessita de uma rígida hierarquia. Essa hierarquia se expressa entre as áreas do conhecimento, entre as relações de trabalho, etc.

Como essa impressão não é a da maioria, talvez se possa pensar que o poder ideológico de que fala Chauí (2001), pode garantir a formação de uma possibilidade de consenso. Sobretudo, porque a partir das entrevistas pode-se perceber que é grande a expectativa da maioria dos usuários por essa “nova biblioteca”; é como se essa mudança de espaço físico fosse dar condições para “nascer outra biblioteca”. De certo modo, essa esperança parece ser alimentada pelos discursos da gestão da UFT, pois há uma divulgação muito forte desse novo prédio. Percebe-se que os servidores que trabalham nessa biblioteca também têm uma “esperança de dias melhores” com relação a essa mudança.

Durante o período de observação participante foi comum presenciar momentos em que os servidores da biblioteca justificavam algum problema aos usuários e logo em seguida informavam que no novo prédio essa situação não iria acontecer; usavam expressões do tipo:

“lá será diferente, terá espaço..., terá copiadora..., terá fiação para o acesso a internet e etc.”. É como se os problemas da biblioteca fossem ser resolvidos naquele novo espaço. Eles expressavam um sentimento de ruptura com as condições atuais da biblioteca.

Já a professora Lidia chamou a atenção para outro aspecto, ressaltando que “com aquele prédio enorme vai precisar de muita gente pra trabalhar, de uma informatização muito grande, de arrumar todos aqueles livros, colocar, material de segurança, de entrada e de saída.” (Lidia, professora da área de Ciências Humanas). A professora se refere ao fato de que esse investimento em infra-estrutura deve ser acompanhado de outros investimentos, como pessoal, segurança e maquinário, caso contrário alguns dos problemas atuais podem ser agravados.

3) A terceira característica da biblioteca da UFT do Campus de Palmas que influencia os membros da comunidade a procurar outra biblioteca é a formação e a quantidade de exemplares do acervo dessa biblioteca. Sobre esse aspecto, verifica-se que existe uma forte reclamação desses usuários com relação ao acervo, ainda que essa biblioteca receba investimentos constantes desde o ano de 2006. Desse modo, pode-se entender que os investimentos na aquisição de livros das bibliografias básicas dos Cursos de Graduação não suprem as necessidades de informação dos usuários dessa biblioteca. Isto pode ser confirmado pelas entrevistas e pela porcentagem (57%) de alunos que informaram fazer uso de outra biblioteca.

A seguir serão analisadas as considerações dos envolvidos nesta pesquisa sobre o acervo da referida biblioteca.

Tabela 4 – Distribuição dos usuários referente à avaliação do acervo da biblioteca do Campus Universitário da UFT de Palmas

Categorias	Disponibilidade de títulos frente às necessidades dos usuários								Disponibilidade de livros constantes do acervo							
	Sim	%	Às vezes	%	Não	%	Respondentes	%	Sempre	%	Às vezes	%	Nunca	%	Respondentes	%
Discentes	40	40%	54	55%	05	05%	99	100%	12	12%	84	85%	03	03%	99	100%
Docentes	06	43%	07	50%	01	07%	14	100%	04	27%	11	73%	00	00%	15	100%
Técnicos Administrativos	02	50%	02	50%	00	00%	04	100%	00	00%	03	100%	00	00%	03	100%
Comunidade Externa	02	50%	02	50%	00	00%	04	100%	01	25%	03	75%	00	00%	04	100%
Total	50	41%	65	54%	06	05%	121	100%	17	14%	10	83%	03	03%	121	100%

A análise da primeira questão da tabela acima permite a identificação de que a maioria (54%) dos usuários consultados considera que a biblioteca nem sempre possui os títulos de livros de que precisam, enquanto 41% afirmam que a biblioteca possui os títulos precisados, e uma minoria (05%) considerou que a biblioteca não tem esses títulos.

Uma vez que a bibliografia básica dos Cursos de Graduação é o único critério para a aquisição de acervo na UFT, pode-se entender que as expectativas dos membros das categorias de técnicos administrativos e da comunidade externa não estão incluídas ou previstas na formação desse acervo, mas apesar disso os membros dessas duas categorias não mostraram muita insatisfação com relação aos títulos de livros do acervo da biblioteca, haja vista que, em ambos os casos, os representantes se dividiram, mas nenhum técnico nem tampouco usuário externo considerou que a biblioteca não possui os títulos de livros que lhes interessam. Porém, na entrevista o membro da categoria da comunidade externa afirmou que não utiliza o acervo da biblioteca, mas apenas o seus espaços (sala de estudo) e o técnico administrativo entrevistado afirmou que raramente utiliza o acervo da biblioteca do Campus de Palmas.

É importante observar que apesar da aquisição de acervo priorizar apenas bibliografias básicas dos Cursos de Graduação desse Campus, paradoxalmente os alunos e professores mostram que na maioria das vezes não tem suas necessidades atendidas por esse acervo, pois em ambos os casos a maioria, 55% e 50%, respectivamente, afirma que a biblioteca nem sempre tem os títulos de que eles precisam.

Contudo, é possível perceber, por meio das observações e da interpretação das entrevistas, alguns usuários consideram que a aquisição de livros provocou melhorias significativas neste acervo. Eles informam que o acervo foi expandido, fazem comparações com o acervo que foi herdado da Unitins, porém ressaltam que este acervo de livros ainda precisa melhorar, sobretudo, em dois aspectos: aumento na variedade de títulos de livros e na quantidade de exemplares dos livros do acervo da biblioteca.

Talvez por isso, a maioria tenha optado por declarar que nem sempre encontra os títulos de livros de que precisa, apesar de, na maioria das vezes, justificarem que essa é uma universidade nova, com cursos novos e, de certa forma, parecem compreender essa situação, vendo esse momento como parte de um processo de mudanças. Essa compreensão é mais perceptível entre aqueles que estavam presentes no processo de implantação da UFT, isto é, os que conheceram as condições iniciais da biblioteca. Contudo, também se percebe que alguns membros da comunidade acadêmica reprovam as condições atuais do acervo, principalmente professores que ingressaram recentemente na instituição e são provenientes de outros estados do país. Eles explicam que estranharam a biblioteca, pois estavam habituados a frequentar bibliotecas de universidades mais antigas e mais estruturadas, enquanto esta se encontra em processo de formação, assim como os demais setores da UFT.

Com relação à disponibilidade dos livros que pertencem ao acervo da biblioteca da UFT, Campus de Palmas, a grande maioria (83%) dos usuários indicou que quando a biblioteca possui os livros que eles precisam nem sempre eles estão disponíveis. É possível notar na maioria das respostas, há indicações de que a quantidade de exemplares dos livros, principalmente os das bibliografias básicas (ver tabela 5) não é suficiente para a demanda de usuários. Também houve os que consideraram como demorado o tempo em que os servidores da biblioteca levam para preparar os livros novos e disponibilizá-los no acervo. Sobre esta questão, notou-se que a equipe de servidores que trabalha no processamento desse material é pequena e por algumas vezes não conseguia acompanhar a quantidade de caixas de novos livros que eram recebidos pela biblioteca. Além disso, algumas vezes os livros eram preparados e não eram levados de imediato para o acervo. Isso ocorria quando não havia mais espaço para eles nas estantes. Observou-se que os servidores fizeram, por várias vezes, a inclusão de estantes novas e reorganizaram partes do acervo para posteriormente incluir esses livros.

A seguir serão analisadas as opiniões dos usuários das categorias docentes e discentes sobre a relação entre os itens da bibliografia básica dos seus Cursos e o acervo da biblioteca.

Tabela 5 – Distribuição dos usuários segundo a avaliação sobre o acervo da biblioteca do Campus Universitário de Palmas da UFT em relação à bibliografia básica dos cursos de graduação.

Categorias	Adequação do acervo ao conteúdo curricular						Quantidade de exemplares dos livros da bibliografia básica							
	Sim	%	Não	%	Respon dentes	%	Suficiente	%	Pouco suficiente	%	Insuficiente	%	Respondentes	%
Discentes	62	64%	35	36%	97	100%	14	14%	59	60%	25	26%	98	100%
Docentes	09	60%	06	40%	15	100%	02	15%	09	70%	02	15%	13	100%
Total	71	63%	41	37%	112	100%	16	14%	68	61%	27	25%	111	100%

Para a análise dos dados da tabela acima foram consideradas as repostas dos discentes e docentes, porque eles são os usuários potenciais desta bibliografia básica. De modo geral, em ambas as categorias a maioria (63%) dos usuários indicou que considera o acervo da biblioteca adequado ao currículo do seu Curso, no entanto, a parcela (37%) dos que consideram o contrario é expressiva, o que indica que apesar das aquisições serem exclusivamente voltada ao atendimento das bibliografias básicas dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, elas ainda não estão atendendo de forma adequada as necessidades desses usuários.

Solicitou-se aos usuários que afirmaram que o acervo não é adequado ao currículo do seu curso que comentassem a sua opção, sendo que 38 pessoas responderam a essa solicitação e indicaram que faltam títulos de livros no acervo (15), que é necessário aumentar a quantidade de exemplares dos títulos de livros (14) e alguns consideraram que o acervo é desatualizado (11).

Sobre a quantidade de exemplares dos livros da bibliografia básica, nota-se que, nas duas categorias, apenas 14% dos entrevistados considerou a quantidade de exemplares suficiente, enquanto 86% a consideraram como insuficiente ou pouco suficiente. O diálogo com alguns dos membros dessas categorias permitiu perceber que essa questão é bastante relevante para eles. A quantidade de exemplares de livros parece ser o fator que mais incomoda esses usuários, ainda que alguns professores tenham evidenciado que as reclamações dos alunos sobre essa questão diminuíram após o início dos investimentos em acervo.

Os alunos informam que o período mais difícil é o de provas, uma vez que se esgotam os exemplares, já que alguns títulos de livros são utilizados por vários cursos. Observa-se também que os professores percebem a pouca a quantidade de exemplares pelas reclamações dos seus alunos e parecem entender as suas exigências sobre essa questão, mas mostram-se conformados com a situação, pois por vezes justificam que a biblioteca nunca terá um livro por aluno. Já os discentes não parecem compreender dessa forma, para eles a quantidade de exemplares não é suficiente e por isso os livros estão sendo disputados entre os Cursos.

Tabela 6 – Distribuição dos usuários segundo avaliação sobre a atualização e variedade dos tipos de fontes de informação do acervo da biblioteca

Categorias	Atualização do Acervo						Disponibilidade de CDS, periódicos e outras fontes desejadas							
	Sim	%	Não	%	Respondentes	%	Sim	%	Às vezes	%	Não	%	Respondentes	%
Discentes	51	52%	47	48%	98	100%	29	31%	28	30%	36	39%	93	100%
Docentes	10	67%	05	33%	15	100%	04	27%	05	33%	06	40%	15	100%
Técnicos Administrativos	02	50%	02	50%	04	100%	01	33%	01	33%	01	33%	03	100%
Comunidade Externa	01	25%	03	75%	04	100%	01	25%	01	25%	02	50%	04	100%
Total	64	53%	57	47%	121	100%	35	30%	35	30%	45	40%	115	100%

Apesar de o processo de aquisição de livros ter se iniciado, em 2004, pela Comissão de Vitalização das Bibliotecas, e a partir de 2006 foi continuado pelo processo de modernização das bibliotecas, se observa que atualmente essas compras de acervo de livros são constantes, os usuários que participaram desta pesquisa estão bastante divididos, haja vista que a maioria (53%) considera que o acervo é atualizado, mas a quantidade daqueles (47%) que consideram o contrário também é bastante grande. Daí pode-se inferir a expressiva precariedade do acervo da biblioteca do Campus de Palmas da UFT. Além disso, 75% dos membros da comunidade externa classificam o acervo da biblioteca como desatualizado, fato compreensível tendo em vista que a aquisição de livros é exclusiva para atender as bibliografias dos Cursos de Graduação da UFT.

Por meio das entrevistas é possível identificar que existem usuários que sentem falta de outros tipos de investimentos para o acervo. Segundo Patrícia:

Outra coisa que sinto também é..., livros para ler mesmo de leitura, clássicos brasileiros, romantismo, simbolismo, mais visível assim pra gente ter uma leitura assim..., inclusive livros contemporâneos. Tem uma biblioteca de uma universidade lá em Goiânia que eles oferecem os livros assim estão sempre assim saindo na mídia, os livros atuais de leitura, ficção científica, auto-ajuda, não só livros didáticos sabe, mas para, para uma leitura cotidiana mesmo, sinto falta disso. (Patrícia, aluna de um Curso da Área de Saúde).

Por isso, há também outros usuários que concordam com Patrícia. Téo, acredita que “para modernizar a biblioteca tem que ter títulos, tem que ter literatura, biblioteca não é feita de bibliografia básica para cursos, biblioteca é feita de literatura. Você vai à biblioteca do campus de Palmas não tem literatura..., há meia dúzia de livros e olhe lá. (Téo, técnico administrativo).

Alguns professores também expressaram anseio por encontrar na biblioteca coleções específicas, por exemplo sobre o “Tocantins, tem que ter uma área específica com as obras do Tocantins, com as obras raras, nós já tivemos aí mapas de Portugal, quadros”. (Lidia, professora da Área de Humanas). “Se a gente pudesse ter jornais micro filmados..., todos micro filmados, se tivéssemos uma máquina leitora, um setor de obras raras, pra gente fazer pesquisa seria muito bom”. (Julia, professora da Área de Ciências Sociais Aplicadas).

A partir das afirmações acima, se pode entender que para esses usuários acervo atualizado significa mais que aquisição constante de bibliografia básica. A opinião dos usuários sobre a variedade de fontes de informação no acervo da biblioteca do Campus de Palmas mostra que todas as categorias dos usuários questionados, todos indicaram que a biblioteca não tem o que eles precisam nos seus acervos de periódicos e de multimeios. Apenas 30% sentem-se atendido quanto a este item, contra 70% que declara não haver disponibilidade ou haver disponibilidade parcial de material.

Solicitou-se que os respondentes indicassem no questionário, de forma aberta, quais os tipos de fontes de informação que eles precisam e não encontram na biblioteca, sendo que 42 participantes responderam essa solicitação e alguns indicaram mais de uma fonte. De modo que os suportes menos encontrados foram: periódicos científicos (28), CDs (22), DVDs (18), Internet (03) e jornais (02). Quanto a este aspecto, no Relatório de Avaliação Institucional Interna de 2007 – 2008 da UFT há uma justificativa de que a falta de assinatura de periódicos é suprida pela disponibilidade dos usuários acessarem o Portal de Periódicos da CAPES. (UFT, 2009c).

A partir dos dados da tabela 7 (abaixo) é possível entender a reclamação dos usuários quanto à assinatura de periódicos impressos, apesar de terem a possibilidade de acessar gratuitamente os periódicos disponíveis no Portal da Capes.

Tabela 7 – Distribuição de usuários quanto à existência de orientação para a utilização do Portal de Periódicos da Capes

Categorias	Orientação sobre a utilização do Portal de Periódicos da Capes							
	Sim	%	Algumas vezes	%	Não	%	Respondentes	%
Discentes	04	05%	23	26%	60	69%	87	100%
Docentes	03	21%	05	36%	06	43%	14	100%
Técnicos Administrativos	02	67%	01	33%	00	00%	03	100%
Comunidade Externa	00	00%	01	33%	02	67%	03	100%
Total	09	08%	30	28%	68	64%	107	100%

Os dados indicam a falta orientação adequada aos usuários para a utilização do Portal de Periódicos da Capes, o que leva ao desconhecimento dessa ferramenta de pesquisa por parte dos alunos (note na tabela acima que 69% dos discentes declarou não ter orientação quanto ao uso desta ferramenta) e assim sentem a necessidade da assinatura de periódicos impressos. Por meio das entrevistas e da observação participante verifica-se que aqueles professores que reivindicam essa assinatura, tanto conhecem e quanto utilizam esse Portal, porém tomam essa atitude baseados nas condições dos seus alunos da graduação, uma vez que esse público tem menos experiência com esse recurso, situação que é agravada pela falta de orientação.

Também é possível observar que o acesso a esse Portal só pode ser realizado nos laboratórios de informática da UFT, já que na biblioteca não há espaço, máquinas com *wireless*, tão pouco estrutura com o cabeamento para o acesso à internet, recursos necessários para a realização desse serviço. Este fato pode ser uma das explicações para esse raro acompanhamento/atendimento dos usuários da biblioteca quando utilizam o Portal de Periódicos da CAPES.

Também é evidente nos depoimentos dos professores que eles têm conhecimento de que o Governo Federal não disponibiliza recursos específicos para a aquisição de periódicos científicos na versão impressa, uma vez que ele disponibiliza o acesso gratuito ao Portal de Periódicos da CAPES, entretanto alguns reivindicam que o Campus adquira esse tipo de assinatura com os seus recursos próprios (sem rubrica).

Também ocorreram menções quanto à necessidade de melhoria do acesso às mídias digitais que a biblioteca possui atualmente. Patrícia, aluna de um dos Cursos da Área da Saúde, diz: “sei que tem CDs, mas não os vejo, é difícil encontrar e bagunçado, nunca consegui ter acesso”. A UFT também não adquire por meio de compra suportes de informação digitais, mas ela tem um pequeno acervo que é formado por doações ou por CDs que acompanham livros (suplementos). Esse acervo de multimeios fica acondicionado na sala de Processamento técnico da biblioteca. Percebeu-se que parte dos usuários, ao identificar no livro que ele tem esse tipo de suplemento, procura os servidores da biblioteca e solicita esse material. Esse acesso depende da autorização do bibliotecário, o que o torna um serviço restrito e sem garantias de ser realizado para o usuário.

Nas declarações de alguns entrevistados, docentes e discentes, é possível perceber certo descontentamento quanto ao acervo de monografias. De acordo com a professora Julia:

Uma coisa que tá desestimulando muito os meus alunos..., eu tanto dou aula nas monografias como eu também oriento muito as monografias, então o quê que eu fazia? Eu sempre estimulava pros meus alunos pesquisarem as monografias dos colegas que já defenderam, mas isso é impossível porque eles não têm acesso às monografias na biblioteca, eu já fui lá conversar com o pessoal, qual é o problema? Eles estão abarrotados, eles não têm funcionários, esse negócio desses bolsistas é um problema sério porque uma hora eles têm gente pra fazer, outra hora não tem, e aí fica aquela bagunça, aquela desorganização, então os meus alunos..., eu deixei de mandar..., eu to aguardando, porque a gente faz assim, a gente manda um CD-ROM pra biblioteca de todas as monografias...; a gente deixou de mandar as impressas porque a gente tava mandando caixas e caixas e as pessoas não tem acesso. Então vai fazer o quê? Vai mandar caixa pra ficar lá acumulada? Então deixa aqui mesmo na Coordenação e vamos aguardar. (Julia, professora da Área de Ciências Sociais Aplicadas).

A professora Julia se refere às condições do acervo de monografias que foram elaboradas pelos alunos do Campus de Palmas e depositadas na biblioteca até o ano de 2005, as quais estão organizadas por curso e localizadas em uma sala no segundo piso da biblioteca. Este acervo está disponível para os usuários da biblioteca, contudo, as monografias que foram elaboradas nos anos de 2006 e 2007 estão encaixotadas e guardadas em um depósito na biblioteca. A partir de 2008 as monografias são recebidas pela biblioteca somente em formato digital, em CD, as suas versões impressas ficam sob a responsabilidade das Coordenações dos Cursos de Graduação.

Isto leva à conclusão de que o acesso às monografias que estão disponíveis no acervo da biblioteca é inadequado, já que não existe instrumento para localizá-las com precisão, pois esses suportes de informação ainda não foram catalogados no SIE e nem em fichários manuais. Essas monografias em CD também não são catalogadas e estão acondicionadas em uma estante apropriada na sala da Coordenação da Biblioteca e só são liberadas para a consulta dos usuários que possuem computadores portáteis e particulares e mediante autorização do bibliotecário. Dessa forma, em relação a esse serviço o usuário não tem garantia de ser atendido, pois é um processo baseado na informalidade e necessidade da presença de uma pessoa específica, a qual não pode estar presente na biblioteca durante todo o seu período de funcionamento.

Tabela 8 – Distribuição dos usuários quanto à localização dos livros do acervo da biblioteca do Campus Universitário da UFT de Palmas.

Categorias	Avaliação sobre a localização dos livros nas estantes						Disponibilidade de pessoas para auxiliar na localização dos livros e das demais fontes de informação.							
	De fácil localização	%	de difícil localização	%	Respondentes	%	Sempre	%	Às vezes	%	Nunca	%	Respondentes	%
Discentes	45	45%	54	55%	99	100%	12	12%	59	60%	27	28%	98	100%
Docentes	09	60%	06	40%	15	100%	03	19%	08	55%	03	26%	14	100%
Técnicos Administrativos	04	100%	00	00%	04	100%	01	25%	03	75%	00	00%	04	100%
Comunidade Externa	01	25%	03	75%	04	100%	00	00%	04	100%	00	00%	04	100%
Total	59	48%	63	52%	122	100%	16	13%	74	62%	30	25%	120	100%

A localização dos livros nas estantes é uma tarefa difícil para a maioria (55%) dos discentes e usuários provenientes da comunidade externa à UFT. Solicitou-se aos usuários que informaram da dificuldade em localizar os livros nas estantes que comentassem a sua resposta. De modo que 54 deles comentaram essa questão, entre eles 42 alunos, seis professores e três usuários externos, sendo que alguns indicaram mais de um comentário. Para esses usuários, as dificuldades ocorrem: devido ao acervo de livros estar constantemente desorganizado (36); porque não entendem o sistema de classificação desse acervo (12); por falta de banco de dados para pesquisar os títulos (15); porque é necessário melhorar a sinalização das estantes (08) e pela falta de orientação por parte dos atendentes da biblioteca (07).

A referência à necessidade de um banco de dados que indique a localização dos livros no acervo da biblioteca requer atenção, uma vez que esse banco de dados existe e está disponível de forma *on-line* na página da biblioteca, mas os dados das tabelas 11 e 12 (abaixo) mostram que a maioria (58%) dos usuários consultados nesta pesquisa desconhece essa ferramenta de pesquisa.

Quanto à desorganização do acervo, observou-se que esta é uma questão bastante mencionada nas entrevistas, principalmente pelos alunos. De acordo com esses usuários, as estantes estavam desorganizadas, os livros misturados, outros deixados sobre as mesas de estudo ou no chão, o que, segundo eles, dificulta o acesso aos livros.

Durante o primeiro semestre do ano de 2010, momento da aplicação dos questionários, foi possível notar, por meio da observação participante, que os livros não estavam sendo repostos ou organizados nas estantes da biblioteca com a frequência necessária, como mostram as fotografias abaixo, extraídas do documento elaborado pelas bibliotecárias do setor de processamento técnico da biblioteca do Campus de Palmas da UFT.



Fotografia 2 – Acervo de livros da Biblioteca do Campus de Palmas. Fonte: UFT, 2010b.



Fotografia 3 – Sala de Estudo Individual no segundo piso da Biblioteca. Fonte: UFT, 2010b.

Alguns usuários dizem ter dúvidas sobre a responsabilidade dessa situação: “a única coisa que tenho a reclamar é realmente o acervo que tá bagunçado, assim..., às vezes os próprios alunos pegam livros e não devolvem na prateleira, e o acervo fica meio bagunçado devido a isso, não sei também se por questão dos que trabalham aqui, né?!” (Ana, aluna da Área de Engenharia). Outros relacionavam tal situação ao fato do quadro de servidores da biblioteca ser reduzido.

Segundo o bibliotecário Silas, a atribuição da organização do acervo naquele período era dos bolsistas da biblioteca. Consta no relatório do setor de referência que “a biblioteca conta formalmente com cinco pessoas para a organização do acervo, haja vista que efetivamente não é possível contar com os bolsistas porque a maioria deles estuda em cursos integrais e por isso constantemente faltam, chegam atrasados ou saem mais cedo, além de não cumprirem um horário fixo, fator muito importante num setor de atendimento direto ao público”. (UFT, 2010c, p. 4).

Devido à gravidade da situação, a partir do mês de julho do ano de 2010 três funcionários da Empresa Fênix⁵³ e uma servidora da biblioteca da UFT passaram a contribuir com a organização do acervo de livros, de modo que após o início do trabalho dessa equipe percebe-se que o acervo permanece organizado.

A dificuldade para localizar os livros foi um quesito também evidenciado nas entrevistas, como no depoimento da professora Julia:

Outra questão que eu acho muito difícil é encontrar um livro pela identificação, é uma loucura. Porque assim, toda biblioteca tem uma lógica numérica, né?, pelo menos, pelo o que eu sei, aqui não tem lógica, você tá num número, de repente, pá, interrompe, é do outro lado, eu já encontrei livros, o mesmo livro com identificações diferentes e assim no início eu achava que era problema do bibliotecário, mas hoje eu acho que..., hoje eu tenho certeza que não é... é um problema que..., não tem pessoal, o bolsista não funciona, tem que ter funcionários na biblioteca. (Julia, professora da Área de Ciências Sociais Aplicadas).

A professora se refere ao fato de que o acervo primeiramente, quando pertencia a Unitins, era classificado em CDU (Classificação Decimal Universal), mas após o início do processo de modernização das bibliotecas a UFT decidiu mudar o sistema de organização dos acervos de livros para CDD (Classificação Decimal de Dewey). Contudo, na biblioteca de Palmas ainda há uma quantidade expressiva de livros antigos que ainda não foram indexados no SIE e por isso as suas classificações ainda não foram alteradas. Sendo assim, no acervo coexistem as duas formas de identificação dos livros.

⁵³⁵³ Esta empresa presta serviços de forma terceirizada para a UFT nos serviços de limpeza e manutenção.

Segundo alguns membros da equipe de servidores da biblioteca, até o momento não foi possível terminar a indexação desses livros antigos no SIE porque a equipe de servidores é reduzida, o recebimento de livros novos é constante e o seu tratamento técnico é prioritário, já que esses livros são mais atualizados e muitas vezes inéditos no acervo da biblioteca. Além disso, segundo os servidores, esses livros recém adquiridos pertencem à bibliografia básica dos Cursos de Graduação e por isso é necessário que sejam logo disponibilizados para os usuários.

Outro usuário, Téo, questiona a forma de organização do acervo adotada pela UFT:

Então você vai ver lá, por exemplo, na biblioteca o tipo, inclusive o sistema de, de, de organização da biblioteca, o CDU né? E CDD. Ele organiza o conhecimento em..., extratos, então você pega lá, por exemplo, de, é..., história é oito quatro alguma coisa, literatura é oito, ou seja, o cara que criou esse sistema ele..., é a, a, não é culpa dele, das pessoas que desenvolveram, mas é um sistema desenvolvido apenas pra estratificar coisa como se elas fossem possíveis de serem organizadas, mas eu posso muito bem ter um livro de história falando sobre prostituição, ou então ter um livro de filosofia falando sobre filosofia Indígena, vou cadastrar isso como? (Téo, técnico administrativo da UFT).

É comum encontrar usuários que questionem ou mesmo não entendem a metodologia de organização do seu acervo. Essa questão foi evidenciada na avaliação qualitativa de Leitão (2005), na qual os usuários apontaram dificuldades para entender o sistema de classificação dos livros e para localizá-los nas estantes. Contudo, nesse caso os usuários exigiram um maior contato da biblioteca com a comunidade acadêmica.

Essa pode ser uma solução para esta questão, uma vez que é função do bibliotecário ser um mediador entre a linguagem documentária (a classificação) e os usuários da biblioteca, devendo esse profissional explicar aos usuários o significado e a lógica desses códigos. É ainda importante o treinamento de usuários, no caso de uma biblioteca universitária, principalmente para os alunos calouros, assim como manter pessoas disponíveis para auxiliar os usuários a localizar os livros e demais fontes de informação do acervo da biblioteca.

Alguns usuários (07) que consideraram difícil a localização dos livros nas estantes, também fizeram referências a essa necessidade de orientação, quando avaliaram que a falta de orientação por parte dos atendentes dessa biblioteca contribui com a sua dificuldade de localizar os livros do acervo da biblioteca do Campus da UFT de Palmas. Fato que também foi notado na pesquisa de Leitão (2005). Os usuários consultados na sua pesquisa afirmaram que a equipe da biblioteca julga que eles sabem pesquisar, mas os entrevistados afirmaram que não possuem toda essa habilidade, e por isso, segundo a autora, muitos ficam desorientados.

Essa necessidade de orientação dos usuários da biblioteca da UFT/Campus de Palmas fica mais evidente quando se analisa a segunda questão, presente na tabela 8, referente à disponibilidade de atendentes para auxiliar os usuários a localizar as fontes de informação do acervo da biblioteca. Verifica-se que 62% dos usuários questionados informaram que nem sempre encontram pessoas disponíveis para ajudar na localização das fontes de informação na biblioteca, enquanto 25% declararam que nunca encontram pessoas disponíveis para ajudá-los a localizar essas fontes de informação do acervo e apenas 13% dos usuários consultados afirmam que sempre encontram pessoas disponíveis para esse tipo de auxílio.

Por meio da observação participante e da análise das entrevistas, constata-se que na maioria das vezes o contato dos usuários com aqueles que trabalham na biblioteca ocorre no balcão de atendimento, isto é, no momento do empréstimo ou devolução de livros; a consulta ao acervo geralmente é realizada sem a mediação ou orientação dos servidores e bolsistas desse setor.

A consulta direta e individual dos usuários dessa biblioteca às estantes parece ser comum, tanto para usuários como para os servidores desse setor, uma vez que nas entrevistas poucos fizeram críticas a pouca disponibilidade de pessoas para informar a localização das fontes de informação no acervo. No geral as críticas à quantidade de pessoal da biblioteca foram mais direcionadas à necessidade de reposição dos livros nas estantes e ao atendimento do balcão de empréstimos e devolução de livros, dados que serão discutidos a seguir.

Tabela 9 – Distribuição dos usuários quanto ao atendimento e a quantidade de pessoas envolvidas no serviço de referência da biblioteca do Campus Universitário da UFT de Palmas

Categorias	Atendimento dos servidores da biblioteca										Suficiência do número de servidores da biblioteca					
	Ótimo	%	Bom	%	Regular	%	Ruim	%	Respondentes	%	Sim	%	Não	%	Respondentes	%
Discentes	16	16%	45	46%	32	33%	04	05%	97	100%	25	26%	73	74%	98	100%
Docentes	03	20%	06	40%	06	40%	00	00%	15	100%	03	21%	11	79%	14	100%
Técnicos Administrativos	03	75%	00	00%	01	25%	00	00%	04	100%	01	25%	03	75%	04	100%
Comunidade Externa	00	00%	03	100%	00	00%	00	00%	03	100%	00	00%	04	100%	04	100%
Total	22	18%	54	45%	39	33%	04	04%	119	100%	29	24%	91	76%	120	100%

Como evidencia o quadro acima, 63% dos envolvidos nesta pesquisa informa que o atendimento prestado pelos servidores da biblioteca é bom ou ótimo, esses dados podem significar que essa maioria se sente bem atendida por esses profissionais da biblioteca da UFT/Campus de Palmas, porém uma parcela considerável (33%) dos questionados indicou que esse atendimento é regular, sendo que afirmação foi mais presente entre os membros das categorias de discentes e docentes. Dessa forma, verifica-se uma proximidade entre as classificações bom e regular nas respostas dos membros dessas duas categorias. Esta proximidade pode ser entendida quando se analisa as entrevistas e pode-se entender que o atendimento desenvolvido por esses profissionais da biblioteca não significa um problema para os usuários desse setor, porém nota-se que esses usuários não deixam de fazer algumas observações críticas sobre esse atendimento. As críticas, coletadas por meio das entrevistas, mais recorrentes sobre esse aspecto estão relacionadas à quantidade e à capacitação dos servidores desse setor.

Os usuários que indicaram o atendimento regular ou ruim foram convidados a comentar, de forma aberta, as suas repostas, sendo que 46 deles atenderam a essa solicitação. Eles elencaram os seguintes fatores como condicionantes das suas respostas: a quantidade de servidores é insuficiente (22); que é necessário melhorar a qualidade do atendimento (16); que os atendentes não são capacitados (07) e alguns consideram que o atendimento é demorado (05).

As observações dos usuários têm fundamento, uma vez que a quantidade de servidores tem relação com a demora no atendimento e a necessidade de melhorar a qualidade do atendimento pode ser resolvida com a capacitação dos servidores da biblioteca. A opinião de um dos entrevistados sobre a capacitação dos servidores da biblioteca é singular, Téo acredita que no geral o servidor dessa biblioteca,

Não é um leitor, não é um ativista cultural, ele é no máximo é um burocrata do livro. Se você vai à biblioteca de Palmas o atendimento é péssimo, não to dizendo que as pessoas gritam com você, que tratam mal, mas são pessoas que não tem..., que não tem a menor intimidade com a vida cultural, com o livro, com a literatura, com a poesia, com a ciência que tá lá colocada, não tem nenhuma relação, entra e sai e aquilo lá é um castigo. (Téo, servidor técnico administrativo da UFT).

A observação sobre capacitação feita pela quase totalidade dos usuários entrevistados está relacionada a questões de técnicas de atendimento ao público, já Téo se refere à necessidade de formação dos servidores da biblioteca, formação que os qualifique para a “ação cultural⁵⁴” e científica, de modo que bibliotecários e assistentes fariam mais do que a administração da informação e a localização de livros no acervo e atuariam como mediadores de informação. Seriam criativos para contribuírem tanto com a formação do acervo quanto com a formação dos usuários da biblioteca.

Nesta mesma linha de raciocínio é que Milanesi (2002, p. 98) afirma que os profissionais da informação devem ir além da “organização passiva de um acervo à espera de leitores, em contrapartida, é possível criar atividades e serviços que são, claramente, estímulos à ampliação do conhecimento pelos conflitos que suscitam, pelo prazer que oferecem – ou pelos dois”.

As considerações dos usuários sobre a quantidade de servidores da biblioteca ficam mais evidentes depois da análise da segunda questão da tabela 9 (acima), pois se verifica que todas as categorias, 76% dos seus membros entende que a quantidade de servidores da biblioteca não é suficiente.

⁵⁴ Luís Milanesi (2002) entende esse termo como “uma série de ações centradas em temas significativos para o grupo aos qual ela se destina”.

Os entrevistados fazem mais referência a pouca quantidade de pessoas para o atendimento informatizado (empréstimo, devolução, renovação de empréstimo e reserva de livros) do que ao auxílio na consulta do acervo. Segundo eles, há horários em que são formadas grandes filas de usuários no balcão de atendimento. Conforme o professor Claudio:

Pra mim o atendimento é bom, a única... outra crítica que eu teria à biblioteca é a falta de funcionários, porque muitas vezes você chega lá e os livros não estão colocados na estante ainda, mas isso aí é obvio que é falta de funcionários. Pra atender também às vezes faz uma fila bem grande, então é falta de funcionários, tem que ter mais funcionários. Então as únicas críticas que eu teria seriam a falta de funcionários, porque o acervo tá crescendo cada vez mais, mas não se contrata mais funcionários, então vai ficar cada vez pior na minha visão esse atendimento, mas não é culpa da biblioteca, é porque não tem funcionário. (Cláudio, professor da Área da Saúde).

A relação construída pelo professor Cláudio entre a quantidade de servidores da biblioteca e o crescimento do acervo pode ser mais bem compreendida com os seguintes dados: no ano de 2004, a biblioteca possuía 40.812 exemplares de livros e 22 funcionários (UFT, 2004), enquanto no ano de 2010, o seu acervo era composto por 79.264 exemplares de livros e o seu quadro de pessoal era formado por 21 pessoas, entre eles servidores e bolsistas. (UFT, 2010d, 2010h). A partir dessa relação é possível inferir que o acervo foi praticamente duplicado, enquanto os recursos humanos foram reduzidos.

Nota-se que a UFT tenta resolver os problemas da quantidade insuficiente de pessoal com a participação de bolsistas na equipe da biblioteca. Alguns dos entrevistados criticaram essa atitude da Instituição. Para a aluna Graça,

Na verdade eu sempre sou atendida por estagiários, eu creio que o aluno ele não tem conhecimento de tudo, do funcionamento da biblioteca..., é como o..., o próprio aluno ele tem período muito pequeno é, de seis meses, um ano de biblioteca, quando o aluno já começa ter o conhecimento se muda de estagiário, né? O que faz com que haja a maior necessidade de você tem sempre tá treinando novas pessoas, então faz com que dificulte o trabalho no sentido.... (Graça, aluna da área de Ciências Sociais Aplicadas).

A partir da observação participante, se notou uma intensa rotatividade de sujeitos na composição desse quadro de pessoal da biblioteca, principalmente entre os bolsistas, cuja maioria estuda em cursos integrais e por isto encontra dificuldades em cumprir um horário fixo nas atividades administrativas da biblioteca. Na avaliação da aluna citada acima, essa rotatividade não contribui com a qualidade do atendimento dos usuários da biblioteca.

Quanto aos servidores assistentes em administração, a rotatividade ocorre, no geral, por pedidos de transferência dos servidores para outro setor do Campus. Isto ocorreu, por exemplo, com servidores que cursavam o direito e pediram para atuar no Escritório Modelo

desse Curso. Há também servidores que passam em outro concurso público e solicitam exoneração dos quadros da UFT. Entre os servidores bibliotecários, não se percebeu nenhum caso de rotatividade. A forma como os recursos humanos da biblioteca do Campus de Palmas estavam organizados será exposta no quadro a seguir.

Setores		Categorias		Bibliotecários	Assistentes em Administração	Bolsistas	Total geral
Coordenação da Biblioteca				01	-	-	01
Serviço de Referência	Atendimento no Balcão	Manhã	-	01	01	07	
		Tarde	01	02	-		
		Noite	-	01	01		
	Auxílio à pesquisa e organização do acervo	Manhã	-	01 ⁵⁵	01	05	
		Tarde	-	01	01		
		Noite	-	-	02		
Processamento Técnico da Informação				04	02	01	07
Repositório Institucional				01	-	-	01
Total por categorias				07	07	07	21

Quadro 2 - Distribuição da quantidade de servidores e bolsistas por atividade na Biblioteca do Campus de Palmas no ano de 2010.

Os dados do quadro acima mostram que a quantidade de servidores da biblioteca é reduzida, tendo em vista o universo de usuários que é de 4.839 membros da comunidade acadêmica, bem como a quantidade de livros que foram adquiridos para suprir os 17 Cursos de Graduação do Campus da UFT de Palmas, principalmente os adquiridos com os recursos do Reuni.

No balcão de atendimentos são executados os serviços de empréstimo, devolução, reserva e pesquisa ao catálogo da Biblioteca. Observa-se, no quadro, que para esse atendimento são lotadas duas pessoas por turno, fato que foi comentado no Relatório do primeiro semestre de 2010 do Setor de Referência da Biblioteca do Campus de Palmas, como abaixo:

Quanto à falta de pessoal para trabalhar nos serviços de empréstimos e devolução foi evidenciado pelos presentes que são escaladas duas pessoas por turno para esses atendimentos o que compromete a atenção dispensada aos usuários, pois existem outras atividades originadas por esses serviços que devem ser executadas concomitantes com o atendimento dos usuários. Entre as atividades estão: a magnetização e desmagnetização dos livros, a organização do balcão de atendimento, a reposição das fichas de empréstimo dos livros que ainda não estão indexados no SIE e por isso são cedidos para os usuários de forma manual em fichas impressas. (UFT, 2010c, p. 1).

⁵⁵ Esta servidora desenvolve suas atividades em uma jornada de trabalho de oito horas diárias, por isso aparece nos dois turnos e não será conferido duas vezes, sendo assim confirma-se que a Biblioteca possui 21 pessoas envolvidas em suas rotinas de trabalho.

Segundo Carvalho (2004), a escassez de recursos humanos nas bibliotecas universitárias, principalmente as federais, é um dos fatores que mais dificulta o processo de socialização do conhecimento. Principalmente quando se pensa que a interação humana é imprescindível para o atendimento ao público.

Contudo, a partir das entrevistas, pode-se perceber que a biblioteca do Campus de Palmas, que durante o primeiro ano de informatização, o de 2006, possuía apenas um bibliotecário, no segundo semestre do ano de 2007 recebeu o segundo profissional dessa área, no ano de 2009 ingressaram mais quatro bibliotecárias nesse setor e no ano de 2010 recebeu mais um bibliotecário, totalizando atualmente os sete profissionais especializados da sua equipe. Mas as nomeações de assistentes em administração, que atuam como auxiliares de biblioteca, não foram frequentes como as de bibliotecários. Sobre isto Silas argumenta que:

Eu acho que isso aí é um problema mesmo administrativo da UFT, é um problema mesmo de pensar no crescimento da universidade, da expansão da universidade sem pensar no fator RH, fator humano, no fator funcionário mesmo, sabe?! A UFT, só pra te dar um exemplo aqui de Palmas, por exemplo, nós tivemos a criação de sete cursos em menos de dois anos, no entanto você não viu chegar nenhum assistente administrativo novo aqui vindo auxiliar esse processo. (Silas, bibliotecário da biblioteca do Campus de Palmas).

Sendo assim, os investimentos referentes ao quadro de pessoal da biblioteca apresentaram melhoria significativa no que se refere à nomeação de profissionais especializados, com formação de nível superior, mas com relação às nomeações de assistentes em administração não se percebe avanços.

Tabela 10 – Distribuição dos usuários quanto aos serviços informatizados de empréstimo, devolução e reserva de livros da Biblioteca do Campus Universitário da UFT de Palmas

Categorias	Eficiência do serviço informatizado de empréstimo e devolução de livros								Eficiência do serviço informatizado de reserva de livros							
	Eficiente	%	Pouco Eficiente	%	Ineficiente	%	Respondentes	%	Eficiente	%	Pouco Eficiente	%	Ineficiente	%	Respondentes	%
Discentes	76	78%	19	19%	03	03%	98	100%	61	70%	20	23%	06	07%	87	100%
Docentes	11	73%	03	20%	01	07%	15	100%	07	59%	04	33%	01	08%	12	100%
Técnicos Administrativos	03	100%	00	00%	00	00%	03	100%	02	67%	01	33%	00	00%	03	100%
Total	90	78%	22	19%	04	03%	116	100%	70	69%	25	25%	07	06%	102	100%

Os membros da categoria de usuários externos não têm acesso aos serviços informatizados de empréstimo, devolução e reserva de livros da biblioteca, por isso na tabela acima serão analisadas apenas as respostas dos membros das categorias de discentes, docentes e técnicos administrativos.

Vê-se que 78% dos usuários consultados aprovam o serviço informatizado de empréstimo e devolução de livros. No entanto, 19% do total de usuários questionados consideraram o serviço como pouco eficiente e 3% do total de usuários considera o serviço informatizado de empréstimo e devolução como ineficiente. Os usuários que informaram considerar este serviço pouco eficiente ou ineficiente foram convidados a comentar a sua resposta, sendo que 21 pessoas responderam a essa solicitação. Esses usuários indicaram a ocorrência de algumas falhas no serviço (07), entre elas a de que algumas vezes o sistema fica inoperante; também citaram casos em que a devolução do livro não foi computada. Além disso, foram registradas reclamações quanto à formação de filas para o atendimento desse serviço (04); quanto à permanência de empréstimo manual para alguns livros (02); quanto ao prazo de empréstimo, pois esses usuários o consideram curto (02); quanto ao sistema não permitir a renovação do empréstimo de livros de modo *on-line* (02) e sobre o fato de acesso ao serviço ser limitado a determinados públicos (01). Algumas dessas questões foram evidenciadas nas entrevistas com os usuários, principalmente as reclamações quanto à formação de filas dos usuários para o atendimento dos serviços de empréstimo e devolução de livros. Alguns usuários que utilizavam a biblioteca antes do início do processo de informatização dizem que após a informatização desses serviços houve uma considerável diminuição no tempo de espera dos usuários, mas informam que apesar disso, ainda ocorrem filas e o atual tempo de espera para esse tipo de atendimento ainda provoca incômodo nos entrevistados. Outros, relacionam a formação das filas à quantidade de pessoal da biblioteca, à quantidade de terminais de atendimento, ao tempo de operacionalização do SIE e alguns à permanência do empréstimo manual para os livros que ainda não estão indexados no sistema. Como observa a aluna Ana: “esse atendimento tá bem lento, porque alguns livros que a gente pega... é, até antigos, e ainda é na fichinha. Então eles tem que procurar o meu cadastro, a minha ficha e escrever tudo a mão”. (Ana, aluna da área de Engenharia). Contudo, a professora Lidia diz: “eu achei simpático, achei agradável, é, com a fila passa até rápido, três, quatro, cinco pessoas, eu achei rápido, achei bom”. (Lidia, professora da área de Ciências Humanas). Entre os professores e os técnicos administrativos houve pouca referência a questão da formação de filas, mas eles não utilizam a biblioteca com a mesma frequência que alunos e talvez por isso suas impressões sejam diferentes.

Outro ponto presente nas entrevistas refere-se ao fato de que o acesso ao serviço de empréstimo de livros é limitado a determinados públicos. Essa questão foi evidenciada por alguns professores e por um técnico administrativo, sendo que ambos questionaram o fato de os alunos da especialização *lato sensu* não poderem realizar esse tipo de empréstimo. Cláudio,

professor da área de Saúde, diz que essa situação mostra “preconceito, quando um é colocado como curso acadêmico e o outro é como curso mercadológico ou um curso de menor valor”. Ele se refere ao fato de que os alunos do mestrado podem emprestar livros e os da especialização não podem.

Além disso, o técnico administrativo também questionou a restrição desse serviço aos demais profissionais que trabalham na UFT de forma terceirizada que são os motoristas, os vigilantes, os que trabalham na limpeza e manutenção, etc. De acordo com Téo:

Uma coisa que eu percebi aqui na UFT e muito em relação à sua pesquisa sobre o processo de modernização das bibliotecas, eu percebi o grau de invisibilidade das pessoas que trabalham na limpeza. E lá na biblioteca as pessoas entram, limpam os livros da biblioteca e elas não podem pegar emprestados os livros, elas não são pessoas para o sistema. Então o SIE que informatizou a biblioteca, ele não reconhece as pessoas que não são acadêmicas, olha que coisa curiosa né? (Téo, técnico administrativo da UFT).

Segundo Téo, o SIE reconhece como acadêmicos e conseqüentemente como “emprestantes de livros”, os servidores técnicos administrativos, os professores, os alunos da graduação e do mestrado. Mas, para esse usuário, as bibliotecas da UFT deveriam disponibilizar os seus serviços para todos os cidadãos tocantinenses sem restrições. Ele acredita que o fato de as bibliotecas serem mantidas com recursos públicos justifica a sua opinião.

Entretanto, se observa que quando a biblioteca não era informatizada os funcionários terceirizados e os alunos das especializações da UFT eram cadastrados como usuários e podiam utilizar o serviço de empréstimo de livros das bibliotecas como os demais servidores e alunos dessa IFES, situação que foi modificada após a informatização das bibliotecas. A esse respeito vale reter as observações de Biagin e Carcino (2009, p. 38) que “uma tecnologia nunca é neutra ela não depende dos usos que são feitos bons ou maus – os dois acabaram sempre por acontecer concomitantemente”.

De acordo com Biagin e Carcino (2009, p. 38), nesse processo de construções de bibliotecas informatizadas, virtuais e até digitais existem “visões e interesses por vezes divergentes que estão relacionados a uma lógica de fundo e a uma estratégia comum”, para eles essa lógica está pautada em princípios econômicos e comerciais que valorizam a perpetuação da hegemonia capitalista, sendo assim não interessa partilhar o acesso às fontes de informação com os membros das classes “subalternas”.

Esse cenário também é comentado por Chauí (2001, p. 105), para essa autora quando a organização do sistema capitalista é pensada nos espaços onde há a presença da ciência e da tecnologia no processo produtivo e no trabalho intelectual, se percebe que a divisão social do

trabalho é acrescida de novas divisões, que são resumidas pela autora como: “a divisão entre os que possuem poder porque possuem saber e os que não possuem poder porque não possuem saber”. O usuário Téo tece seus questionamentos nesse mesmo sentido, afirmando que,

A modernização de bibliotecas, na minha opinião, é um trabalho que serve para, apenas para reafirmar o pensamento capitalista, pensamento neoliberal porque há uma pretensa democratização com essa modernização? Claro que há. Todavia essa democratização ainda continua destinada aos que... aos que são pretendentes dos cargos..., no caso os estudantes, especialmente os estudantes brancos de origem burguesa que são maioria nas universidades.

Apesar de algumas observações dos usuários apontarem em direção contrária, é possível identificar nos depoimentos que para a maioria deles, principalmente para os alunos, o fato de a biblioteca disponibilizar os serviços de empréstimo e devolução de forma informatizada representa uma mudança significativa. Eles ressaltam que essa informatização proporciona uma maior agilidade no atendimento quando comparam com o atendimento executado no período anterior. Além disso, a informatização representa para eles o controle do acervo e a precisão das informações, como se pode verificar em um desses depoimentos:

Quando eu entrei na universidade era tudo no papel, até você conseguir identificar o aluno que estava com aquele livro ou o aluno que estava com o livro há vários dias que até o próprio, o outro próprio aluno pode, pode ir atrás pra poder buscar essa informação na biblioteca. Na parte informatizada você vai sempre ter conhecimento de saber quantos livros tem a universidade, quantos livros tem o Campus, quantos estão emprestados, quantos estão na biblioteca rapidamente, sem ter que precisar uma pesquisa... mais... que é menos informatizada, mas no papel né? (Graça, aluna da área de Ciências Sociais Aplicadas).

Nas entrevistas com os membros da equipe da gestão da UFT houve muitas referências à possibilidade de informatização das bibliotecas integrarem os acervos presentes nos vários *Campi* dessa Instituição. Segundo o professor Henrique:

Porque nós temos, eu falei mais de cem mil livros! Temos e não temos porque nós temos na Universidade esse quantitativo, mas para os estudantes que estão em Tocantinópolis talvez tenha sete mil livros. Então o que a gente quer é criar um sistema, e a gente sabe que não é fácil porque tem um transporte físico, ele tem um custo né? Tem um tempo, mas seria a possibilidade de um aluno de qualquer Campus pegar um livro em qualquer Campus, e ele ter agilidade quanto a isso e poder devolver e voltar pra prateleira do Campus de origem daquele livro. Então é isso, é ele poderá fazer a reserva no computador da sua casa, entrar, como nós já temos na, no sistema de biblioteca que a gente tá chamando de biblioteca virtual. (Henrique, professor membro da equipe de gestão da UFT).

O professor Henrique se refere ao empréstimo de livros entre bibliotecas. Observa-se que essa é uma expectativa muito presente entre os membros da gestão da UFT, mas os usuários da biblioteca que foram questionados e entrevistados nesta pesquisa não fizeram

referências a essa questão, de modo que essa não parece ser uma expectativa deles. A informatização das bibliotecas completou quatro anos (2006-2010) e esse serviço ainda não foi efetivado nessa IFES. Contudo, nota-se que ele ocorre de forma esporádica, que é solicitado geralmente por professores e que não há um procedimento definido como existe para o empréstimo de livros que é realizado *in loco*, apesar de esse serviço ter sido aprovado na UFT a partir de agosto de 2010, quando foi incluído no Regulamento das Bibliotecas dessa IFES.

De acordo com a pesquisa de Carvalho (2004), o empréstimo de fontes de informação entre bibliotecas é praticado sem restrição por 40% das bibliotecas universitárias brasileiras, sendo que 26,7% delas realizam esse empréstimo de forma informal. Situação que ocorre de forma similar na UFT, uma vez que se constatou que o empréstimo entre bibliotecas é pouco procurado, mas quando é realizado ocorre de modo informal: antes porque as bibliotecas não eram informatizadas e atualmente porque o SIE ainda não dá esse suporte.

Uma vez que esse serviço se caracteriza como informal, existe a possibilidade dele ser baseado em relações pessoais dos bibliotecários das diferentes bibliotecas, de modo que os usuários não têm garantias quanto à efetivação do serviço. Além disso, não existe divulgação desse serviço.

A análise dos dados apresentados na segunda questão da tabela 10 mostra que do geral a maioria (69%) dos usuários aprova o serviço informatizado de reserva de livros. Mas, solicitou-se aos 31% que consideram o serviço como pouco eficiente ou como ineficiente que comentassem a sua resposta, sendo que 20 usuários atenderam a essa solicitação. Eles disseram que: é grande a lista de espera da reserva de livros (11); que ocorrem falhas no sistema de reserva de livros (08); que não entendem como funciona o serviço (07); que não são informados quando o livro está disponível (05). Algumas dessas questões foram ressaltadas nas entrevistas.

A partir da análise das entrevistas, é possível perceber que os usuários, principalmente alunos e professores, enfatizaram duas questões com relação ao serviço informatizado de reserva de livros no tocante à espera pelo livro: 1) que alguns livros são reservados constantemente e por isso o tempo de espera é muito grande; 2) que algumas vezes o livro chega a ser disponibilizado para esse usuário de modo tardio para sua necessidade. Essa exposição dos usuários reforça a referência deles com relação à pouca quantidade de exemplares de livros no acervo da biblioteca do Campus de Palmas (ver tabela 5).

Quanto às falhas do sistema, vários usuários exemplificaram nas entrevistas que ocorre de o livro ser reservado no balcão de atendimento e depois, quando eles retornam à biblioteca

para verificar a sua posição na fila de espera, seus nomes não aparecem nela. Outras vezes o usuário solicita informações sobre a sua reserva para determinado livro, de modo que ele é informado pelo atendente que o livro está disponível para ele, no entanto o exemplar não é localizado pelo servidor da biblioteca.

Para alguns professores “o livro que está com o professor não poderia ser reservado”⁵⁶ Isto porque eles poderiam renovar o empréstimo desse exemplar e não correriam o risco de devolvê-lo e não encontrar outro exemplar disponível na biblioteca. Essa observação está também relacionada à pouca quantidade de exemplares de livros no acervo da biblioteca, haja vista que os professores possuem um prazo diferenciado, isto é, um prazo maior que os demais usuários para o empréstimo de livros.

⁵⁶ Claudio, professor da Área da Saúde.

Tabela 11 – Distribuição dos usuários quanto ao acesso à página da biblioteca na internet.

Categorias	Conhecimento da página da biblioteca na internet						Razão para o não acesso à página da biblioteca na internet										
	Sim	%	Não	%	Respondentes	%	A página está sempre fora do ar	%	Não tenho acesso a computador	%	Não sei utilizar	%	Outra razão	%	Respondentes	%	
Discentes	38	40%	56	60%	94	100%	06	12%	03	06%	11	22%	29	60%	49	100%	
Docentes	08	57%	06	43%	14	100%	01	33%	00	00%	02	67%	00	00%	03	100%	
Técnicos Administrativos	02	50%	02	50%	04	100%	00	00%	00	00%	01	100%	00	00%	01	100%	
Comunidade Externa	01	25%	03	75%	04	100%	00	00%	00	00%	00	00%	02	100%	02	100%	
Total	49	42%	67	58%	11	100%	07	13%	03	05%	14	26%	31	56%	55	100%	

A partir dos dados acima, se pode verificar que 58% dos membros da comunidade acadêmica desconhecem que a biblioteca possui uma página na internet. É interessante observar que em três categorias, mais da metade dos consultados não conheciam a referida página, somente na categoria de docentes há um número significativo (57%) que tem esse conhecimento. Observou-se que os docentes têm mais acesso às informações institucionais que os membros das demais categorias, já que eles são maioria nos espaços de gestão, Conselhos e Colegiados da UFT, ambientes onde esse tipo de informação circula com mais frequência.

Àqueles que nunca acessaram a página da biblioteca na internet, perguntou-se qual a razão, sendo que de modo geral, a maioria (56%) dos respondentes diz ter optado “outra razão” para explicar a sua falta de acesso a página da biblioteca na internet, sendo que essa opção poderia ser comentada de forma aberta pelos usuários consultados. Sendo assim, 45 pessoas afirmaram que ainda não acessaram a página da biblioteca na internet, principalmente, pelo fato de desconhecerem a existência dessa ferramenta (20), porque nunca precisaram (13), porque procuram diretamente nas estantes (06), por falta de hábito (04) e porque nunca tiveram interesse (02).

Do diálogo com os usuários entrevistados, foi possível entender que para esses usuários a informatização da biblioteca do Campus de Palmas se resume aos serviços de empréstimo, renovação de empréstimo, devolução e reserva de livros. É bastante comum encontrar nas entrevistas depoimentos como o de Ana: “Qual é esse sistema? Não tenho conhecimento dele não, nunca usei não, só uso o empréstimo de livro mesmo”. (Ana, aluna da área de Engenharia).

Os responsáveis pelas bibliotecas pesquisadas por Carvalho (2004, p.125) afirmaram que os serviços que mais contribuem para a socialização da informação são as pesquisas bibliográficas (100%) e o acesso ao catálogo das bibliotecas e a bases de dados on-line (96,7%). Nota-se que os serviços considerados como mais influentes para a socialização da informação são aqueles relacionados diretamente ao atendimento das pesquisas dos usuários. Sendo assim, considera-se que a biblioteca deve fazer mais do que informatizar esses serviços de atendimento à pesquisa do usuário, ela deve também treinar seus servidores para que eles orientem os usuários a utilizá-los.

Os dados da próxima tabela se referem à forma de consulta ao catálogo da biblioteca que é mais utilizada por esses usuários: se solicitam a pesquisa ao catálogo do SIE no ambiente da biblioteca, se o consultam fora desse ambiente ou se eles têm outra forma de localizar essas fontes de informação.

Tabela 12 – Distribuição dos usuários quanto às formas de pesquisa no catálogo *on-line* do SIE.

Categorias	Frequência de consulta ao catálogo <i>on-line</i>								Frequência de consulta ao catálogo <i>on-line</i> do sistema de informação SIE fora do ambiente da biblioteca							
	Sempre	%	Às vezes	%	Nunca	%	Respondentes	%	Sempre	%	Às vezes	%	Nunca	%	Respondentes	%
Discentes	02	02%	19	20%	76	78%	97	100%	03	03%	21	21%	74	76%	98	100%
Docentes	02	13%	04	27%	09	60%	15	100%	02	13%	06	40%	07	47%	15	100%
Técnicos Administrativos	00	00%	01	25%	03	75%	04	100%	00	00%	02	50%	02	50%	04	100%
Comunidade Externa	00	00%	00	00%	04	100%	04	100%	00	00%	00	00%	04	100%	04	100%
Total	04	03%	24	20%	92	77%	120	100%	05	04%	29	24%	87	72%	121	100%

Na biblioteca do Campus de Palmas não existem computadores disponíveis para os usuários consultarem diretamente o catálogo *on-line* do SIE. Sendo assim, quando os usuários precisam saber se há na biblioteca determinada fonte de informação é necessário que eles solicitem essa consulta aos atendentes nos terminais de empréstimo e devolução de livros da biblioteca, o que leva alguns usuários à fila de espera somente para identificar se a biblioteca possui ou não determinado livro.

A partir desse cenário, não é difícil entender porque os dados da tabela acima indicam que somente 2% dos discentes e 13% dos docentes têm o hábito de consultar esse catálogo na biblioteca. Segundo os dados da tabela acima, a consulta ao catálogo *on-line* do SIE fora do ambiente da biblioteca também não é um hábito dos usuários consultados, mas com uma pequena diferença o catálogo *on-line* é mais utilizado fora da biblioteca que no seu ambiente.

Observou-se que quando algum usuário solicita aos atendentes informações sobre a existência ou não de determinado livro no acervo, geralmente esse atendente faz a consulta ao catálogo e informa ao usuário o resultado dessa pesquisa; contudo, observou-se que os usuários não são informados sobre a existência dessa página com o catálogo *on-line*, isto é, não há uma divulgação adequada dessa ferramenta, assim como não são disponibilizados os instrumentos para a sua utilização, que seriam os terminais de consulta para o uso direto do catálogo do SIE pelos usuários dentro do ambiente da biblioteca.

A análise dos depoimentos coletados nas entrevistas permite a identificação de que essa grande maioria que não utiliza o catálogo, eles localizam os livros de que precisam por meio de uma busca direta nas estantes. Diz o professor Cláudio: “bom, já sei onde tá os livros, então eu não preciso consultar nada. Raramente eu uso esse esquema pra consultar algum livro”. (Cláudio, professor da área da Saúde). Além disso, alguns usuários entrevistados fizeram referências à sinalização do acervo como um instrumento que os auxilia a localizar os livros. Diz a aluna Ana: “Geralmente a gente vai procura em toda prateleira e acha e quando tem dificuldade eu vou lá no, na, no assistente ali e peço pra ele pra me informar onde é que eu posso encontrar o livro. (Ana, aluna da área de engenharia).

Como se pode verificar, essa sinalização contribui com a localização dos livros, mas ela não é suficiente, já que a usuário indica que algumas vezes recorre ao atendente. Mas, para alguns usuários,

Na prateleira existe muita mudança do local de livros, as plaquinhas são pouco visíveis né, então esse tipo de informação com relação ao acervo é um pouquinho deficiente, talvez nessa ferramenta de consulta computadorizada... vai ver que é melhor, mas assim pelo menos pro aluno que vem meio apressado que não tem tempo de ficar na fila pra se consultar o funcionário, as prateleiras deveriam ser mais claras, as seções mais claras com placas mais visíveis, e por aí. (Joaquim, aluno da área de Ciências Humanas).

Concorda-se com Joaquim que a sinalização do acervo de uma biblioteca deve ser objetiva e visível, mas, além disso, para o acesso adequado dos usuários ao acervo é necessário que haja na biblioteca terminais de computadores para a consulta ao catálogo e servidores disponíveis para auxiliar os usuários em suas pesquisas. Segundo Mangué (2006, p.160), “no sistema brasileiro a universidade concentra sua atenção sobre o *software* negligenciando, paradoxalmente, a aquisição dos equipamentos para uso do sistema, isto é, dificultando o acesso ao *software* e, por conseguinte, o atendimento ao usuário final, com consequentes efeitos negativos para o atendimento ao usuário”.

Há que se considerar que qualquer investimento na biblioteca deveria ser motivado pelas necessidades dos usuários, se eles não usufruírem dos recursos implantados não há razão para implantá-los. O auxílio aos usuários da biblioteca do Campus de Palmas será discutido a partir dos dados da próxima tabela.

Tabela 13 – Distribuição dos usuários quanto à orientação e o sistema de recuperação da informação no catálogo *on-line* do SIE.

Categorias	Apoio à utilização do catálogo <i>on-line</i>										Operação do sistema					
	Servidor da Biblioteca	%	colega	%	docente	%	nunca recebeu apoio	%	Respondentes	%	Fácil	%	Difícil	%	Respondentes	%
Discentes	06	06%	03	03%	07	07%	82	84%	98	100%	20	37%	34	63%	54	100%
Docentes	02	13%	00	00%	00	00%	13	87%	15	100%	08	67%	04	33%	12	100%
Técnicos Administrativos	00	00%	00	00%	00	00%	04	100%	04	100%	02	67%	01	33%	03	100%
Comunidade Externa	00	00%	00	00%	00	00%	04	100%	04	100%	01	100%	00	00%	01	100%
Total	08	07%	03	02%	07	06%	103	85%	121	100%	31	44%	39	55%	70	100%

De acordo com a tabela acima, 85% dos membros da comunidade acadêmica consultados nesta pesquisa dizem nunca terem sido ensinados a utilizar o catálogo *on-line* do SIE, somente discentes e docentes (15%) afirmam que receberam algum tipo de orientação sobre a utilização desse instrumento de pesquisa, e destes apenas 7% diz ter recebido as informações de um servidor da biblioteca.

Mostram os dados que o sistema de busca do catálogo *on-line* do SIE por palavras-chave ou termos indexados é considerado como de fácil operação por 37% dos alunos; contudo, os professores têm posição diferente, uma vez que 67%, dos docentes considera que o sistema de busca por palavras-chave é de fácil operação. Entretanto, sabe-se que essa categoria tem mais experiência acadêmica e por isso tem mais intimidade com esse tipo de recurso de recuperação da informação.

Os técnicos administrativos consultados tiveram posições análogas às dos docentes, já que do mesmo modo 67% dos seus membros consideram que o sistema de busca por palavras-chave do SIE é fácil de ser operado. O único usuário externo que respondeu essa questão afirmou que o sistema de busca por palavras-chave do SIE é de fácil operação.

Os dados apresentados na tabela acima indicam que na biblioteca do Campus de Palmas a orientação dos seus usuários quanto ao uso do catálogo *on-line* do SIE não é uma prática constante. Essa falta de orientação explica o fato de a maioria dos usuários não conhecerem essa ferramenta do SIE, sendo que essa questão foi colocada como algo necessário por alguns usuários entrevistados, principalmente pelos alunos. A aluna Graça explica que:

Falta uma orientação até porque os, os próprios alunos eles não precisam saber dos livros, os autores e tudo mais, por mais que seja informatizado, esse sistema melhora com a informatização, mas e o aluno se ele não tiver o computador e a parte da informatização pra poder conseguir identificar o livro, existe um trabalho muito, muito demorado pra identificação e saber se o livro está ou não na biblioteca, se tem ou não o livro. Até mesmo às vezes se, se chega um aluno e ele não tem um livro, mas ele precisa de um tema, até que o aluno consegue identificar que aquele tema está naquele livro, naquela, é, certo setor, área de conhecimento, tudo isso é dificuldade porque o aluno ele não tem o conhecimento amplo de toda essa questão né?! .(Graça, aluna da área de Ciências Sociais Aplicadas).

Segundo Carvalho (2004), os serviços mais atingidos pela informatização são: a consulta ao catálogo e a bases de dados das bibliotecas, tanto no suporte *on-line* como em CD-ROM, a pesquisa bibliográfica, o tratamento da informação, a aquisição de acervo, a comutação e o acesso a internet. No entanto, se percebe que na biblioteca do Campus de Palmas para as definições do processo de informatização são priorizadas as questões relacionadas à administração da informação, por isso, durante esses quatro anos de processo de modernização na referida biblioteca, os serviços mais atingidos pela informatização foram: o tratamento da informação (catalogação e indexação dos livros no SIE) e os serviços de empréstimo e devolução de livros, enquanto a consulta ao catálogo, o levantamento bibliográfico e o acesso a internet praticamente não estão disponíveis para os usuários dessa biblioteca. Apesar disso, para a maioria dos usuários consultados nesta pesquisa a informatização da biblioteca parece ser o ponto alto dessa modernização, mas somente no aspecto empréstimo, devolução, renovação e reserva de livros.

Essa relação entre a informatização de uma biblioteca universitária e o alcance disso para os usuários desse setor é discutida na pesquisa de Manguê (2006, p. 161), segundo ele “a adoção de tecnologias de última geração não garantiu, por si só, melhorias nos sistemas de bibliotecas universitárias. Devido ao seu elevado custo financeiro, humano, infraestrutural e,

particularmente, pelo fato de se localizar no âmbito de países em desenvolvimento, foi possível observar, em alguns casos, um fraco aproveitamento do sistema, ou mesmo, a involução da instituição biblioteca”. Para esse autor, quando isso ocorre significa que a finalidade da biblioteca é negligenciada.

Segundo Leitão (2005, p. 46), a informatização não melhorou o atendimento dos usuários de bibliotecas, ela pode tê-lo agilizado e tornado mais preciso, porém não o tornou mais fácil, para ela houve um aumento na “lacuna entre a biblioteca e seus usuários”. Essa lacuna provocada pela informatização atinge mais aqueles com pouca escolaridade, uma vez que o indivíduo com nível de estudo formal mais abrangente tem mais acesso às tecnologias e as manuseia com melhor desenvoltura. No caso da UFT, percebe-se que aqueles que possuem computadores pessoais são mais bem atendidos, pois eles podem ter acesso, por exemplo, aos CDS e à página com o catálogo *on-line*, já que a biblioteca não disponibiliza terminais de consulta para esses recursos.

Desse modo, os efeitos do processo de modernização/informatização da biblioteca da UFT do Campus de Palmas estão mais direcionados para administração da biblioteca do que para atender às necessidades dos seus usuários, sendo assim se identifica uma postura tradicional desse setor, já que segundo Feitosa (1998, p. 20) “a prática tem mostrado as bibliotecas sem função definida e sempre deslocadas dos reais interesses dos seus usuários”.

Por isto, Leitão (2005) argumenta que se os bibliotecários estiverem interessados em romper paradigmas que sustentam os atuais sistemas de bibliotecas eles terão que desenvolver a competência de ouvir e interpretar os seus usuários o que segundo a autora resultará num relacionamento significativo para ambos e assim, nesse aspecto, ter-se-á uma postura de vanguarda. Porém, entende-se que essa não é uma responsabilidade exclusiva desses profissionais, mas também das instituições que os empregam.

Conforme os autores Meneghel e Lamar (2001), nas duas últimas décadas do século XX foram empreendidas ações de reforma do Estado com a justificativa de promover a modernização e o aumento da eficácia da administração pública. Segundo os autores, para a modernização da educação superior são empregadas ações baseadas no ideal liberal de livre comércio, privatização, produtividade, eficiência, competição, na agilidade, na relação custo-benefício, foco na lucratividade, entre outros.

A partir desses pressupostos, o objetivo da modernização da educação superior seria a eficiência e não a qualidade dos serviços, então ela estaria pautada na economia de recursos materiais e humanos e não no atendimento das necessidades dos atores sociais. Sendo assim, o principal fator que influencia um processo de informatização de uma biblioteca de uma IFE

é a intenção de melhorar a qualidade dos serviços e produtos oferecidos? De acordo com Carvalho (2004) o principal fator que influencia uma instituição como essa a adotar esse tipo de informatização é a previsibilidade e o aperfeiçoamento da eficiência dessa organização.

De acordo com Giddens (1991), a modernização substituiu as formas tradicionais de organização social e de trabalho, esse autor, também, argumenta que o controle da informação e a organização racionalizada são características da modernização. Quando se analisa que nos últimos anos a biblioteca da UFT do Campus de Palmas deixou as fichas catalográficas por um sistema informatizado e que para ela se prepara um novo prédio estruturado segundo os conceitos e recursos contemporâneos, pode-se entender que ela passa por um processo de modernização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se compreender o processo de modernização da Biblioteca da UFT do Campus de Palmas a partir das considerações da comunidade acadêmica. Também se verificou relação entre o referido processo de modernização e as necessidades de informação da comunidade acadêmica desse Campus, além disso, procurou-se entender se existe alguma relação entre a Avaliação Institucional do SINAES e o processo de modernização da referida biblioteca.

A biblioteca do Campus de Palmas, desde o ano de 2006, passa por um processo de transformações que visa principalmente sanar os déficits das condições de funcionamento inicial, quando fora transferida da Unitins para a UFT. Os dados apresentados nesta dissertação mostram que os investimentos nessa biblioteca tentam proporcionar o básico para uma biblioteca universitária, qual seja: um acervo com a bibliografia básica, infraestrutura adequada, mobiliários e sistema de armazenamento e recuperação das informações do acervo.

Contudo, como também mostraram os dados, os investimentos empregados nesse processo de modernização não são feitos de forma articulada, por isso ocorrem ações fragmentadas. Um exemplo é o que ocorre com a informatização do acervo, não há equipamentos nem orientação adequada para os usuários utilizarem o catálogo *on-line* do SIE, por isso a maioria desconhece esse catálogo, além disso, os usuários não são orientados adequadamente para utilizarem o serviço de empréstimo entre bibliotecas.

Conforme as respostas dos questionários e as considerações feitas pelos entrevistados, ficou explicitado que não existem na biblioteca equipamentos para os usuários utilizarem o Portal de Periódicos da Capes e as mídias digitais do acervo. Além disso, há uma contradição no fato de que a possibilidade de acesso dos membros da comunidade acadêmica ao Portal de Periódicos da Capes é utilizada pela UFT como justificativa para não adquirir assinatura de periódicos impressos, mesmo que não exista meios pelos quais os usuários possam fazer isso no espaço da biblioteca. Também é importante notar o fato de que esse setor não realiza nenhuma orientação sistemática sobre o uso dessa ferramenta de pesquisa.

A possibilidade de acesso ao Portal de Periódicos da Capes ser realizado somente nos laboratórios não é o suficiente, uma vez que nesses espaços os usuários não terão como ser orientados pela equipe da biblioteca. Devido a isso, alguns professores e alunos discordam quanto à ausência de assinaturas de periódicos impressos e nota-se que a possibilidade de

acesso ao Portal de Periódicos da Capes não tem se mostrado suficiente para a maioria deles, como ficou claro, por falta de informação e acesso a computadores.

Outra constatação importante é que as fontes digitais (CD e DVD) do acervo da biblioteca somente podem ser utilizadas pelos usuários que possuem computadores portáteis e pessoais. Aqueles que não os têm, não acessam essas fontes da biblioteca. Esse fato é preocupante, sobretudo, porque as monografias a partir do ano de 2008 somente estão disponíveis em formato digital.

Essas situações indicam, paradoxalmente, que a aquisição de maquinários não está adequada ao processo de informatização da biblioteca de Palmas. No entanto, a informatização da biblioteca é considerada como significativa pelos membros da comunidade acadêmica que foram consultados nesta pesquisa, principalmente no que se refere aos serviços de empréstimo, renovação, devolução e reserva de livros. Na verdade, para eles a informatização da biblioteca quase que se resume a esses serviços.

Com relação aos servidores técnicos administrativos da biblioteca, a informatização também representa um grande avanço, porque modificou as rotinas de trabalho que antes eram manuais, tanto no processamento técnico dos livros (catalogação, etiquetagem, etc.) quanto nos serviços de empréstimo, renovação, reserva e devolução de livros.

A partir desse cenário, pode-se inferir que a informatização da biblioteca do Campus de Palmas priorizou as tarefas administrativas desse setor, uma vez que os serviços executados pelos servidores e bolsistas são informatizados, porém os serviços que são mais relacionados com o acesso dos usuários à informação e aqueles que dependem da relação mais direta entre os servidores e os usuários da biblioteca não são viabilizados de forma adequada.

Os usuários da biblioteca que participaram desta pesquisa consideram, também, que é necessário aumentar a quantidade de servidores e investir na capacitação destes trabalhadores. Ficou claro que a equipe da biblioteca não é suficiente em quantidade, falta pessoal para orientar os usuários a localizar os livros do acervo, além disso, os servidores desse setor não conseguem conciliar a demanda de catalogação de livros recém adquiridos com a demanda de catalogação dos livros antigos do acervo, das monografias e dos multímeios. A indexação no SIE dos livros antigos foi interrompida em 2008 e ainda não foi retomada e por isso persiste o empréstimo manual para esses livros. Já a indexação no SIE dos dados das monografias e multímeios ainda nem foi iniciada.

Essa situação dificulta o acesso dos usuários a essas fontes de informação, uma vez que elas não estão catalogadas, não há como os usuários conhecerem os exemplares que a

biblioteca possui, além disso, elas podem ser perdidas já que não foram patrimoniadas, razão porque o acesso a elas depende da autorização do bibliotecário, o que se constitui em serviço informal e sem garantias de efetivação.

Esses são alguns dos déficits causados pela pouca oferta de pessoal para trabalhar nesse setor. A formação do quadro de pessoal da biblioteca permanece com a quantidade equivalente à que esse setor mantinha no ano de 2004, mesmo que na realidade atual aumentou a quantidade de Cursos no Campus, a quantidade de alunos e a quantidade de acervo. Essa é mais uma das características que evidenciam que no processo de modernização da biblioteca há uma desarticulação entre ações e investimentos.

A UFT tenta resolver o problema do quantitativo de pessoal com a alocação de alunos bolsistas do Programa Bolsa Permanência para o atendimento e para o trabalho técnico na biblioteca, mas esses bolsistas não substituem o trabalho de um servidor efetivo, uma vez que os seus horários como alunos dificultam a execução das suas atividades na biblioteca. Entende-se que o sentido do referido Programa é possibilitar a permanência desse aluno na UFT, mas cobrar o cumprimento de horários em atividades administrativas não é uma medida que contribua para a permanência dos estudantes. Além disso, os serviços da biblioteca são constantemente prejudicados pela intensa rotatividade desses bolsistas.

Esses investimentos na biblioteca do Campus de Palmas, mesmo sendo focados especificamente para a graduação, ainda não conseguiram atender de forma adequada esse público. Basta que se tenha em mente que o aumento de 145% nos investimentos em aquisição de livros está no mesmo espaço de tempo em que também houve um acréscimo de seis cursos de graduação no Campus de Palmas. Por isso a quantidade de exemplares de livros da bibliografia básica que foram adquiridos ainda não é suficiente para o quantitativo de alunos.

Constata-se que os membros da comunidade acadêmica que foram consultados entendem que houve uma melhora significativa do acervo da biblioteca, no entanto eles avaliam que é necessário investir mais, tanto na diversificação do acervo quanto na quantidade de exemplares de livros, aliás, esse parece ser um dos maiores incômodos para esses usuários.

O processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas não proporcionou mudanças na política de aquisição de acervo, especialmente no que se refere aos critérios de seleção, uma vez que o critério continua sendo o mesmo adotado pela Comissão de Vitalização das Bibliotecas durante os anos de 2003 a 2004 que é a aquisição exclusiva de livros que pertençam à bibliografia básica dos PPCS dos cursos de graduação. Postura que

pode ser considerada como tradicional, já que não há uma aquisição que diversifique as fontes do acervo. Esse fato impossibilita, por exemplo, a aquisição de obras literárias contemporâneas. Mas a forma de aquisição de livros melhorou muito com a metodologia adotada pela Coordenação do Sistema de Bibliotecas, porque antes do início do processo de modernização essa aquisição era pouco articulada aos Cursos dos diversos *Campi* da UFT. Além disso, as distribuidoras entregavam os livros adquiridos pela UFT na Reitoria dessa IFES, fato que dificultava a sua distribuição para os Campus. Atualmente os livros são entregues diretamente nos Campus que os selecionaram e, segundo os professores e bibliotecários ouvidos, a aquisição de livros não é mais um processo problemático.

Esses desencontros no processo de modernização da biblioteca da UFT do Campus de Palmas se devem em parte à dinâmica das políticas públicas de educação brasileira. De acordo com a análise da literatura especializada, não existem políticas públicas que financiem a biblioteca universitária, por isso dependem dos recursos das demais políticas de educação, e, por outro lado, essas políticas são implantadas antes das modificações necessárias das infraestruturas das IFES. Mas, esse descompasso entre investimentos e ações também pode ser resultado da falta de um acompanhamento sistemático e interdisciplinar entre os técnicos das áreas da biblioteconomia, da informática, da gestão da UFT e dos usuários da biblioteca.

A UFT não fez um planejamento do processo como um todo, o que poderia ser representado por um projeto inicial, por exemplo. Também não foram definidos papéis e responsabilidades para os membros das equipes técnicas envolvidas. Ainda assim, a postura da UFT foi confiar as definições iniciais do processo a uma consultoria externa. Isto pode ter influenciado nas práticas empregadas nesse processo, cujas ações subsequentes foram definidas em reuniões anuais, onde se discutia as ocorrências pontuais e se definia apenas o que seria feito de imediato.

A elaboração de um projeto inicial e a nomeação de uma equipe interdisciplinar poderia ter evitado conflitos quanto à participação da equipe da biblioteca no processo de tomada de decisões. Porque da maneira como foi organizado todo esse processo de modernização, a impressão da equipe da biblioteca é que as decisões sobre a implantação da informatização, além de exclusivas da DTI, eram centralizadas nesta diretoria. Mas os membros da DTI, por sua vez, consideravam que as decisões eram compartilhadas com a biblioteca e a Coordenação do SISBIB. Havia um descompasso.

Um projeto ou um planejamento também poderia ter evitado os problemas com relação ao treinamento dos técnicos da biblioteca, haja vista que para a utilização do BIBLIODATA foram treinados os servidores da Unitins, enquanto a UFT estava com o

concurso em andamento com vagas para bibliotecários e assistentes e por isso a equipe treinada foi substituída depois de quatro meses do referido treinamento. Outra discrepância ocorrida nesse processo foi o treinamento especializado sobre o SIE, realizado tardiamente, em 2009, depois de três anos de implantação desse Sistema.

Os dados também mostraram que o processo não é muito discutido nessa Instituição e que os técnicos envolvidos não têm muita clareza sobre as suas ações. Isto fica claro quando se constata que para alguns a implantação da BDTD é uma ação da modernização da biblioteca e para outros se trata apenas de outro projeto. Outro fato que chama a atenção é a falta de comunicação com relação à entrega do novo prédio, porque os servidores da biblioteca não têm informações precisas sobre a mudança, também não se identificou uma preparação dessa equipe para esse momento.

A partir dos dados apresentados, conclui-se que a UFT deve planejar de modo sistemático a continuidade do processo de modernização de suas bibliotecas, com o estabelecimento de objetivos, metas, prazos, ações, recursos, aquisições, avaliação, entre outros. Além da nomeação de uma equipe interdisciplinar com atribuições de responsabilidades, cujos membros discutam, planejem, acompanhem e avaliem sistematicamente as implementações do referido processo.

A UFT, juntamente com representantes da sua comunidade, deve discutir e formular uma política para as suas bibliotecas. Propõe-se a elaboração de uma política que contemple critérios para a aquisição de acervo (Política de Desenvolvimento de Coleções⁵⁷), um Programa de Disseminação Seletiva de Informação⁵⁸ (DSI), um projeto com serviços de extensão para as bibliotecas, um planejamento para substituição de bolsistas e mão de obra terceirizada por servidores efetivos, parâmetros para/e um programa de formação continuada para os servidores desses setores.

Com relação à concepção de modernização presente nesse processo, se verificou que de modo geral ela se apresenta como sinônimo de informatização. É nítida a predominância tecnicista e gerencial nas ações empregadas nesse processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas. Por isso, o sentido dessa modernização é a informatização que torna as

⁵⁷ Estabelece procedimentos para seleção, aquisição, avaliação e desbastamento do acervo. É um documento que estabelece critérios para se adquirir as fontes de informação do acervo, como os tipos e em qual áreas do conhecimento, etc. Disponível em: < <http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/7-13-e1-13.pdf> >. Acesso em: 06 maio 2011.

⁵⁸ É um serviço personalizado e atualizado que oferece ao usuário listas de publicações e serviços mais recentes sobre a sua área de interesse. É um serviço interativo que pode ser modificado e adaptado conforme as novas perspectivas e necessidades do usuário. Disponível em: < http://www.bc.furb.br/mambo/index2.php?option=content&do_pdf=1&id=53 >. Acesso em: 06 maio 2011.

rotinas da biblioteca mais ágeis, precisas, os patrimônios (livros) desse setor controláveis e os serviços das diversas bibliotecas da UFT padronizados.

Essas características foram discutidas na revisão de literatura dessa dissertação como condizentes com o paradigma aplicado na administração pública para o ajuste das suas instituições às políticas liberais, algo que é fiscalizado pelo MEC, por meio das modalidades de avaliação do SINAES. Por isso, há uma relação de convergência entre a política de avaliação do MEC e o processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas.

A UFT utilizou apenas os padrões de qualidade dos instrumentos da avaliação do SINAES como indicadores no diagnóstico da situação inicial das bibliotecas. Com isso, é que a gestão desta IFES tentou saber em que aspectos esses setores não atendiam às exigências desse Sistema de Avaliação. Já os membros da comunidade acadêmica jamais foram consultados para a elaboração desse diagnóstico.

Sendo assim, as necessidades dos usuários não foram o parâmetro para as ações empregadas na modernização dos serviços da biblioteca. Por outro lado, esse processo de modernização estava atrelado às necessidades administrativas para atender o que era exigência da avaliação do SINAES. A principal consequência disso é que esse Sistema de avaliação permite uma regulação dessa IFES e ofusca a função e a perspectiva social dessa biblioteca. Por isso, recomenda-se que a UFT promova uma ampla discussão sobre a atuação das bibliotecas com representantes de suas categorias (alunos, técnicos, professores e comunidade externa). Algo que pode ser realizado por meio de um evento como um encontro, um workshop, um fórum e etc.

Considera-se também que a participação do representante discente no Comitê Gestor do SISBIB deve ser efetivada e ampliada, uma vez que esse comitê é formado por nove bibliotecários, sendo eles: o Coordenador Geral das Bibliotecas, os Chefes de cada uma das Bibliotecas dos *Campi*, e apenas um discente. Essa composição pode privilegiar decisões técnicas.

É necessário que a gestão da UFT e os técnicos envolvidos nesse processo escutem os usuários dessas bibliotecas, para assim encontrarem sugestões para formular uma política para o SISBIB e para as bibliotecas, de modo que os problemas do processo de modernização das bibliotecas possam ser solucionados com base nas necessidades dos usuários. Além disso, esse conjunto de representantes pode apontar indicadores de qualidade para o desempenho das bibliotecas.

Durante esses quatro anos (2006-2010) de modernização, a biblioteca da UFT do Campus de Palmas não desenvolve ações de extensão, eventos culturais, cursos, informativos,

etc. Verifica-se que a sua relação com os usuários se restringe, unicamente, ao empréstimo e devolução de livros, sendo este é o maior contato dos usuários com os membros da equipe que trabalha na biblioteca. Talvez, por isso, o usuário externo que foi entrevistado considere que não há muito acesso a esses atendentes, pois ele não pode utilizar esses serviços que são realizados no balcão de atendimento.

Assim, a referida biblioteca disponibiliza livros, mas não incita a comunidade para o poder transformador da informação. Por isso, o grande desafio dessa biblioteca é ampliar e estreitar sua relação com o seu público, sendo que essa é a sua finalidade. De modo que ela atua como suporte ao ensino do Campus de Palmas, mas a sua contribuição as demais áreas de atuação desse Campus é limitada, sobretudo porque os investimentos visam somente o ensino de graduação.

Todavia, a função das bibliotecas é atender ao ensino, a pesquisa e a extensão. A partir desse pressuposto, acredita-se que a organização administrativa do SISBIB também precisa ser discutida. Entende-se que esse Sistema deveria ser uma Diretoria ligada a Reitoria da UFT, ou no mínimo uma Diretoria dentro da PROGRAD, uma vez que a atual subordinação do SISBIB a uma Diretoria de Programas Especiais em Educação na PROGRAD não tem proporcionado a esse Sistema a formulação de uma política sistematizada e coerente com a função desses setores na UFT.

Além disso, não há compartilhamento do montante que está investido nessa biblioteca, que como tal é de caráter público federal, pois isso fica restrito àqueles que têm vínculo com a UFT por meio de concurso ou exames de admissão. Aos demais cidadãos o acesso é limitado, eles não são considerados nem mesmo com relação à formação do acervo. No caso dos trabalhadores das empresas que prestam serviços à UFT, por meio dos contratos de terceirização, não podem usufruir dos benefícios prestados pela biblioteca, pois o seu acesso também é limitado, apesar dessas pessoas contribuírem com a universidade por meio das suas forças de trabalho.

Contudo, os atores envolvidos nesse processo de modernização, sejam eles técnicos, usuários e gestores, em sua maioria consideram que o referido processo representa uma mudança positiva nos serviços da biblioteca. Notou-se que, para eles, o “ponto alto” dessa modernização é a informatização e a expansão do acervo. Mas eles mostram querer mais que a bibliografia básica; querem coleções especiais, periódicos e multimeios. E a possibilidade de mudar para um prédio novo significa a esperança de encontrar nele uma nova biblioteca, uma biblioteca renovada.

O fato de a UFT ser uma universidade criada recentemente, também situada em um estado novo, alimenta o sentimento de que tudo está em construção e que os problemas são passageiros, por isso há um comportamento solidário dos atores envolvidos para com as ações empregadas nesse processo de modernização da biblioteca do Campus de Palmas.

Esse comportamento solidário dos membros da comunidade acadêmica pode até certo ponto contribuir com o desenvolvimento da biblioteca, mas essa empatia também pode provocar uma acomodação dessas pessoas. Todavia, esse comportamento intensifica o predomínio de atitudes tecnicistas e gerenciais na atuação desse setor da UFT do Campus de Palmas, de modo que a principal finalidade da biblioteca, o acesso dos usuários a informação, pode ficar subordinada às prioridades administrativas.

Não se constatou um comportamento reivindicador nos usuários dessa biblioteca, principalmente entre os alunos, e eles mostram em muitos momentos uma compreensão restrita da dimensão dos serviços de uma biblioteca universitária e da dimensão dos seus direitos, enquanto alunos e membros da comunidade acadêmica. Por exemplo, alunos que culpam os próprios colegas pelo barulho existente na biblioteca, desconsideram a importância da estrutura física da biblioteca e da orientação dos servidores para os usuários do setor. Outros atribuíram à desorganização do acervo ao comportamento dos usuários, sem considerá-la como responsabilidade da instituição e não dos usuários. Esse é um fato importante, porque na medida mesma em que a biblioteca é vista apenas como serviço de empréstimo e devolução de livros, há a tendência de que a desmobilização da maioria dos usuários contribua para o gerenciamento tecnicista da gestão da universidade.

A perspectiva de avaliação de políticas públicas de Lejano, a qual foi adotada nesta pesquisa permitiu uma compreensão mais ampla do universo estudado, porque por meio dela foi possível notar aspectos tanto do processo quanto das impressões dos usuários acerca desse processo. Algo que somente poderia ser notado, em uma abordagem clássica, se fossem realizadas duas avaliações, uma de processo e outra de resultados. No caso dessa pesquisa, a análise das considerações dos usuários não poderia ser dissociada da análise dos acontecimentos políticos e técnicos do processo de modernização. Esse contexto representa e explica as considerações dos usuários.

De modo que essa metodologia possibilitou o entendimento de que há coerência entre o processo de modernização da biblioteca da UFT do Campus de Palmas e o projeto de modernização da educação superior brasileira, já que se constatou no processo de modernização investigado as seguintes características: a desarticulação dos investimentos, o enfoque na utilização dos recursos com maior propósito de racionalização dos meios, a

padronização dos serviços das oito bibliotecas e o controle patrimonial, além da tentativa de atender as exigências de normas legais (SINAES) em detrimento das expectativas dos membros da comunidade acadêmica.

Esses aspectos presentes no processo de modernização da referida biblioteca são coerentes com os antecedentes históricos e com os pressupostos do projeto de modernização da educação superior brasileira, o qual é baseado no ideal liberal e por isso tem como foco a ênfase nos aspectos técnicos, o aumento da eficácia da administração pública, a produtividade, a eficiência, a agilidade, a relação custo-benefício e etc.

REFERÊNCIAS

ALA-HAJA; Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ALVARENGA, Thais Castro Caldeira de. **Sistemas organizacionais de bibliotecas universitárias do estado do Rio de Janeiro: um breve estudo de suas gestões frente às novas tecnologias de informação**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12, 2002, Recife. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/139.a.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2010.

AMARAL, Nelson Cardoso. **EXPANSÃO-“AVALIAÇÃO”-“FINANCIAMENTO”**: tensões e desafios da vinculação na educação superior brasileira. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/91.pdf>. Acesso 30 ago. 2010.

AUGUSTO, Rosana; BALZAN, Newton Cesar. A vez e a voz dos Coordenadores das CPAS das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 597-622, dez. 2007.

BALDUINO, Regina Elizabeth Ferreira Freitas; ALMEIDA, Paulo Roberto Moreira de Almeida. **Processo de Modernização das Bibliotecas da UFT: buscando a qualidade nos serviços**. Palmas: [s.n.], 2008.

BIAGIN, Cedric; CARCINO, Guillaume. Biblioteca de bolso. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 3, n. 26, p. 38, set. 2009.

BRASIL. Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 22 set. 2009.

BRASIL. Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 24 set. 2009.

BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 03-04, 15 abr. 2004a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em: 24 set. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES). **Orientações gerais para roteiro da auto-avaliação das instituições**. Brasília, DF: INEP, 2004b. Disponível em: < http://www.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Haddad destaca avanços na educação técnica e superior.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7457&catid=213>. Acesso em: 18 ago. 2010.

BRITO, Marcia R. F. **SINAES e a avaliação institucional.** Disponível em: http://www.cpa.uerj.br/pdf/SeminarioCPA_UERJ.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2009.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias.** Niterói: Intertexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CONEXÃO DO TOCANTINS. **Benefícios gerados pela construção de hidrelétricas em Tocantins é questionado.** 05 fev. 2009a. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2009/02/05/beneficios-gerados-pela-construcao-das-hidreletricas-em-tocantins-e-questionado/>. Acesso em: 17 ago. 2010.

CONEXÃO DO TOCANTINS. **Crescimento da população perto da média nacional mostra uma nova realidade em Palmas.** 10 set. 2009b. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2009/09/10/crescimento-da-populacao-perto-da-media-nacional-mostra-uma-nova-realidade-em-palmas/>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil,** 2006. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero:** Revista de Informação, v.11, n.6 dez. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez10/F_I_art.htm>. Acesso em: 20 dez. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: seleção, medida e formação. In:__. **Universidade e avaliação:** entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. Sistema de gestão para biblioteca universitária (SGBU): teoria e aplicação, **Biblios**, n. 31, p. 1-28, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n31/a04n31.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O Poço da Draga:** a favela e a biblioteca. São Paulo: Annablume, 1998.

FERREIRA, José Rincon. O impacto da tecnologia da informação sobre o desenvolvimento nacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 9-15, jan./abr. 1994.

FERRER, Florencia. **Reestruturação Capitalista:** caminhos e descaminhos da tecnologia da informação. São Paulo: Moderna, 2002. 117 p.

FUFT - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de implantação da Fundação Universidade Federal do Tocantins**. Brasília, DF: UNB, 2004.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, Imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.13-41.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas 2006.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. **Aval: Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 17-28, jan./jun. 2008.

HOLANDA, Nilson. História da avaliação. In: __. **Avaliação de políticas públicas: conceitos básicos sobre avaliação “Ex Post”**. Rio de Janeiro: ABC, 2006.p.133-160.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 11 mar. 2011a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>>. Acesso em: 11 mar. 2011b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Cursos de Graduação: Bacharelado e Licenciatura: autorização**. Brasília, DF: MEC, 2008a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/Instrumento_de_Autoriza%C3%A7%C3%A3o_Bacharelado_e_Licenciatura_2008.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa: instrumento**. Brasília, DF: MEC, 2008b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/2008/Instrumento_de_avaliacao_externa.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação para Credenciamento de Instituição de Educação**

Superior. Brasília, DF: MEC, 2008c. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2008/Instrumento_Credenciamento_IES.pdf. Acesso em: 15 set. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. . **SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.** Disponível em: < <http://www.unifor.br/notitia/file/580.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2009.

KRAN, Faída; FERREIRA Frederico Poley. Qualidade de vida na cidade de Palmas – TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006.

LEITÃO, Barbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa Biblioteca Universitária:** grupo de foco. Niterói: Intertexto, 2005.148p.

LEJANO, Raul P. Experience. In: **Frameworks for policy analysis:** merging text and context. New York: Routledge, 2006. p. 177 – 197.

LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas (Org.). **Biblioteca universitária Brasileira:** instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho: documento final consolidado a partir das contribuições dos grupos de trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira. Salvador: EDUFBA, 2009.

MAIA, Maria Zoreide Britto. Categoria docente: um percurso histórico de formação no Tocantins. In: DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de (Org.). **Políticas e gestão da Educação no Tocantins:** múltiplos olhares. São Paulo: Xamã, 2008.

MANGUE, Manuel Valente. Informatização e organização do trabalho em bibliotecas universitárias: estudo comparado entre Brasil, Moçambique e África do Sul. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., p. 147-163, jan./jul., 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/351/419>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

MARTINS, Ana Lúcia; CAVALCANTE, Lídia Eugênia; GURGEL, Nadsa Maria Cid. Revisitando os caminhos trilhados pela Biblioteca Universitária da UFC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2004, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2004.

MATTOS, Paulo Henrique. **Novo Estado velha exploração:** a modernidade neoliberal do Tocantins e as políticas públicas. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/politica/47-artigo/408-novo-estado-velha-exploracao-a-modernidade-neoliberal-do-tocantins-e-as-politicas-publicas>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

MENEGHEL, S. M.; LAMAR, A. R. Avaliação como Construção Social: reflexões sobre as políticas de Avaliação de Educação no Brasil. **Avaliação**, Campinas, v. 6, n. 4, p. 17-26, 2001.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** São Paulo: Ateliê, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: ___. MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (org). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 19-51.

MIRANDA, Antonio. **Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, Niterói, 1978, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/BIBLIOTECA_UNIVERSITARIA.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2010.

MORAES, Suene. Gratuidade não atende à demanda. **Jornal do Tocantins**, Palmas, p. 7, v. 30, n. 4.812, 31 jan. 2010.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. **Tocantins: história e geografia**. 5. ed. Goiânia: Asa, 2007.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. **Tocantins: história e geografia**. 6. ed. Goiânia: Bandeirante, 2009.

NOVY, Andreas. Política e economia, outra vez articuladas, **Le Monde Diplomatique Brasil**, out. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso, **Revista Piauí**, n. 37, out. 2009.

ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA. **Palmas minha cidade**. Palmas: Jornal do Tocantins, 2010.

PINHO, Maria José de. O Estado do Tocantins: criação, caracterização e dados educacionais. In: ___. **Políticas de Formação de professores: intenção e realidade**. Goiânia: Cênone, 2007.

RAMOS, Maria Etelvina Madalozzo. **Padrões como instrumento de avaliação e qualidade em bibliotecas universitárias, 2002**. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/94.a.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação Superior, Direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9394/96)**. São Paulo: FAPESP, 2000.

RIBEIRO, Alexsander Borges. **Biblioteca Pública no Brasil: passado, presente e futuro**. 2008. 211f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RIZZO, Sheila Regina. **Informatização da biblioteca da UFSCAR e o impacto causado nos trabalhadores devido a mudanças nas rotinas de trabalho: um estudo de caso**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Proposta de uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval: Revista Avaliação de Políticas Públicas**. Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

ROSA, Janira Iolanda Lopes da; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. **Bibliotecas Universitárias no contexto acadêmico do Tocantins**. In: Encontro de Bibliotecas Universitárias do Centro-Oeste Brasileiro, 1, 2010, Goiânia. Disponível em: <<http://www.ufg.br/this2/uploads/files/219/bibliotecas.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

ROTHEN, José Carlos. Ponto e contraponto na Avaliação Institucional: análise dos documentos de implantação do SINAES. **Educação: Teoria e Prática**, v. 15, n.27, p. 119-137, jul./dez. 2006.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO GOVERNO DO TOCANTINS – SEPLAN. **PIB 2008 do Estado do Tocantins**. Disponível em: <<http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/APRESENTA%C3%87%C3%83O%20PIB%202008.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: ___. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo; São Luis: Veras; GAEPP, 2008. p.89-177.

SILVA, Angela Maria Moreira. A construção das bibliotecas universitárias no Brasil. **Revista Informação & Universidade (RevIU)**, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.siglinux.nce.ufrj.br/~gtbib/site/2010/10/a-construcao-das-bibliotecas-universitarias-no-brasil/>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

SILVA, Angela Maria Moreira. **Bibliotecas Universitárias Federais da Amazônia: desbravando fronteiras, administrando improvisos**. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SILVA, Edilene Maria. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL. **DOCUMENTO-CONSULTA-CONNE (NOTA DE EMPENHO) Nº 2007NE900678**, 2007.

SOUZA, Raquel Aparecida. **Da Unitins à UFT: modelos e práticas gestoriais na educação superior do Estado do Tocantins no limiar do século XXI**. 2007. 178 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

TEIXEIRA, Irenides; COSTA, Lailton da. **O cenário tocantinense no processo de democratização do conhecimento: iniciativas e entraves**. Disponível em: <<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/ba/GT2Texto006.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010.

UNIVERSIDADE DO TOCANTINS. **Histórico da Unitins**. Disponível em: <<http://www3.unitins.br/portal/historico.aspx>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. BIBLIOTECA. **Planejamento da implantação do SIE/Módulo Biblioteca no Campus de Palmas.** Palmas, 2008a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS. BIBLIOTECA. **Demonstrativo de Notas Fiscais de livros – 2010.** Palmas, 2010a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS. BIBLIOTECA. **Relatório da Biblioteca.** Palmas: UFT, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS. BIBLIOTECA. **Relatório da Biblioteca.** Palmas: UFT, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS. BIBLIOTECA. **Proposta de mudança no espaço do acervo e estudo da Biblioteca do Campus de Palmas.** Palmas: UFT, 2010b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS. BIBLIOTECA. **Relatório da Reunião do Setor de Referência.** Palmas, 2010c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS. BIBLIOTECA. **Relatório das atuais condições da Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins (Campus de Palmas).** Palmas: UFT, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Catálogo das condições de oferta dos cursos de graduação.** Palmas: UFT, 2010d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Definições da Reunião dos Bibliotecários com o Sistema de Bibliotecas.** Palmas, 2006a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Número de alunos matriculados por campus e curso em 2010/1.** Palmas: UFT, 2010e.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Planejamento Estratégico 2006-2010:** por uma universidade consolidada democrática, inserida na Amazônia. Palmas: UFT, 2006b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Preservação do Acervo Bibliográfico.** Palmas: UFT, 2006c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. PRÓ-REITORIA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Memorando N° 437/2009.** Palmas, 2009a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. **Diagnóstico das Bibliotecas dos Campi:** relatório final. Palmas: UFT, 2006d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. **Regulamento Interno das Bibliotecas da UFT Sistema de Bibliotecas (SISBI).** Palmas, 2010f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório Bens – Grupo Contábil**. Palmas, 2010g.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Pró-Reitoria de Graduação PROGRAD - 2009**. Palmas: UFT, 2009b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional Interna da UFT 2007-2008**. Palmas: UFT, 2009c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2009-2010**. Palmas: UFT, 2010h.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão: 2004 – 2008**. Palmas: UFT, 2009d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) N° 19/2009**. Dispõe sobre a criação do Regimento Geral do Sistema de Bibliotecas da UFT (SISBIB). Palmas, 2009e.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Termo de contrato N° 11/2008**. Contrata a prestação de serviço de manutenção e suporte técnico para o “Sistema de Informação para o Ensino - SIE”. Santa Maria: [s.n.], 2008b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Termo de Contrato N° 004/2006**. Contrata a prestação de serviço de manutenção e suporte técnico para o “Sistema de Informação para o Ensino – SIE”, 2006e.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Termo de Contrato N° 15/2010**. Contrato de prestação de serviço de suporte técnico, operacional e gerencial para módulos pertencentes ao Sistema de Informações para o Ensino – SIE, que entre si celebram a Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT e a AVMB Consultoria e Assessoria em Informática LTDA, 2010i.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Termo de Contrato N° 1683/2005**. Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a Fundação Universidade Federal do Tocantins e a Fundação Getulio Vargas, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **UFT em números**. Disponível em: <<http://www.intranet.uft.edu.br/index.php>>. Acesso em: 24 de set. 2009f.

VALLES, Miguel S. Técnicas de conversación, narracion (1): las entrevistas em profundidad. In:__. **Técnicas cualitativas de investigación social: reflexión metodológica y práctica profesional**. Madrid: Síntesis, 1999. p.177-233.

VALOR ECONÔMICO. **Tocantins, meca do emprego público**. 24 set. 2009. Disponível em: <<http://www.anesp.org.br/?q=node/2758>>. Acesso em: 10 maio 2010.

VIANA, Luiz Werneck. **O Estado novo do PT**, 2007 Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>>. Acesso em: 9 de nov. 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da Educação Superior no Brasil: os antecedentes históricos do Sinaes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 267-290, jul. 2009.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO
APLICADO À COMUNIDADE
ACADÊMICA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO**

**MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Aluna: Heloisa dos Santos Brasil.

Orientadora: Prof^ª. Lea Carvalho Rodrigues.

Aos Membros da Comunidade Acadêmica do Campus de Palmas da UFT, Solicitamos a sua contribuição no sentido de responder aos questionamentos abaixo. As informações coletados por meio deste questionário serão utilizadas na pesquisa que resultará em uma numa dissertação de mestrado, cuja temática é a avaliação do processo de modernização da Biblioteca Universitária deste Campus.

Ressalta-se que nesta pesquisa será preservado o sigilo quantos às informações de identidade dos¹ entrevistados, por isso não é obrigatória a declaração de seu nome, telefone e e-mail. No entanto, esses dados estão sendo solicitados para possibilitar, àqueles que o permitirem, um futuro contato com o intuito de convidá-los para uma entrevista.

Nome do entrevistado/a: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Data: ___/___/____.

1) Identificação:

- () Aluno/a de graduação da UFT
 () Aluno/a de graduação de outra universidade
 () Aluno/a de curso de especialização da UFT
 () Aluno/a de especialização de outra universidade

() Aluno/a de curso de pós-graduação *stricto sensu* da UFT

() Aluno/a de curso de pós-graduação *stricto sensu* de outra universidade

() Docente da UFT do Curso: _____

() Docente externo à UFT (ensino fundamental)

() Docente externo à UFT (ensino médio)

() Docente externo à UFT (ensino superior)

() Servidor/a técnico-administrativo da UFT

() Membro da comunidade externa à UFT

() Outro - discriminar: _____

2) Se você for aluno/a da UFT qual o curso frequenta?

3) Sexo:

a) Masculino

b) Feminino

4) Idade:

a) Até 17 anos

b) Entre 18 a 23 anos

c) Entre 24 a 30 anos

d) Entre 31 a 39 anos

e) Acima de 40 anos

5) Você costuma frequentar outra biblioteca em Palmas?

a) Sim

b) Não

Se a sua resposta for “a”, qual é a biblioteca?

Qual o motivo de busca desta outra biblioteca:

6) Você utiliza a Biblioteca do Campus de Palmas da UFT:

a) Diariamente

b) Uma vez por semana

- c) Mais de uma vez por semana
- d) Mensalmente
- e) Raramente
- f) Nunca utilizo
- g) Outra forma de utilização: _____

Se sua resposta for “f” (nunca utilizo) está finalizado o preenchimento deste questionário. Obrigada pela sua contribuição.

Para as demais respostas, solicitamos que continue o preenchimento das questões que seguem abaixo:

- 7) Você avalia que o processo de modernização da Biblioteca possibilitou mudanças no desempenho da mesma?

- 8) A Biblioteca possui CDs, periódicos e demais fontes de informação que você precisa?

- a) Sim
- b) Às vezes
- c) Não

Se a sua resposta for “b” ou “c”, indique quais os tipos de fonte de informação que você não costuma encontrar na Biblioteca:

- 9) A Biblioteca possui os títulos de livros que você precisa?

- a) Sim
- b) Às vezes
- c) Não

- 10) Quando a Biblioteca possui os livros que você precisa eles estão disponíveis:

- a) Sempre
- b) Às vezes
- c) Nunca

- 11) Você considera que no acervo da Biblioteca a quantidade de exemplares dos livros da bibliografia básica é:

- a) Suficiente
- b) Pouco suficiente

- c) Insuficiente

- 12) O acervo da Biblioteca é adequado ao conteúdo do currículo do seu curso?

- a) Sim
- b) Não

Se a sua resposta for “b”, comente:

- 13) Você considera que o acervo é atualizado?

- a) Sim
- b) Não

- 14) Quanto à localização dos livros nas estantes você considera:

- a) De fácil localização
- b) De difícil localização

Se a sua resposta for “b”, comente:

- 15) Na Biblioteca há pessoas disponíveis para auxiliá-lo na localização dos livros e das demais fontes de informação?

- a) Sempre
- b) Às vezes
- c) Nunca

- 16) Quanto ao atendimento prestado pelos servidores da Biblioteca você considera:

- a) Ótimo
- b) Bom
- c) Regular
- d) Ruim

Se a sua resposta for “c” ou “d”, comente:

- 17) A equipe de servidores da Biblioteca é suficiente em quantidade?

- a) Sim
- b) Não

- 18) A Biblioteca realiza orientação quanto à utilização do Portal de Periódicos da Capes?

- a) sim
- b) algumas vezes

**APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS MEMBROS DA
COMUNIDADE ACADÊMICA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Aluna: Heloisa dos Santos Brasil

Professora: Lea Carvalho Rodrigues

Entrevistado:

Data: __/__/__.

ROTEIRO

- Fale sobre o seu ingresso na UFT e sobre o início do uso da biblioteca do Campus de Palmas;
- **Exclusiva para usuário externo** – Motivação para escolher essa biblioteca;
- Avaliação das alterações da biblioteca advindas do processo de modernização nos âmbitos do: acervo, Informatização, instalações físicas, pessoal, e serviços;
- Fale de suas considerações sobre a relação entre suas necessidades de informação e a modernização da Biblioteca.

**APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS
REPRESENTANTES DO CORPO DE TÉCNICOS E DA GESTÃO DA UFT**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Aluna: Heloisa dos Santos Brasil

Professora: Lea Carvalho Rodrigues

Entrevistado:

Data: __/__/__.

ROTEIRO

- Fale sobre o seu ingresso na UFT e sobre a sua participação no processo de modernização das bibliotecas da UFT
- Descrição do processo de modernização das bibliotecas da UFT e da biblioteca do Campus de Palmas (objetivos, metas, treinamento, acompanhamento, avaliação e etc.);
- Recursos do processo de modernização;
- Motivação para a modernização da biblioteca;
- A concepção de modernização/automação de serviços da instituição;
- Planejamento do referido processo;
- Envolvimento das necessidades da comunidade acadêmica no processo de modernização da Biblioteca;
- Relação da Avaliação Institucional do SINAES com a modernização da biblioteca;
- As mudanças na prestação de serviços do setor;
- As mudanças Internas (administrativas).

ANEXO

ANEXO – INDICADORES DAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS DO SINAES PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Os indicadores e critérios de análise referentes à biblioteca foram extraídos de quatro instrumentos da avaliação do SINAES. Os dois primeiros instruem a avaliação da Instituição, o terceiro instrui a avaliação de cursos de graduação bacharelado e licenciatura. De modo que, esses três primeiros instrumentos são usados na avaliação externa *in loco* e o último orienta a auto-avaliação das IES.

1 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008c).

O instrumento possui três dimensões. A biblioteca é avaliada na terceira, a de instalações físicas, a quantidade de indicadores é nove e o peso da dimensão é de quarenta por cento. Os indicadores referentes à biblioteca são três, a atribuição dos conceitos a eles deve levar em conta o grau de atendimento dos critérios de análise.

Os conceitos atribuídos variam de um a cinco, de modo que cinco significa atendendo plenamente ou acima da média, quatro atendendo adequadamente, três atendendo suficientemente, dois atendem de maneira insuficiente e um atende de maneira precária, inadequada ou não existem.

Abaixo estão os indicadores e o critério de Análise:

3.6 Biblioteca: instalações para o acervo e funcionamento:

Instalações equipadas para o acervo da biblioteca, que incorporam concepções arquitetônicas, tecnológicas e de acessibilidade específicas para suas atividades. Atendendo aos requisitos de: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação, conforto, horários de atendimento e espaços para estudos individuais e em grupo.

3.7 Biblioteca: informatização:

A informatização da biblioteca é tal que os computadores, os programas e aplicativos são de tecnologia atual e em quantidades que atendam as demandas previstas para a utilização do acervo, permitindo diferentes formas de pesquisa, reserva de livros on line, acesso via Internet.

3.8 Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do acervo:

A instituição apresenta um acervo dimensionando da demanda inicial prevista para os cursos e apresenta uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende plenamente ao disposto do PDI.

2 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA . (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008b).

O instrumento possui dez dimensões a biblioteca encontra-se avaliada na dimensão sete, a de Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. Esta dimensão possui peso dez e cinco indicadores.

Este instrumento foi elaborado em 2008 para implementar o processo avaliativo integrado do SINAES, que é avaliação da instituição junto com a dos cursos. O PDI e o relatório de auto-avaliação, fornecidos pela IES são Instrumentos de apoio a este.

O uso do instrumento de avaliação consiste em observar o referencial mínimo de qualidade de cada indicador. Comparar o indicador com as informações documentais e com as condições apresentadas *in loco* pela IES. As considerações dessa comparação são representadas pelos conceitos de um a cinco.

Apesar de a biblioteca ser avaliada em três indicadores nesse instrumento, selecionou-se apenas dois, uma vez que um se limitava a comparar a estrutura física com a sua descrição nos documentos oficiais.

Dimensões e indicadores:

7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico:

Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos *serviços da(s) biblioteca (s)*.

Serviços da biblioteca: Incluem-se entre os serviços da biblioteca: sistema de informatização, reservas de livros pela Internet, empréstimo domiciliar, cópias de documentos internamente na IES, oferta de serviço de comutação bibliográfica no país e no exterior e outros.

7.5. Bibliotecas dos pólos para educação à distância: acervo, serviços e espaço físico (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade *à distância – EAD*).

Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos *serviços da(s) biblioteca (s)*.

3 CURSOS DE GRADUAÇÃO: BACHARELADO E LICENCIATURA AUTORIZAÇÃO. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008a).

Quanto aos aspectos da biblioteca este instrumento avalia somente o acervo, na sua terceira dimensão de avaliação, a qual possui nove indicadores, destes três envolvem a biblioteca, peso total dessa dimensão é quarenta por cento. O avaliador deve comparar o indicador com as informações documentais e com as condições apresentadas *in loco* pela IES. As considerações dessa comparação são representadas pelos conceitos de um a cinco. No total esta avaliação contempla três dimensões.

3 Dimensão: Instalações Físicas		
3.2 Categorias de análise: Biblioteca (Fonte de consulta: PPC e PDI)		
Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2.1 Livros da bibliografia básica	5	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até seis (6) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até oito (8) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até dez (10) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	2	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, na proporção de um exemplar para mais de dez (10) alunos , previstos para cada turma,

		referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias), ou não está adequadamente atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	1	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, na proporção de um exemplar para mais de quinze (15) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica.
3.2.2 Livros da bibliografia complementar	5	Quando o acervo atende, plenamente , as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
	4	Quando o acervo atende, adequadamente , as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
	3	Quando o acervo atende, suficientemente , as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
	2	Quando o acervo atende, insuficientemente , as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
	1	Quando o acervo não (ou atende de maneira precária) atende as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
3.2.3 Periódicos especializados	5	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas do curso e a maioria deles assinados nos últimos três anos .
	4	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas do curso e a maioria deles assinados nos últimos dois anos .
	3	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas do curso e a maioria deles assinados no último ano .
	2	Quando os periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada, atendem, de maneira insatisfatória , as principais áreas do curso.
	1	Quando os periódicos especializados, sob a

		forma impressa ou informatizada, não existem, ou atendem precariamente as demandas do curso.
--	--	--

Quadro 3 – Indicadores da Avaliação Institucional de Cursos do SINAES referentes aos acervos das bibliotecas. Fonte: INEP, 2008a.

4 ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O ROTEIRO DA AUTO-AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES. (BRASIL, 2004b).

O instrumento indica sugestões para o roteiro de avaliação interna, a auto-avaliação.

As orientações sobre as bibliotecas aparecem na dimensão 4.7 – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Foram selecionados alguns indicadores deste documento para esta pesquisa, os demais não serão utilizados porque eram semelhantes aos adotados nos instrumentos citados acima.

- Adequação da infra-estrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

- Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.

- Utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

- O espaço é suficiente para que os estudantes desempenhem as atividades programadas?

- Qual o nível de funcionalidade dos laboratórios, bibliotecas, oficinas, espaços experimentais?

- Os equipamentos da biblioteca têm a quantidade e qualidade necessárias? Justifique.

- A organização dos materiais e o volume de consultas e empréstimos são adequados (Justifique)? São informatizados?

- Qual o grau de satisfação dos usuários com relação ao sistema de acesso aos materiais e a sua consulta? Justifique.

- Qual é a satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia? Justifique.

- Qual é a satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas da IES? Justifique.

- Existem procedimentos claros para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários?

- A instituição possui, em seu quadro de pessoal, técnicos-administrativos necessários para o uso e manutenção das instalações/infra estrutura? Justifique.

- As instalações são adequadas e adaptadas para os estudantes com necessidades especiais? Justifique.

- Há coerência entre as bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática e as práticas pedagógicas dos docentes? Justifique

- N.º de Bibliotecas (central e setoriais).

- Acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais.
